

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
BACHARELADO EM GEOGRAFIA

CRISTIANO PEREIRA DA SILVA

A CONSCIÊNCIA GEOGRÁFICA DA ECONOMIA ESPACIAL
CIDADÃ: um estudo sobre a superação da alienação geográfica a partir dos Espaços
Produtivos do APL Alimentos Região Sul do RS

Porto Alegre

2018

Cristiano Pereira da Silva

A CONSCIÊNCIA GEOGRÁFICA DA ECONOMIA ESPACIAL
CIDADÃ: um estudo sobre a superação da alienação geográfica a partir dos Espaços
Produtivos do APL Alimentos Região Sul do RS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Geografia, pelo Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura.

Porto Alegre

2018

Cristiano Pereira da Silva

A CONSCIÊNCIA GEOGRÁFICA DA ECONOMIA ESPACIAL
CIDADÃ: um estudo sobre a superação da alienação geográfica a partir dos Espaços
Produtivos do APL Alimentos Região Sul do RS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Geografia, pelo Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares

Prof. Dr. Nestor André Kaercher

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Silva, Cristiano Pereira da.

A consciência geográfica da economia espacial cidadã: um estudo sobre a superação da alienação geográfica a partir dos espaços produtivos do APL Alimentos Região Sul do RS / Cristiano Pereira da Silva. – 2018.

172 f.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Bacharelado em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Geografia Cidadã. 2. Divisão Territorial do Trabalho. 3. Alienação Geográfica. 4. Formação de Base Geográfica. 5. Geograficidade Cidadã. I. Fontoura, Luiz Fernando Mazzini, orient. II. Título.

DEDICTÓRIA

À Cidadania da Pachamama.

*Adeus à Era de Peixes – encerra-se um ciclo – e que venha a Era de
AQUÁRIOS.*

AGRADECIMENTOS

*Obrigado pela gentileza de você leit@r destinar parte do seu tempo de vida
para ler meu TCC (espero que minha Geovisão Social Utópica de mundo agregue à tua
Cidadania).*

Intertexto

*Primeiro levaram os negros
Mas não me importei com isso
Eu não era negro
Em seguida levaram alguns operários
Mas não me importei com isso
Eu também não era operário
Depois prenderam os miseráveis
Mas não me importei com isso
Porque eu não sou miserável
Depois agarraram uns desempregados
Mas como tenho meu emprego
Também não me importei
Agora estão me levando
Mas já é tarde
Como eu não me importei com ninguém
Ninguém se importa comigo.*

Bertolt Brecht

Utopia

*A utopia está lá no horizonte.
Me aproximo dois passos, ela se afasta dois
passos.
Caminho dez passos e o horizonte corre dez
passos.
Por mais que eu caminhe, jamais
alcançarei.
Para que serve a utopia?
Serve para isso: para que eu não deixe de
caminhar.*

Eduardo Galeano

RESUMO

O presente trabalho discute a alienação em sua dimensão geográfica. Para tanto, procuramos entender como a alienação se dá no próprio espaço produtivo, para que pudéssemos apontar os caminhos geográficos de sua superação. A análise geográfica da alienação do espaço produtivo se deu através do estudo sobre a estrutura socioeconômica do Arranjo Produtivo Local Alimentos Região Sul do RS. Nosso trabalho objetivou partir de um referencial teórico-metodológico orientado à ação transformadora da realidade alienadora dos corpos e mentes geográficos. Chamamos de alfabetização geográfica a consciência da economia espacial cidadã capaz de emancipar os trabalhadores a partir de sua própria atividade produtiva. Disso surgiu a demanda de relacionarmos nossa área do conhecimento com a “*teoria da alienação em Marx*” e com os “*temas geradores de Paulo Freire*”. Isso porque a consciência geográfica surge da inspiração à consciência universal proposta por Milton Santos quando defendeu “*outra globalização: que fosse uma voltada às pessoas*”. Liderado por essa utopia, construímos nosso trabalho segundo esta ideia miltoniana de “*construir a cidadania através da Geografia e a Geografia através da ideia de cidadania*”. Por isso, nosso trabalho se propõe a ser uma epistemologia da existência, uma Geografia cidadã, protagonista na construção de um país economicamente viável, socialmente justo, culturalmente diverso, ambientalmente correto e, sobretudo, soberano, livre dos grilhões ideológicos deste sistema-mundo moderno-colonial que se manifesta de forma globalitária através das verticalidades desumanas desta Globalização Neoliberal.

Palavras-chave: Geografia Cidadã, Tema Gerador, Arranjo Produtivo Local, Alienação, Soberania.

ABSTRACT

The present essay discusses the alienation in its geographical dimension. Therefore, we search to understand how the alienation works on its own productive space, so that we can indicate geographical paths for it to be surpassed. The geographical analyses of the productive space alienation takes place through the study about the socioeconomic structure of APL Foods for the southern Region of RS. Our essay had the aim to part from a theoretic-methodologic referential oriented to a transforming action of the alienating reality of the geographical bodies and minds. We call geographical alphabetization the conscience of citizenship special economy able to emancipate the worker from the point of its own productive activity. From that demand came from relating our area of expertise with the “alienation theory in Marx” and with “Paulo Freire’s Generators Themes”. Because the geographical conscience arises from the inspiration to the universal conscience by Milton Santos, when he defended “another globalization: to be one aimed at the people”. Led by this utopia we built our essay based on the miltoniana idea of “constructing citizenship through geography and geography through the citizenship idea”. Therefore our essay proposes itself to be an existence epistemologic, a citizenship geography, protagonist in building an economically viable country, socially just, culturally diverse, environmentally correct and, above all, sobering, free from ideologic shackles of those colonial-modern world-system that reveals itself in a globalitarian way through the inhumane verticalities of this neoliberal globalization.

Keywords: Citizenship Geography, Generator Theme, Local Productions Arrangements, Alienation, Sovereignty.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa do Arranjo Produtivo Local de Alimentos Região Sul do RS...	37
Figura 2 – Charges sobre alienação do trabalho.....	43
Figura 3 – Letra de música sobre a alienação do ser humano com relação a sua terra (tornada em fábrica) ou ao seu Espaço Geográfico (tornado uma mercadoria universal por excelência).....	46
Figura 4 – Os “três termos de referencia fundamentais” da “ <i>Teoria da Alienação</i> ” de Marx.....	48
Figura 5 – A Propriedade Privada e a produção da IA e NA humana.....	49
Figura 6 – Da alienação parcial ou particular – política – à alienação – econômica – universal.....	61
Figura 7 – A gênese da divisão do trabalho segundo os economistas políticos...	64
Figura 8 – A propriedade privada é a causa do egoísmo humano segundo a “ <i>Teoria da Alienação em Marx</i> ”.....	64
Figura 9 – Os quatro aspectos principais da produção da desvalorização do mundo dos homens – seres humanos – segundo a “ <i>Teoria da Alienação em Marx</i> ”.....	65
Figura 10 – Geografia da produção da Arquitetura da Globalização.....	81
Figura 11 – Sede da Empresa: Conservas Olé & Sede da Cooperativa: Sul Ecológica.....	95
Figura 12 – Tendências Pedagógicas Educação brasileira (adaptado de PCI - Concursos).....	103
Figura 13 – Diferença entre Cooperativismo e Capitalismo.....	134
Figura 14 – Charge da personagem Mafalda criada pelo cartunista argentino Quino (entre 1964-1973): que ilustra o EP da produção do <i>vir-a-ser</i> da liberdade humana.	137

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Paradigmas, Metodologias e Métodos de Investigação em Ciências Sociais e Humanas.....	23
Tabela 2 – Pressupostos da Teoria Crítica na investigação em CHS.....	25
Tabela 3 – Geografização do Cotidiano.....	45
Tabela 4 – Evolução da Alienação política à Autoalienação da Divisão do Trabalho.....	62
Tabela 5 – Método freiriano via Temas Geradores.....	93
Tabela 6 – Etapas metodológicas de aplicação dos Temas Geradores.....	93
Tabela 7a – Aplicação dos <i>Temas Geradores</i> como <i>Técnica de Entrevistas</i>	96
Tabela 7b – Aplicação dos <i>Temas Geradores</i> como <i>Técnica de Entrevistas</i>	98
Tabela 8a – <i>Sistematização dos Temas Geradores</i> pela <i>Geografia Cidadã</i>	104
Tabela 8b – <i>Sistematização dos Temas Geradores</i> pela <i>Geografia Cidadã</i>	106
Tabela 8c – <i>Sistematização dos Temas Geradores</i> pela <i>Geografia Cidadã</i>	108
Tabela 8d – <i>Sistematização dos Temas Geradores</i> pela <i>Geografia Cidadã</i>	111

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS – *Conceituais*

A	Alienação
A	<i>Ambiente</i>
AG	Alienação Geográfica
A T-C-C	<i>ambiente</i> Técnico-científico-comunicacional
APL	Arranjo Produtivo Local
BM	Banco Mundial
CHS	Ciências Humanas e Sociais
CIA	Central Intelligence Agency – USA
DT	Divisão do Trabalho
DTI	Divisão do Trabalho Internacional
DTT	Divisão Territorial do Trabalho
DTTI	Divisão Territorial do Trabalho Internacional
DTPTI	Divisão Territorial da Produção e do Trabalho Internacional
EES	Empreendimentos de Economia Solidária
EB	Espaço Banal
EC	Espaço Cotidiano
EG	Espaço Geográfico
EV	Espaço Vivido
EO	Espaço Opaco
EL	Espaço Luminoso
<i>EP</i>	<i>Espaço Produtivo</i>
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EUAN	Estados Unidos da América do Norte
FENADOCE	Feira Nacional do Doce de Pelotas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
I	Indústria (ou Atividade Humana Produtiva ou Atividade Produtiva)
IA	Indústria Alienada
IG	Indicação Geográfica
IT	Identidade Territorial

DO	Denominação de Origem
HN	Hemisfério Norte
HS	Hemisfério Sul
P	Propriedade Privada ou Patrão
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIG	Partido da Imprensa Golpista (<i>Linha</i> Editorial: Visão Social Ideológica de Mundo defendida pelas Organizações Globo)
PT	Partido dos Trabalhadores
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
<i>M T-C-I</i>	<i>meio</i> Técnico-científico-informacional
NA	Natureza Alienada
NDTPTI	Nova Divisão Territorial da Produção e do Trabalho Internacional
NDETPTI	Nova Divisão-Ecológica Territorial da Produção e do Trabalho Internacional
NSA	National Security Agency – USA
RBS - TV	Rede Brasil Sul de Televisão (Filiada da Rede Globo)
RI	Revolução Industrial
SH	Ser Humano
SINDOCOPEL	Sindicado da Indústria de Doces e Conservas Alimentícia de Pelotas
T	Trabalho Assalariado ou Trabalhador
<i>T</i>	<i>Técnica</i>
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TU	Território Usado
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ZEE	Zona Econômica Exclusiva

SUMÁRIO

Introdução Geral.....	14
CAPÍTULO I – REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO: orientado à transformação da natureza do “jogo”.....	21
Introdução.....	21
Paradigmas, Metodologias e Métodos de investigação em CSH necessários: à <i>Alfabetização Geográfica Cidadã</i>	22
Do recorte do Problema Inicial até o recorte do “Onde!” fazemos as Perguntas-problema?.....	28
Da Metodologia das CSH a nossa Metodologia orientada à superação da Alienação em sua dimensão geográfica	39
CAPÍTULO II – A ALFABETIZAÇÃO GEOGRÁFICA CIDADÃ: a “Teoria da Alienação de Marx” em sua dimensão espacial alienada	41
Introdução.....	41
A “autoprodução” da Alienação e sua dimensão geográfica.....	41
Os principais termos de referência da “Teoria da Alienação de Marx”	47
Os <i>Objetos da natureza humana</i> de referência da “Teoria da Alienação de Marx” e sua dimensão geográfica (desse mundo alheio que nos domina)	51
A dimensão geográfica (a partir da relação com a “Teoria da Alienação de Marx”): do Ser Objetivo	54
A autoalienação é a Divisão do Trabalho (DT): a libertação da competitividade passa pela <i>associação</i> (no EP cooperativo).....	59
DETPTI e a Dominação das <i>Geograficidades</i> : como as <i>formas-conteúdo</i> alienaram-alienam a <i>cidadania</i> dos EPs (dos <i>Ambientes</i>).....	68
CAPÍTULO III – FORMAÇÃO DE BASE GEODIALÓGICA: a superação da alienação geográfica a partir – da <i>associação</i> – entre os “Temas Geradores” com o APL Alimentos da Região Sul do RS.....	89
Introdução.....	89
A “entrevistação” do Dialogismo Freiriano com os TGs dos EPs do APL Alimentos da Região Sul do RS	90
A <i>Entrevista</i>	94
Síntese da Entrevista: comparação a partir do Dialogismo entre Capitalismo e Cooperativismo no APL Alimentos Região Sul do RS.....	96
O <i>Dialogismo da saída de campo: ouvir para ser ouvido</i>	96
Os TGs da práxis metodológica da Entrevista: orientada à intervenção cidadã na realidade	102
A Política Pública da produção do <i>vir-a-ser</i> precisa ser Territorial (PPT)	115
A conclusão da superação das mediações de segunda ordem – P & T – como Agenda à Cidadania Planetária do XXI.....	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS	156

Introdução Geral

O presente trabalho surge do desdobramento do nosso último (SILVA, 2016), no qual analisamos a Geografia da crise do emprego em Pelotas-RS. Nele nos propomos a discutir a crise do emprego a partir de um projeto de desenvolvimento territorial que fosse vinculado às características geográficas endógenas do município de Pelotas. Pois nosso objetivo epistemológico era fazer um debate dialético com a visão ideológica de mundo por trás dos discursos impressos nas propostas, programas e “projetos” propostos como modelo de “desenvolvimento” socioeconômico – à terra do doce – pela conjuntura política que se instalava no governo municipal naquele ano de 2013.

Trabalhar a questão do emprego, do ponto de vista crítico ou de sua crise, não parecia ser a melhor escolha naquele momento, pois vivíamos a melhor época do país e do de popularidade do Partido dos Trabalhadores (PT), segundo a história recente. Isto porque até municípios periféricos do território nacional, como Pelotas, sentiam os efeitos positivos dos dois mandatos do presidente Lula e do primeiro da presidenta Dilma. De 2003 a 2010, por exemplo, mais de 28 milhões de brasileiros foram tirados da linha da pobreza pelas políticas públicas dos governos petistas, ou seja, milhões de brasileiros (do Oiapoque ao Chuí) foram incorporados à classe trabalhadora baixa e média formal e, em termos de distribuição de renda num dos países mais desiguais do mundo, este período ficou conhecido como um dos maiores processos de ascensão social popular que o Brasil já conheceu (DULCI, 2013).

Todavia, esse crescimento econômico com inclusão dos pobres no orçamento do governo federal através de uma parcial, mas importantíssima, distribuição de renda só foi possível graças ao alto preço internacional das “*commodities*” minerais e agropecuárias que o governo usou para financiar essa década (2003-2013) que foi caracterizada pelo Banco Mundial (BM) como a “*década dourada*”, pois o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Municipal passou de 0,493 para 0,727 (DOWBOR, 2017). Mas vieram as crises econômicas e políticas que colocaram um teto a essas “conquistas sociais” e do teto ao retrocesso com o Golpe de 2016, tanto em termos do fim de direitos, quanto em termos de crise das instituições de base da nossa República (SINGER, A. et. a. 2016; PRONER, C. et. al, 2017).

Um dos principais motivos desse retrocesso foi porque a maioria dessas “conquistas sociais”, da era Petista, não foi institucionalizada por reformas estruturantes pelo lado da produção, mas, somente, pelo lado do consumo ou do Mercado que é aquilo que Mangabeira Unger (2018) tem denominado de “nacional-consumismo”. Por isto que estas “conquistas sociais” se mostraram tão vulneráveis à crise econômica e política que levou ao Golpe de 2016.

Assim, tal modelo exógeno de crescimento econômico camuflou a crise socioambiental estrutural vinculada a esse consumo. Pois ele está orientado, por um lado pela obsolescência programada e perceptiva – das formas-conteúdo do capital: as mercadorias – e; por outro, pela lógica ou racionalidade dessa Nova Divisão Territorial da Produção e do Trabalho Internacional (NDTPTI), pensada pelos economistas do Setor Financeiro do Hemisfério Norte (HN), para as elites, e imposta ao resto dos países do globo na forma dessa condição pós-moderna que, sabemos ser e ter, como essência ou conteúdo, o Neoliberalismo (HARVEY, 2013).

Assim, não é coincidência que o trabalho seja despolitizado. A demissão dos trabalhadores seguida de sua recontração como colaboradores ou como prestadores de serviços. Na prática é a (re)produção da ideologia, segundo a qual, cada indivíduo pense a si próprio como uma empresa. O trabalhador vira seu próprio patrão, empresário de si mesmo só que de forma *subproletária* (CHAUI, 2016):

[...] o indivíduo se vê a partir dos critérios que eles dão para definir uma classe: renda, profissão, escolaridade e consumo. E diz então ter a classe A, B, C, D, E na sociedade. Cada um em função desses critérios se localiza e se considera ou B ou C, portanto se considera classe média. Essa é a grande ideologia neoliberal: da medianização da sociedade inteira, perda da referencia de classe social, o individualismo competitivo, a privatização de todos os direitos e a ideia de que você consegue todos esses elementos como empresa de si próprio você entrou no campo da meritocracia. Isso se chama a meritocracia, ou seja, fazer o indivíduo acreditar que tudo isso ele obteve por mérito próprio. E ele mergulha nessa exploração de cabeça erguida achando que ele é parte do sistema, é uma tragédia (CHAUI, Marilena. 2017. Entrevista Jornalistas Livres de Campinas, 2017).

A ideologia neoliberal se capilariza, então, em todas as dimensões das instituições sociais e perpetua, por conseguinte, nossa posição subalterna dentro dessa NDTPTI. É por isto que a alienação da nossa soberania, dentro dessa Nova Ordem Mundial (NOM), mesmo sendo pós-moderna para uns, ainda é moderna para outros, mas, sobretudo, “colonial” ou neocolonial para a maioria dos países e da humanidade,

porque estão todos alienados economicamente. Pois, hoje e do lado de cá, vê-se com clareza que esta NOM gera os proveitos – empregos de qualidade – fora, mas os rejeitos – degradação causada na Amazônia, Cerrado, câncer, etc. – aqui dentro do Brasil.

O Agronegócio “brasileiro” – “*Agribusiness*” – é o exemplo mais trivial para explicarmos a relação entre dependência e superexploração – subdesenvolvimento – como limites ao desenvolvimento (DELGADO, 2012). Isto é, do desenvolvimento do subdesenvolvimento ou dessa crise ambiental estrutural global importadora de câncer pelo uso intensivo dos agrotóxicos, sementes transgênicas, “*royalties*”, maquinários – que são as formas-conteúdo dessa Globalização –, pois todo esse sistema técnico trás consigo a alienação dos produtores, universidades, da poupança da sociedade, empresas e Estado nacionais a esse Neoliberalismo da moderno-colonialidade (BOMBARDI, 2017; CARNEIRO, F. F. Org. et al. 2015; DAL SOGLIO, 2009; PORTO-GONÇALVES, 2006; SANTOS, 2013b).

Assim, ver este sistema em sua forma neocolonial ou pós-moderna é vê-lo, necessariamente do lado de cá. Ou seja, devemos vê-lo, sobretudo do ponto de vista da Geografia Crítica, mas mais ainda da Geografia Crítica brasileira, seja através da relação entre a produção dessas formas – arquitetônicas – e conteúdo – do pensamento único – dessa Globalização do Neoliberalismo que beneficia o 1%, em detrimento da soberania da maioria dos povos e territórios (HARVEY, D. et. al, 2012; SANTOS, 2013b).

Por essa razão é que buscamos investigar (desde 2013), um caminho que conduzisse à autonomia do trabalhador pelotense – a partir do seu trabalho e em seu próprio Espaço Geográfico, Banal, Vivido, Cotidiano, Produtivo – no sentido de gerar e se apropriar da riqueza material e simbólica endógena, local. E, por isso mesmo, associada a uma consciência (econômica, social, cultural, política e geográfica), logo, cidadã (FREIRE, 1996; MOREIRA, 2012; SANTOS, 1996).

Em função disto é que partimos da formação socioeconômica local, ou da histórico-cultural atividade produtiva do doce, enquanto a economia espacial-meio do exercício desse desenvolvimento da cidadania associada ao trabalho ou Espaço Geográfico Produtivo (SILVA, 2016). E disso derivou a necessidade de desenvolvermos aqui, em nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),

essa ideia do trabalho consciente de sua função socioambiental frente à demanda desses novos tempos (de crises socioambientais globais).

Isto porque não há lugar seguro na Terra, já que essas crises têm uma mesma causa. Elas são num primeiro momento setoriais, mas acabam por se impor de forma globalitária através da tirania do dinheiro e da informação. E nunca são resolvidas porque não são entendidas pela maioria da sociedade já que as análises partem sempre de uma visão a-histórica e fragmentária (setorial) acabando, geralmente, concluindo que são um problema exclusivamente do consumo, dos indivíduos ou daquelas instituições que os representam como, por exemplo, o Estado brasileiro que é tratado pela grande mídia “brasileira” como o vilão, como sinônimo de corrupção.

O discurso único – fatalístico e metafísico – do Mercado tem repetido que a única solução para essas crises estruturais do capital (MÉSZÁROS, 2009) é a privatização dos direitos sociais (educação, saúde, etc.) ou a sua transformação em serviços. Tanto nos Estados Unidos da América do Norte (EUAN), quanto no Brasil, aqui no Hemisfério Sul (HS), as elites ou o sistema ou o 1% que são quem tem causado – que são a causa – dessas crises estruturais são que sempre são chamados para solucioná-las (INSID ..., 2010; PRIVATIZAÇÕES ..., 2014; SANDRONI, 2014. p. 197-201; 370-371);

As reais demandas e vocações endógenas são, então, ou atrofiadas ou substituídas pelas ações e conteúdos inerentes às verticalidades do capital internacional que orientam, através do discurso único (repetido diuturnamente), todas as nossas energias para a lógica de Mercado (externo). Parafraseando Milton Santos (2001) que denunciava que “*o desemprego aparece já como uma coisa normal*” através desse discurso único repetido diuturnamente quando “*os arautos da Globalização e o aparelho de Estado explicam que o desemprego é uma condição para chegarmos a mais Globalização*”, ou seja, “*umentam o número de pobres, há mais 600 Milhões de pobres hoje do que em 1960, 1 Bilhão e meio de pessoas ganham menos de 1 Dólar por dia e diante disso a pobreza é tratada com naturalidade*”. Esta é a situação de desemprego estrutural na Globalização que o Brasil “escolheu” (POCHMANN, 2012).

Então, foi a partir deste cenário que discutimos a crise do emprego em Pelotas. Para tanto, foi necessário caracterizá-la através do tempo e, por isto, a partir de sua Formação Espacial (FE), mas nos mesmos moldes ou em sua relação com a FE brasileira (CAIO PRADO, 1961; FERNANDES, 2008; FURTADO, 2007; MOREIRA,

2014; RIBEIRO, 1978; 1995). E o fizemos através da *formação socioeconômica e espacial* (SANTOS, 2012) da economia do doce que é parte estrutural da economia Pelotense e seu cartão postal neste início de século XXI.

Primeiro fizemos o caminho até a época de criação da *artesanal-agroindustrial* (BACH, 2009) – *atividade produtiva do doce* –, em conserva, cujos frutos pródigos adoçaram a colônia ou zona rural de Pelotas desde sua “infância” até sua “puberdade” quando ficou conhecida como a terra do doce. Depois, chegamos até sua fase “adulta”, ou época áurea da *agroindustrial-fordista* cidade dos doces-alimentos (SÁ BRITTO, 2011) que, somada com a primeira fase da *formação socioeconômica pelotense*, representou o auge da geração de empregos (em quantidade: no campo e na cidade) em Pelotas e Região Sul do RS.

Porém, mesmo no auge, a qualidade desses empregos sempre esteve associada à alienação. De uma forma geral e estrutural, primeiro porque a dependência econômica aliena a autonomia social e política do trabalhador sob o regime capitalista (SINGER, 2002; 2006). Segundo porque a alienação naquela primeira fase dessa economia do doce, de base regional, se dava através de salários por empreitada que é uma das formas mais intensas de superexploração da *mais-valia*, logo da alienação (MARX, 1978; 1984; 2013; IV CURSO LIVRE MARX-ENGELS, 2013). Terceiro porque a base técnica – fordista – da segunda fase urbano-industrial alienava corpo, mente e espírito dos trabalhadores ao transformá-los em apêndices das máquinas – das esteiras – (PINTO, 2013). E, por fim, alienava-os porque as elites dirigentes dessa segunda fase, conscientes ou não, se utilizavam do discurso sexista sobre os papéis de gênero atribuídos as mulheres com o objetivo de intensificar a extração da *mais-valia* sobre o trabalho feminino, seja na forma de menores salários, maiores e mais intensas jornadas “porque as mulheres são mães, mais calmas, dedicadas, trabalhadoras, etc” no lar e no chão de fábrica das conservas fordistas em Pelotas (VARGAS, 1994).

Essa *formação socioeconômica espacial* (FSE) ou *pelotense* (FSP) precisou ser vista em conjunto, pois como já foi dito sobre suas fases, tem início com o surgimento da fruticultura na colônia pelotense [sincronicamente ao período da 1ª Revolução Industrial (RI)], que capilarizou-se pelos municípios da região sul, vizinhos ao município de Pelotas. Desenvolvimento gradual, que chega ao seu ápice em meados da década de 1980, quando as agroindústrias-fordistas da 2ª RI concentravam-se às margens do sítio urbano do município de Pelotas, nas proximidades da BR-116, onde

mesmo hoje é possível vê-las na paisagem como rugosidades (SANTOS, 2006), mas que no passado fabricavam, além dos doces e conservas – a alienação dos trabalhadores e mais ainda das trabalhadoras (na mesma velocidade da das esteiras fordistas).

Já em seu terceiro momento (ainda em desenvolvimento), o que equivaleria à era da Globalização Neoliberal (equivalente a da 3ª RI), o que vimos foi a tendência compulsória da Indicação Geográfica (IG) como norma (GIESBRECHT et al., 2011; NIEDERLE, 2013) ou certificado pós-moderno de uma nova relação cidade-campo (FONTOURA, 2002; 2009; 2010; 2012), etc. Ou seja, da Terra do Doce passando à Cidade do Doce (depois à Capital nacional do Doce) até chegar à IG da Terra do Doce com Denominações de Origem (DO). O que abre possibilidade de janelas para a emergência de novas lógicas endógenas – de desenvolvimento territorial – que são vanguarda internacional (em termos de sustentabilidade) e, inclusivas como, por exemplo, as inerentes a da Agroecologia, Economia Solidária, Cooperativismo.

Por um lado vimos que a IG procura mediar as contradições técnicas inerentes às rugosidades da 1ª e 2ª RI – agroindústria-artesanal rural – com as da agroindústria-fordista urbana (entre fim do século XIX e quase todo século XX) com o imperativo das verticalidades desse sistema técnico flexível (pós-moderno) visando, sobretudo, à acumulação do capital. Mas, por outro, vimos que o *lobby* em torno das certificações que, por seus critérios e custos, acabam por excluírem os produtores e regiões de pequeno e médio porte desse sistema de certificação do produto.

A conclusão do que vimos é, na verdade, apenas uma das contradições do capital (em seu formato neocolonial). A razão é devido ao fato dessas certificações tornarem a atividade mais produtiva, ao agregar valor ao trabalho, a produção destes produtores, trabalhadores e regiões (menores e ou periféricos) o que acaba por fortalecê-los economicamente que, por conseguinte, acaba por aumentar sua autonomia com relação a esse padrão de poder neocolonial.

É por isto que, nessa terceira fase da economia do doce de Pelotas, percebemos essas duas tendências contraditórias. Por um lado avançou muito na certificação transformando uma parte da massa dos Espaços Opacos (EO) em Espaços Luminosos (EL). Mas, por outro, tem esbarrado nos grandes interesses internacionais difusos – desse sistema-mundo – cujo objetivo estrutural – moderno-colonial – é alienar os territórios periféricos a esse padrão de poder neocolonial.

Soma-se a isto, um segundo exemplo, que é o da ética dos produtos e o modo de produção vinculado à Agroecologia, Cooperativismo, etc, pois são antagônicos à ética desse Neoliberalismo (mesmo em sua forma difusa, flexível, pós-moderna, etc). Isto porque, segundo apontaram nossos resultados, a produção orgânica ou agroecológica constitui-se como uma tendência de vanguarda no âmbito do desenvolvimento local sustentável, com independência econômica associada à autonomia política aos povos e seus ambientes de forma imanente.

Ou seja, vai desde a justiça sociorracial até a preservação do patrimônio cultural e/ou promoção da diversidade cultural e, por conseguinte, da preservação ambiental dos biomas e ecossistemas locais. Porém, este tipo de desenvolvimento territorial é contrário a lógica exógena por de trás da racionalidade técnica das formas-conteúdo dessa Globalização Neoliberal.

Um Espaço Geográfico (EG), assim desenvolvido, tornar-se-ia sinônimo de soberania cidadã. Todavia, não é o que ocorre na prática já que o que vimos foram ilhas com efeitos setoriais positivos à região e, portanto, apenas pontuais no território. Não vimos, então, uma capilaridade contínua, sistêmica, em rede no Espaço Banal (EB), Território Usado (TU), Espaço Cotidiano (EC), do EG do município de Pelotas. A associação-cooperação entre esses ELs com os EOs, da produção com os trabalhadores que produzem a riqueza, também é difusa ou setorial, pontual.

Portanto, é por isto que a partir de agora queremos investigar uma alternativa estrutural – através da produção e em sua dimensão geográfica – a esta(s) lógica(s) exógena(s) importada(s) através das formas-conteúdo desse sistema-mundo moderno-colonial que vem do HN. Primeiro vieram o *Plantation* e o *trabalho escravo* nas naus e caravelas, depois o *Fordismo* e o *trabalho assalariado*, agora vem essa *Globalização Neoliberal* desregulamentando o trabalho, privatizando o Estado e fragmentando os territórios e as *Geograficidades* a eles inerentes.

CAPÍTULO I – REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO: orientado à transformação da natureza do “jogo”

“O terrível é que, nesse mundo de hoje, aumenta o número de letrados e diminui o de intelectuais. Não é este um dos dramas atuais da sociedade brasileira? Tais letrados, equivocadamente assimilados aos intelectuais, ou não pensam para encontrar a verdade, ou, encontrando a verdade, não a dizem. Nesse caso, não se podem encontrar com o futuro, renegando a função principal da intelectualidade, isto é, o casamento permanente com o porvir, por meio da busca incansada da verdade.” (SANTOS, Milton. 2013. p. 74).

*“Pior que não saber o que fazer é não fazer o que se entendeu”
(PELOSO, Ranulfo. Org. 2012. p. 50).*

Introdução

Neste primeiro capítulo iremos caracterizar os conceitos de Paradigmas, Metodologias e Métodos de investigação em Ciências Sociais e Humanas, visando recortar epistemologicamente os conceitos e técnicas necessários ao processo de tomada de consciência cidadã pelos trabalhadores e a partir do seu próprio Espaço Produtivo (EP). A essa tomada de consciência ou autotranscendência positiva sobre a atividade produtiva alienada – a partir do próprio EP, em geral alienante – iremos conceituar desde agora de Alfabetização Geográfica Cidadã.

Ou seja, não se trata dessa já conhecida Alfabetização Geográfica tradicional, fragmentada, enciclopédica “neutra” ou “apolítica”, “imparcial” ou “científica”: Positivista. Mas, sim, da *Alfabetização Geográfica Cidadã (AGC)* da forma como Milton Santos a define enquanto “*Epistemologia da Existência*” (SANTOS, 1996. p. 1).

Para tanto, iremos trilhando-a desde o nosso problema inicial até chegarmos a nossa pergunta de análise. Pois, assim que conquistado esse primeiro objetivo, iremos definir a melhor forma de chegar até nosso objetivo final: que é construir a nossa metodologia de forma que ela seja a ponte entre a Metodologia das Ciências Sociais e Humanas (CSH) e um Método (Técnica de coleta de dados) capaz de transformar, superar, transcender, etc. os problemas impostos pela realidade alienante sob a qual estamos, todos, submetidos, coisificados, alienados (FREIRE, 2014; MARX, 2013; SANTOS, 2013).

**Paradigmas, Metodologias e Métodos de investigação em CSH necessários:
à Alfabetização Geográfica Cidadã**

A escolha desse tema – mensurar o grau (em sua dimensão espacial) tanto da alienação como da autonomia imanente aos espaços produtivos – surgiu tanto do desdobramento de nosso último trabalho (SILVA, 2016), “no qual estudamos a *crise do emprego* em Pelotas-RS”, quanto de nossa revisão de literatura sobre o tema da alienação *versus* “território usado”. Para tanto, iniciaremos problematizando a relação entre a necessidade de um papel ativo da ciência, métodos e objetos (SANTOS, 200), via metodologia das CSH – com a superação dos problemas decorrentes da atual conjuntura de crise, que defenderemos como hipótese (ao longo do trabalho), ser, na verdade, a reação ou efeito da nossa Alienação Territorial (AT) e, por isto mesmo, é que proporemos – como agenda – a sua necessária superação.

A definição inicia apontando que a Geografia é parte estrutural das Ciências Sociais e Humanas, isto é, tanto está contida nelas quanto as contém sistematicamente. Vejamos, então, a definição do paradigma correlato:

A Teoria Crítica rejeita a possibilidade de um conhecimento objetivo. Não há perspectivas neutras ou desinteressadas na investigação, porque todo o investigador está situado socialmente e defende sempre os interesses de um dado grupo social. O conhecimento é sempre uma construção social ligado a um interesse de cariz técnico (paradigma positivista) ou a um interesse de comunicação prática (paradigma qualitativo) ou ainda a um *interesse crítico emancipatório*. (SILVA, J. M.; SILVA, E. A.; JUNCKES, I. J., 2009, p. 20-21)

A seguir apresentaremos um comparativo entre dois dos três paradigmas para expor – *em itálico* – nossa perspectiva científica, pois é a que se relaciona de forma imanente com nosso objetivo geral: que é o da *Alfabetização Geográfica Cidadã*. A tabela a seguir apresentará numa ponta esse paradigma do sistema que se diz neutro – positivista – e o paradigma – crítico ao sistema – que defende que não há perspectivas neutras ou desinteressadas numa investigação científica (COUTINHO, 2013). O paradigma positivista fez e ainda faz parte das instituições que produziram e produzem a cidadania brasileira e do RS: é a ideologia dos mortos governando os vivos (ALONSO, 2007; LÖVY, 1985; SOARES, 2007). E é disto que deriva nossa justificativa à sua superação.

Tabela 1 – Paradigmas, Metodologias e Métodos de Investigação em Ciências Sociais e Humanas

(Continua)

PARADIGMAS:	POSITIVISTA	CRÍTICO
Denominações:	Empírico-analítico; Objetivista; Realista; Quantitativo; Racionalista.	<i>Investigação-ação; Sociocrítico; Ciência crítica da Educação; Orientado à mudança; Emancipatório.</i>
Fundamento Teórico:	Positivismo; Pós- positivismo; Empirismo.	<i>Teoria Crítica; Praxeologia.</i>
Natureza da Realidade (ontologia):	Única; Objetiva; Estática; Dada; Fragmentável; Convergente; Externa; Observável; Sujeita a uma Ordem.	<i>Múltipla; Dinâmica; Construída; Holística; Divergente; Evolutiva; Interativa; Comparticipada; Histórica.</i>
Lógica:	Hipotético-dedutiva.	<i>Indutiva.</i>
Tipo de Conhecimento:	Generalizações; Leis Nomotéticas; Técnico.	<i>Explicação Idiográfica; Prático; Mudança; Emancipador.</i>
Finalidade da Investigação:	Descrever; Analisar; Explicar; Prever; Controlar Fenômenos; Verificar Teorias; Construir Teorias; Procurar Leis.	<i>Criticar; Identificar Mudanças; Melhorar; Emancipar; Libertar.</i>
Valores (axiologia):	Excluídos; Livres de Valores; Neutralidade.	<i>Integrados; Compartilhados.</i>
Ética:	Extrínseca.	<i>Intrínseca.</i>
Relação Sujeito/Objeto:	Independentes; Distanciados; Neutralidade; Investigador Externo.	<i>Inter-relação por compromisso; O Investigador é mais um dos Participantes.</i>
Relação Teoria/Prática:	Independentes; Teoria é Norma para a Prática.	<i>Indissociáveis; A Prática é a Teoria em Ação; Relação Dialética.</i>

Tabela 1 – Paradigmas, Metodologias e Métodos de Investigação em Ciências Sociais e Humanas
(Conclusão)

Papel da Teoria:	Construção e Verificação de Teorias.	<i>As construções Teóricas emergem de forma Cooperativa.</i>
Estilo do Investigador:	Interventivo.	<i>Participativo.</i>
Desenho do Estudo:	Determinado.	<i>Negociado.</i>
Quadro da Investigação:	Laboratório.	<i>Circunscrito.</i>
Condições para Recolha de Dados:	Controladas.	<i>Em Cogestão.</i>

Fonte: Adaptada de Coutinho (2013).

Agora, segundo Coutinho (2013), a diferença entre o paradigma – positivista – e o – qualitativo ou interpretativo – é que, este último, até muda as regras do jogo com relação ao primeiro, mas não a natureza do jogo e, por essa razão, é que definimos o paradigma – *sociocrítico* – como nosso Referencial Teórico. Isto porque o nosso objetivo central é a intervenção na realidade visando a sua transformação pela via da *libertação geográfica* dos seres humanos dessa visão social ideológica de mundo confusa, fragmentária, alienada.

A justificativa se encontra no fato de a literatura científica das CSH nos mostrar que tem sido através do positivismo, cuja estética pós-moderna ou *neopositivismo*, que tem sido imposta essa visão social de mundo ideológica – Neoliberal – e noticiada pelos novos “Barões de Münchhausen” como sendo neutra ou imparcial, mas que sabemos que sua ética é capitalista (FREIRE, 1996; HARVEY, 2013; LÖWY, 1985; 1987; SANTOS, 2012c). E é são destes referenciais que deriva nossa predisposição às visões sociais de mundo utópicas que, de tempos em tempos, revolucionam a história humana.

E esta tomada de consciência geográfica cidadã – libertadora – da qual estamos falando, passa por perceber que por trás dessas múltiplas designações associadas a esse paradigma crítico/emancipatório – neo-marxista, feminista, freiriano, participativo, transformista, etc – estão os fundamentos filosóficos que, desmascaram a ideologia dominante, pois a nível conceitual e metodológico é necessário apontar que:

[...] a inspiração na filosofia marxista nas teorias críticas de Adorno e Habermas à economia liberal, de Marcuse à alienação consumista das

sociedades capitalistas, e, a nível pedagógico, nas ideias de Paulo Freire [...] de salientar o facto da investigação orientada não possuir uma metodologia própria no sentido das duas perspectivas anteriores, antes se servir de métodos de ambas (COUTINHO, Clara Pereira. 2013. p. 31).

Por fim Coutinho (2013) aponta, através das ideias de Carr e Keimms, que a Teoria Crítica em Ciências Humanas ou Sociais implica:

Tabela 2 – Pressupostos da Teoria Crítica na investigação em CHS

PARADIGMA – CRÍTICO
<p>1º) ter consciência de que saber é poder e não algo de puramente técnico e instrumental;</p>
<p>2º) a compreensão de que cada ator social vê o mundo através de sua própria racionalidade, fato que condiciona a leitura que cada um faz dos fenômenos com que tem de lidar, pelo que as noções de “objetividade”, de “verdade” e mesmo de “fato” são relativas e adquirem novo sentido;</p>
<p>3º) a compreensão do significado do exercício permanente de um olhar analítico sobre todos os fenômenos, sobre todas as explicações mesmo as tidas como indiscutíveis, identificando assim as interpretações ideologicamente distorcidas;</p>
<p>4º) a identificação de determinantes macro-estruturais que, embora por vezes enganosamente distantes, embora aparentemente justas e imparciais e neutras, conseguem condicionar ou dificultar as possibilidades de ação de qualquer um de nós;</p>
<p>5º) o reconhecimento do significado teórico e da natureza prática quer da teoria quer da prática (tidas em estatuto idêntico) e de que qualquer intervenção tem que ser tecida de fios de prática numa trama teórica bem sólida.</p>

Fonte: Adaptada de Coutinho (2013).

Ou seja, do problema à pergunta de partida, da pergunta-problema às categorias de análise, de ambos à metodologia, até sua correlação com o paradigma, porque é ele o sistema de pressupostos e valores que guia a pesquisa ou, dito em outras palavras, o referencial filosófico que informa a metodologia do(a) investigador(a) conforme vimos até aqui com Coutinho (2013). Assim, é por isto que, nossa perspectiva metodológica está fundamentada no paradigma crítico: por estar *orientado à mudança* não das regras do “jogo”, mas, a – natureza – da produção do “jogo (da alienação científica)”:

A realização do ideal de Marx de uma “ciência humana” pressupõe, portanto, a existência autossustentada (“positivo”) de tais necessidades no corpo social como um todo. A própria formulação do ideal de Marx em contraste, corresponde à necessidade de *negar* – em seus aspectos teóricos – a totalidade das relações sócias de produção existentes. A “ciência humana”, portanto, torna-se uma realidade na medida em que a alienação é suprimida *praticamente* e assim a totalidade da prática social perde seu caráter fragmentado. (Nesta fragmentação contraposta à prática e os campos particulares da “atividade essencial estranhada” – tanto teórica quanto prática – opõem-se mutuamente.) Em outras palavras, a fim de realizar a “ciência humana”, a filosofia, a economia política, as ciências naturais etc. devem ser *integradas reciprocamente*, o mesmo com respeito à totalidade de uma prática social não mais caracterizada pela alienação e reificação das relações sociais de produção. Pois há “ciência humana” é precisamente essa *integração dual* – como transcendência *alienação dual* vista anteriormente – dos campos teóricos particulares: 1) entre si mesmos; e 2) com a totalidade de uma prática social não alienada (...) Como, no entanto, a prática social já está integrada, de uma forma “invertida” e alienada, com a “ciência abstratamente material” e com a filosofia especulativa, a transcendência efetiva da alienação na prática social é inconcebível sem superar ao mesmo tempo também as alienações dos campos teóricos. Desse modo Marx concebe o processo efetivo de “Aufhebung” [superação] como um *movimento dialético* entre esses dois pólos – o teórico e o prático – no curso da sua *reintegração recíproca* (MÉSZÁROS, I. 2006. p. 108).

Para tanto, desde já orientamos – geograficamente – essa mudança do discurso único para uma visão social utópica de mundo sobre a forma como a Geopolítica tem produzido a alienação da autodeterminação dos povos pela dominação dos seus territórios. Isto porque se no passado recente era planejada pelos militares e imposta pelos diplomatas (Golpe de 1964 sobre o Brasil), agora ela é proposta pelos economistas e imposta pela mídia (SANTOS, 2013b). Disto deriva o papel ativo da Geografia brasileira na produção cidadã da nossa epistemológica nacional:

O papel atribuído a Geografia e a possibilidade de uma intervenção válida dos geógrafos no processo de transformação da sociedade são interdependentes e decorrem da maneira como conceituarmos a disciplina e seu objeto. Se tal conceituação não é abrangente de todas as formas de relação da sociedade com seu meio, as intervenções serão apenas parciais ou funcionais, e sua eficácia será limitada no tempo (SANTOS, 2000. p. 1).

A grande mídia brasileira, por exemplo, é, hoje, o braço desse sistema corporativo-financeiro que faz com que não vejamos o mundo como ele realmente é, mas como fabulações. É daí que a tecnosfera atual – da obsolescência programada – impõe-nos, através da psicofera – obsolescência perceptiva –, uma consciência alienada do mundo e de nós mesmos para que nos vejamos não como cidadãos, mas,

sim, como consumidor. O consumo faz com que aumente o grau de alienação do cidadão, tornando-o um *cidadão imperfeito* porque querem nos fazer crer que, tendo dinheiro, vira-se um *consumidor mais-que-perfeito* (SANTOS, 2012; 2013b).

O fenômeno das “*fake news*”, por exemplo, não é recente. Pois não são sinônimos de informações ou notícias oriundas exclusivamente da internet, mas uma prática corriqueira dos oligopólios de mídia no Brasil que mentem e editam de forma a mostrar meias verdades (geralmente entrevistando os técnicos que concordam com sua narrativa ou apenas as partes que concordam com sua visão social ideológica de mundo). O fato é que acusam, julgam e condenam as pessoas, agentes públicos, lideranças políticas e populares, movimentos sociais de luta pela terra ou moradia.

Isto é mais bem explicado quando se compara a estrutura das novelas da Rede Globo com a Linha Editorial do seu Jornalismo, pois é visível o uso da dramaturgia do vilão e do mocinho, também, no Jornal Nacional. O objetivo é sempre o dinheiro em detrimento da Democracia (em 1964 e 2016). O poder da Globo deriva do seu poder econômico e do uso deste como poder político. Por isto que é caracterizada como Partido da Imprensa Golpista (PIG) já que se constitui não no quarto (em ordem), mas no primeiro – em Poder – da República brasileira e cujas edições – de sua Linha Editorial – nos permitem ver – através da internet – sua ação política em benefício próprio e em partido dos interesses dos seus grandes anunciantes, mesmo que tenha que agir contra a soberania brasileira, contra nossa Democracia e Economia (AMORIM, 2015; BRIZOLA, 2017; JESSÉ, 2017; LOPES, 2016).

Portanto, é por esta razão que, em nível metodológico, nosso trabalho apresenta uma integração de conceitos, técnicas e métodos orientados a intervenção na realidade visando transformar a natureza do jogo (MOREIRA, 2012; PINTO, 2008; SANTOS, 2012; SCHRADER, 2002; SILVA et al., 2009; SUERTEGARAY; 2005) que será feita através da Alfabetização Geográfica orientada à ação cidadã. Ou seja, iremos orientar nosso método de modo que consigamos fazer a crítica à ideologia dominante onde ela aparentemente não existe, para que possamos transformá-la (no sentido de superá-la):

[...] a investigação centra-se em problemas da realidade social e na prática dos sujeitos nela implicados, é orientada a ação, para resolução de problemas que formam parte dessa realidade, num processo em que a teoria é emancipatória porque nasce na busca da modificação da situação real, assumindo uma visão democrática do conhecimento (COUTINHO, C. P. 2013. p. 32).

Do recorte do Problema Inicial até o recorte do “Onde!” fazemos as Perguntas-problema?

A discussão sobre a alienação impõe-se de forma intensa como um dos problemas centrais na agenda da Filosofia, Sociologia, Economia, Política, etc. (desde meados do século XIX) quando Marx (2013. p. 128) desmascarou a forma como o capital alienava os trabalhadores: “*o operário vende ao capital a sua força de trabalho porque lhe faltam os meios materiais de produção*”, porque o trabalhador “*isoladamente é apenas um acessório que não tem utilidade*” e para poder se reproduzir socialmente no capitalismo “*necessita um meio social, que só existe na fábrica do capitalista*”. Portanto, esse “*meio social*” é o *meio geográfico* – o Espaço Geográfico (EG), Espaço Banal (EB), Espaço Vivido (EV), Espaço Cotidiano (EC), Território Usado (TU), Espaço Produtivo (EP) – primeiro sobre e depois a partir do qual a alienação se produz. Por isto, a importância de apontarmos a sua origem:

[...] o modo de produção capitalista (...) depende da acumulação já operada (...) esse movimento, por consequência, parece que gira em um círculo vicioso de que não se poderia sair sem admitir uma *acumulação primitiva*, que sirva de ponto de partida à produção capitalista, em vez de proceder dela. Qual é a origem dessa acumulação primitiva? Segundo a história real e verdadeira, a conquista, a servidão, o roubo a mão armada, o reino do da força bruta é o que sempre tem triunfado. Nos manuais de economia política é, pelo contrário, o idílio, o que sempre tem florescido; nunca houve outros meios de se enriquecer se não com o trabalho e o direito. Na realidade, os métodos da acumulação primitiva são tudo o que se queira, exceto matéria de idílio. O escamoteio dos bens das igrejas e hospitais, a alienação fraudulenta dos domínios do Estado, o roubo das terras comunais, a transformação territorial da propriedade feudal em propriedade moderna privada, tais são as origens idílicas da acumulação primitiva (...) A base do sistema capitalista é a separação radical do produtor e dos meios de produção. Para que esse sistema se estabeleça é necessário, portanto, que, em parte pelo menos, os meios de produção tenham sido anteriormente arrancados aos produtores que os empregavam em realizar a sua própria potência de trabalho, e que esses meios se encontrem igualmente detidos por produtos mercantis que se empregam em especular com o trabalho alheio. O movimento histórico que dá por resultado o divórcio entre o trabalho e suas condições, os meios de produção, tal é o significado da acumulação primitiva (MARX, Karl. p. 211-212. 2013).

Explicar-se-ia, a partir daí, porque a alienação de um ser humano por outro ser humano, de uma sociedade por outra sociedade, de um país ou Estado por outro(s), etc. advém do desenvolvimento do capital, pois:

A alienação da humanidade, no sentido fundamental do termo, significa *perda de controle*: sua corporificação numa *força externa* que confronta os indivíduos como um poder *hostil e potencialmente destrutivo*. Quando Marx analisou a alienação nos seus *Manuscritos de 1844*, indicou os seus quatro principais aspectos: 1) a alienação dos seres humanos em relação à *natureza*; 2) (...) está alienado de *si mesmo* (...) à sua própria *atividade produtiva*; 3) (...) de seu “*ser genérico*” (...) à sua espécie, como espécie humana; e 4) (...) o homem está alienado do homem (...) *de uns em relação aos outros*. Ele afirmou enfaticamente que tudo isso não é uma “fatalidade da natureza” – como de fato são representados os antagonismos estruturais do capital, a fim de deixá-los onde estão – mas uma forma de *autoalienação*. Dito de outra forma, não é o efeito de uma força externa todo-poderosa, natural ou metafísica, mas o resultado de um tipo determinado de desenvolvimento histórico que pode ser positivamente alterado pela intervenção consciente no processo histórico para “transcender a autoalienação do trabalho” (MÉSZÁROS, István. 2006. p. 14)

A Geografia, ao longo do seu desenvolvimento enquanto disciplina e ciência (MORAES, 2007; MOREIRA, 2012; SANTOS, 2012; SUERTEGARAY, 2005), também tem sido tributária no desenvolvimento de categorias analíticas capazes de interpretar e explicar a alienação em sua forma geográfica, tanto moderna quanto pós-moderna ou globalizada (HARVEY, 2005; 2013; [b]; [c]; MOREIRA, 2012; SILVA, 2016; SANTOS, 2000; 2002; 2011; 2012; [b]; 2013). E é por isto que uma parte dos trabalhos geográficos, de geógrafos e geógrafas, tem buscado à transcendência da autoalienação do trabalho que, com a Globalização, tem sido mundializada através da mais-valia globalizada. Isto por que:

Ao espaço não é indiferente essa mundialização do mercado e da mercadoria, prevista por Marx (...) O espaço, soma dos resultados da intervenção humana sobre a terra, é formado pelo espaço construído que é também o espaço produtivo, pelo espaço construído que é apenas uma expectativa, primeira ou segunda, de uma atividade produtiva, e ainda pelo espaço não-construído mas suscetível – ante o avanço da ciência e das técnicas e às necessidades da economia e da política ou simplesmente militares – de tornar-se um valor, não-específico ou particular, mas universal, como o das mercadorias no mercado mundial. O espaço, portanto, tornou-se a mercadoria universal por excelência (SANTOS, Milton. 2012. p. 29-30).

Sobretudo porque o EG – espaço construído que é também o EP – dotado deste(s) valor(es) condicionará uma práxis que alienará o ser humano duplamente, basta ver que:

A partir do instante em que o comércio se baseia no valor de troca, a natureza e os homens passam a ser valorizados por meio de dados exteriores à sociedade considerada. Isto foi o ponto de partida de um duplo processo: um que haveria de separar os homens entre compradores e vendedores de força

de trabalho e, por isso, subordiná-los aos objetos; e outro que retiraria desses mesmos objetos um valor fundado no trabalho necessário à sua produção, substituindo-o por um valor comercial. Desse modo o homem tornou-se duplamente alienado. Quanto mais as forças produtivas são desenvolvidas, maior é a parte do capital constante, isto é, do “trabalho morto” no aparelho produtivo, e mais o homem deve sujeitar-se às coisas que ele próprio construiu (...) Não são apenas os instrumentos de trabalho que exercem um domínio sobre o homem. Se toda matéria trabalhada por ele tornar-se coisa social (...) esse produto cristalizado de seu trabalho impõe-lhe uma práxis que governa os seus movimentos e mesmo determina o modo como ele agirá no cotidiano (SANTOS, Milton. 2012. p. 30-31).

Assim, ao observarmos o modo como o ser humano age no seu cotidiano ou utiliza o território, verificamos uma retroalimentação negativa. Isto é, a reprodução de um círculo vicioso que aliena tanto o ser humano – valorizado no capitalismo apenas enquanto força de trabalho, mercadoria ou consumidor – quanto o “seu” EG tornado uma “mercadoria universal por excelência”, já que vai desde a produção – EP – “pelo desenvolvimento das forças produtivas” até a alienação geográfica estrutural: que é a relação entre a reprodução da ética capitalista – competitiva, individualista, etc. – através da relação do EP com o EC da família (lar), da cidadania e do conhecimento (escolas, universidades), lazer, etc.

Assim, ambos os espaços estão estruturalmente orientados – pelas formas-conteúdo e ações a elas inerentes – a um respectivo condicionamento pela própria práxis das formas-conteúdo dessa globalização neoliberal. É por isso que as verticalidades dessa Globalização Neoliberal têm mantido as economias do Hemisfério Sul, como a brasileira, subjugadas a uma nova relação de dependência: neocolonial.

O Brasil está preso num círculo vicioso dentro dessa NDTPTI, porque suas instituições sociais (lar, escola, universidade, espaço produtivo, partidos políticos, judiciário, mercados, bancos, economia, etc.) estão todas orientadas à troca da nossa natureza e Ambiente a ela associada por dívida “pública” (FURTADO, 2002; [b]), através dessa dependência da exportação de “*commodities*” minerais e agropecuárias. Disso também deriva nossa alienação latino-americana que se reproduz pela dominação geopolítica dessa Globalização Neoliberal:

Estamos, sim, diante de um *sistema-mundo moderno-colonial*, que é um mundo cada vez mais interdependente – *sistema-mundo*, mas cuja interdependência está organizada com base num sistema de relações hierárquicas de poder – *moderno-colonial* (...) o processo de globalização traz em si mesmo a globalização da exploração da natureza com proveitos e rejeitos distribuídos desigualmente. (...) junto com o processo de globalização há, ao mesmo tempo, a dominação da natureza e a dominação de alguns

homens sobre outros homens, da cultura européia sobre outras culturas e povos e dos homens sobre as mulheres (...) essa dominação se dava por *razões naturais*, na medida em que certas *raças seriam naturalmente inferiores*. A modernidade européia inventou a colonialidade e a racialidade (base da escravidão moderna) e, assim, essa tríade – modernidade-colonialidade-racialidade – continua atravessando, até hoje, as práticas sociais e de poder. (PORTO-GONÇALVES, C. W. 2006. p. 25)

Portanto, é por isto que esse sistema-mundo moderno-colonial se manifesta como perversidade. As crises socioambientais estruturais são, na verdade, os efeitos das contradições estruturais do capitalismo. A título de exemplo de uma de suas principais contradições: um sistema cuja riqueza é produzida coletivamente, mas que é apropriada individualmente que, é o mesmo que dizer que o Capitalismo privatiza o bônus, mas socializa o ônus (HARVEY, 2013; MARX, 2013).

Isto pode ser verificado através das Políticas de Ajuste Fiscal – Proposta de Emenda a Constituição 241/2016 ou “PEC do fim do mundo” – (desde antes, mas intensificada após o Golpe de 2016). Na prática estamos falando do maior crime de corrupção legalizado de que tem notícia, ou seja, da maior transferência de renda da sociedade brasileira para o setor financeiro. Crime de lesa-pátria que o Movimento Social da Auditoria Cidadã da Dívida “Pública” tem denunciado desde 2001 (FATORELLI, 2013).

Fatorelli (2015) trata a corrupção como resultado desse Sistema da Dívida. Por este motivo que a corrupção é estrutural, pois sua principal fonte de financiamento equivale a 51% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Motivo pelo qual o sistema financeiro e os rentistas – o 1% mais rico – financiaram o conjunto de interesses corporativos que lucraram com o Golpe de Estado de 2016 (AMARAL, 2016; SOUZA, 2016; 2017; DEMIER, 2017). Ouvimos os áudios de Jucá com Machado sobre um grande acordo com supremo, com tudo para delimitar a Lava Jato onde está (EL PAÍS / Brasil, 2016).

A mineradora Samarco, logo após o Golpe de 2016, foi anistiada das multas por nada mais, nada menos, do que o maior desastre ambiental da história brasileira. O impacto socioeconômico e cultural, por exemplo, pode ser visto ao longo de toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce, onde os rejeitos tóxicos da mineração do ferro foram levados pelas águas “do Golpe de 2016” [desde Mariana (MG), passando pelo litoral do Espírito Santo, até chegar ao Arquipélago de Abrolhos, no litoral da Bahia (em 2016)].

A herança deixada para as próximas gerações da relação entre esse sistema-mundo – divisão territorial do trabalho internacional – e o Golpe (de 2016) é tanto o passivo socioambiental quanto a externalização dos custos de produção. Isto porque sem esse passivo gerado, e não pago, [aos países da América Latina (Brasil, etc.) e aos da África, etc], não haveria justificativa para a manutenção desse padrão de poder moderno-colonial que tem alienado os territórios (do lado de cá), tanto material quanto simbolicamente: natureza, economia, corpos, mentes, cultura, etc.¹.

Soma-se a isto, o “velho” uso imperialista das novas tecnologias da terceira e quarta Revolução Industrial pela “nova” Geopolítica dos EUA do Norte, que através da *National Security Agency* (NSA), conspirou a favor do Golpe (2016) que levou ao “*impeachment*” sem crime de responsabilidade. Agora com provas disponibilizadas pelo “*WikiLeaks*” e acessível a qualquer um com curiosidade e acesso a internet que comprovam que o único objetivo dessa espionagem da NSA era: abocanhar o Petróleo do Pré-Sal da Petrobras, a Embraer, a base de Alcântara, etc. segundo denunciaram *Julian Assange* e *Edward Snowden*².

Assim, sobre a Geopolítica do Golpe de Estado ainda em andamento (DEMIER, 2017; SOUZA, 2016; 2017), é preciso apontar os processos e as escalas de atuação

¹ Sobre isto ver, entre outros: “*JC Debate – Desastre Ambiental / da TV Cultura – Fundação Padre Anchieta – SP*” & “*Ecossistema do maior crime ambiental do Brasil / Conexão – do Canal Futura*”; “*Após dois anos, moradores sofrem com depressão e outros problemas de saúde – da Carta Capital*”, “*Após prorrogar 3 vezes, Justiça suspende prazo para Samarco depositar 1,2 bi – do UOL Notícias Cotidiano*” & “*Rio Doce: a lama oculta – do Outras Palavras*”.

² Sobre isto ver, entre outros: “*INSTITUTE LAWFARE: the misuse and abuse of law for political ends – de TV 247*”, “*Juristas brasileiros criam um Instituto Lawfare – do Conversa Afiada*”, “*Lawfare representa uso indevido dos recursos jurídicos para fins de perseguição política / Justificando Entrevista – da Carta Capital*”, “*O direito como arma contra o inimigo – do TV AFIADA*” & Denúncia pela militância na Blogosfera: “*BRICS: Presidenta Dilma e o próximo alvo de Washington! – do SindpetroCaxias*”; “*Fernando Moraes Entrevista Julian Assange – do NOCAUTE – Blog do Fernando Moraes*”, “*Filme sobre Julian Assange: ‘Roubamos Segredos – A história do Wikileaks*’”, A crítica do filme pelo próprio Julian Assange “*Carta a Benedict Cumberbatch, que o interpreta no filme ‘O Quinto Poder’, em que o aconselha a não entrar no projeto porque ele esconde, pois ele esconde a verdade sobre a geopolítica norte-americana*” & “*O Wikileaks desnuda as instituições / Dossiê 1 – do LE MOND diplomatique Brasil*”; O ganhador do Oscar dos Documentários (em 2015, em ‘*Hollywood*’) “*Citizenfour: sobre Edward Snowden – de Laura Poitras*”, Filme de 2016 “*Snowden – Herói ou Traidor*”, Entrevista de Edward Snowden (com supervisão do jornalista ‘Glenn Greenwald’ do ‘*The Intercept Brasil*’) ao PIG (Globo News) “*Documentários-Edward Snowden, fala sobre os EUA, Rússia e Brasil*”, “*Diretor do filme de Edward Snowden afirma que o ‘Brasil sobre um golpe de Estado’ – do Diário de Pernambuco*”, “*Edward Snowden afirma que o Facebook é uma ‘empresa de vigilância’ – do OBSERVADOR*”, “*Boi, Bala e Bíblia contra Dilma – da apública.org*”, “*Facebook censura a TV Afiada – do Conversa Afiada*” & “*ENTRE VISTAS – Roberto Requião – da Rede TVT*”; “*Lava Jato: o suicídio político da Netflix no Brasil, por Weden – GGN*”, “*CAIXA-PRETA 17: MORAIS X MORO – do NOCAUTE – Blog do Fernando Moraes*”, “*Jessé de Souza, a lava jato é a maior mentida da história do Brasil – da TV Cultura*” & “*Bob Fernandes / De herói a vilão, Gilmar entrega: Lula só sai da cadeia se desistir da candidatura – do Jornal da Gazeta & Fachin engavetou investigação contra Temer no mesmo dia que cancelou julgamento de Lula – da Revista Fórum*”.

desses agentes internos que, operando a partir das próprias instituições da República brasileira, agem para camuflar as contradições desse sistema-mundo moderno-colonial. Tendo como objetivo alienação tanto da nossa soberania nacional quanto da consciência de uma cidadania universal ou planetária, pois:

1. a mídia hegemônica oligopólica “brasileira”³ considerada não o quarto, mas o primeiro poder da República brasileira, com protagonismo do PIG – da Rede Globo – que nasceu do apoio ao golpe militar de 64 e, vendo seu império fordista ruir frente à hegemonia do sistema técnico de produção, que também constitui-se no regime de acumulação, do capitalismo globalizado ou “streams”⁴ (Google, Facebook, Youtube, Netflix, etc.) e pelas denúncias de corrupção (desde a copa do mundo da África do Sul) sobre sonegação fiscal, lavagem de dinheiro, etc. (passando pela cobertura “jornalística” das Delações Premiadas da Lava Jato contra o Lula e da omissão ou romantização sobre quando seu nome Rede Globo foi citado com os mesmos partidos e empresários envolvidos na corrupção), mas que o Juiz Sérgio Moro não levou a diante (até as recentes denúncias da CIA) sobre a corrupção na FIFA, CBF e a participação de novo da Globo no cartel que pagava propina pelos contratos de transmissão da Copa América, Libertadores, brasileiro, etc.;
2. o congresso corporativo que, conjunturalmente (eleições de 2014), juntou os votos ou a força dos 1/3 da Bancada Evangélica⁵ ou neopentecostais

³ Sobre isto ver, entre outros: “*Beyond Citizen Kane (1993) – da BBC*”, “*Levante sua voz / A verdadeira história da mídia brasileira – do Coletivo de Comunicação Social Intervozes*”, “*Monopólio e Jogo de Interesses / Globo o desenho do Golpe – da Caros Amigos (edição especial)*”, “*TV ‘Al Jazeera’ denuncia Rede Globo no Golpe do Brasil 1964/2016*”, “*Júlio quer saber – do Intervozes*” sobre Regulação da mídia no mundo versus Democratização da Comunicação no Brasil e América Latina, & “*Por que apenas a Globo foi hostilizada nos protestos – do Observatório da Imprensa*”.

⁴ Sobre isto ver, entre outros: “*Internet levará à distopia ou a uma cultura mais forte, diz fundador do WikiLeaks – do Boitempo Editorial*”, “*O fim da televisão como a conhecemos – do Instituto Humanista Unisinos*”, “*Crescimento do NETFLIX sufocou a Globo & Globo perde 20% em cinco anos... – do Conversa Afiada*” & O livro dedicado a memória de Milton Santos “*Por uma outra comunicação: mídia, mundialização, cultura e poder – Org. por Dênis de Moraes*” que analisa e denuncia como “*A mídia desempenha função estratégica primordial enquanto máquina produtiva que legitima ideologicamente a globalização capitalista (...)* p. 9.”.

⁵ Sobre isto ver, entre outros: “*A Frente Parlamentar Evangélica e um frágil Estado laico – trabalho de educanda da UNB*”, “*O Estado laico e a Bancada Evangélica – por Bruna Shoembakla do Jusbrasil*” & “*EM NOME DO PAI Justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff – in Revista Brasileira de Ciências Sociais Vol. 33 Nº 96*”; “*Deus derruba a presidenta do Brasil / Deputados justificam seus votos em Deus, na moralidade e a família: o motivo real da votação é esquecido – do El País*”, “*Pela família, por Deus e*

(dona e/ou compradora de horários nobres da televisão brasileira por onde transmitem sua contraditória doutrina teocrática, pois socialmente conservadora mas economicamente neoliberal e envolvida direta ou indiretamente nos escândalos de corrupção e do Golpe) com os 2/3 da conservadora Bancada Ruralista. Corporação cuja postura coronelista advém da herança escravocrata dos seus ancestrais da época das capitâneas hereditárias e cujo privilégio tem perpetrado a degradação ambiental em escala nacional. Uma oligarquia política que se apresenta como aristocracia econômica liberal⁶, mas que, sabemos, não passa de uma classe rentista que privatiza os ganhos econômicos oriundos não somente do ganho de produtividade pela mecanização, mas, sobretudo, da força desses 2/3 na defesa dos subsídios e financiamentos agrícolas com dinheiro público. O *agrobusiness* é o “Cavalo de Tróia” que a Geopolítica da nova ordem mundial (pós segunda guerra mundial) plantou no Brasil com nome de “Revolução” Verde (a partir da década de 1960). O “agronegócio brasileiro”, de brasileiro só tem o produtor rural e o caminhoneiro (pois ambos estão alienados pela obsolescência programada, perceptiva internacionais e sistema da dívida);

3. o também corporativo, classista, conservador, plutocrático e, portanto, antidemocrático sistema judiciário “brasileiro” (que tem trabalhado caçando os inimigos políticos⁷ dos interesses Geopolíticos dos EUA: Estado embaixador de suas corporações e sistema financeiro).

pelo Cunha: como votou a Frente Parlamentar Evangélica? – da Revista Fórum & 93% dos deputados da bancada evangélica votaram pelo impeachment – da Gazeta do Povo” & “Evangélicos salvaram Temer na Câmara, como na votação da 1ª denúncia – do DCM & Votação da segunda denúncia na Câmara em 16 gráficos – do NEXO Jornal”; “GREG NEWS com Gregório Duvivier / Marcelo Crivella – da HBO Brasil”.

⁶ Sobre isto ver, entre outros: “*DE OLHO NOS RURLISTAS: Observatório do Agronegócio no Brasil*”, “*Bancada Ruralista tem poder para derrubar ou manter presidentes – de Carta Capital*”, “*Frente Parlamentar Agropecuária vota em peso a favor do impeachment – da Revista GLOBORURAL*”, “*Após anistia de R\$ 8,6 bilhões, 2/3 da bancada ruralista votaram a favor de Temer / Operação Lava Jato – do UOL notícias Política*”; “*O veneno está em sua mesa 1 & 2 – de Caliban Cinema e Conteúdo*”, “*O mundo segundo a Monsanto – de Marie-Monique Robin*”, “*Dez anos de transgênicos no Brasil – da TV Brasil / EBC*”, “*Simpósio sobre perda de abelhas no Brasil – da Embrapa*”, “*Médicos e MPF tentam barrar lei ruralista sobre agrotóxicos apelidada de ‘pacote do veneno’ – do El País Brasil*” & “*Da horta a floresta / From garden to forest – do Agenda Gotsh*”.

⁷ Sobre isto ver, entre outros, mas, sobretudo: “*Comentários a uma sentença anunciada: o processo Lula / Carol Proner et al. (orgs.). – Bauru: Canal 6, 2017.*” (disponível no “link”: <https://drive.google.com/file/d/IT_TFknjaV5gVkgGRg_bp0vIYQbmRfGO/view>).

Assim, essa herança colonial se capilariza através do discurso único das elites do atraso (SOUZA, 2017) que dominam todas as instituições brasileiras, “a mídia condenando antes do transitado e julgado” que nos nega o Direito Humano fundamental a Comunicação. É assim que se dá a produção dessa Globalização Neoliberal nos territórios, através do PIG: Globo e suas filiais RBS⁸ - TV (AMORIM, 2015; GUARESCHI, 1987; [b]; SOUZA, 2017; SANTOS, 2013b), Abril (Veja) e “*sui generis*”. Isto é, os meios de “comunicação” de massa, analógicos ou digitais, são o meio geopolítico desse discurso único que produz essa tirania da informação que para naturalizar a metafísica do “Deus” Mercado tem que matar, todos os dias, a história.

O TU passa a ser orientado por estes valores. O significado social e o funcionamento democrático das nossas próprias instituições republicanas são substituídos pelos valores dessa Economia de Mercado. O público perde sentido para o privado. A racionalidade econômica impõe-se sobre a função social das instituições. O público e o direito são privatizados e transformados em serviços a serem comprados.

Este círculo vicioso tem gerado, por sua vez, tanto a manutenção das antigas quanto a generalização e perpetuação de novas formas de Alienação da nossa Autonomia (FREIRE, 1996; 2012; 2014; MARX, 1984; 2013; MÉSZÁROS, 2006; SANTOS, 1985; 2011; 2013). A título de exemplo geográfico, mais trivial, pode-se citar o da consciência fragmentária do mundo e/ou dos nossos próprios EGs e, conseqüentemente, das Identidades Territoriais (IT) a eles inerentes.

Esta relação social que nos hierarquiza como espécie, raça, classe, gênero, etc. acaba por alienar, também, nosso desenvolvimento conjunto enquanto civilização. E iremos defender que é a partir da lógica impressa nos nossos próprios EPs. Isto porque, independentemente da base técnica de produção da *mais-valia* – “*Plantation*”, *Fordismo*, “*Toyotismo*” ou *Sistema Flexível*, por exemplo – o resultado, para o trabalhador ou para a cidadania em geral, é sempre o mesmo: alienação. E isso se dá também com relação à soberania nacional dos países, sobretudo os da América Latina e África, por esta globalização neoliberal. A alienação política através da alienação econômica (MÉSZÁROS, 2006; MOREIRA, 2012; 2014; PINTO, 2013; SANTOS, 2011; 2013).

⁸ Sobre isto ver, entre outros: “*Operação Zelotes envolve bancos, grandes empresas e afiliada da Globo*”, ‘*Zelotes: Gerdau e RBS, afiliada da Globo, são principais alvos, diz jornal*’, ‘*Zelotes voltou com outro foco*’ & ‘*Lula vira réu na Operação Zelotes*’ – da *Carta Capital*”; ‘*E os 15 milhões da RBS na Zelotes? – do Conversa Afiada*”.

Portanto, alienar as instituições econômicas necessárias à reprodução dos seres humanos é alienar, ao mesmo tempo, a possibilidade de desenvolvimento de uma consciência humana ou da autonomia política dos trabalhadores ou da sua dimensão cidadã (FREIRE, 1996; 2012; 2014). Isso porque, como vimos até aqui, estão estruturalmente relacionadas com o seu EG, que é também espaço produzido ou que produz – EP – que, por sua vez, produz o EG. Doravante, fica a certeza de que se reproduzir como trabalhador nestas condições – em EPs alienados ou alienantes – é produzirmos, cotidianamente, minha, sua e nossa própria alienação: autoalienação.

De forma geral, já podemos concluir que sabemos que a autonomia do cidadão está sendo atrofiada no mundo todo, seja pela alienação da sua dimensão enquanto trabalhador seja pela sua relação recíproca com a da alienação da soberania dos seus territórios (produtivos), usados. E isso se dá desde a escala concreta do cotidiano que está dentro da escala da região, da do Estado Nacional e da dos outros Estados até a das corporações multinacionais que tem fragmentado todas estas escolas supracitadas. Pois o Neoliberalismo se impõe – através da tirania do dinheiro e da informação – em todas as escalas geográficas ou instituições sociais e, tem exigido conseqüentemente, uma práxis correlata.

Isto porque a “ideologia do desenvolvimento” que tem sido imposta – por essa agenda da tirania do dinheiro e da informação – dita a forma como o “meio ambiente” deve ser discutido e, assim, impede que a essência da crise seja explicitada. Pois segundo Rodrigues (2012. p. 211) “*O saber competente esta sendo guiado pelos organismos internacionais de financiamento e a colonização do inconsciente atinge a academia e não apenas os não letrados*”. E é em função disto a nossa responsabilidade em debater de forma crítica com as *Linhas Editoriais* do PIG, pois:

[...] O deslocamento discursivo da produção para o consumo oculta as classes sociais, que passam a ser distinguidas como “classes de rendas” e “classes de consumidores”. Enquanto a produção é concretizada no espaço geográfico, o “consumo” é remetido ao indivíduo. Não há referencia ao comércio, ao lugar de troca, mas ao consumidor. Como pode ser ele o responsável pela dilapidação ambiental, se não é quem escolhe o que produzir? Como compreender a totalidade, quando se excluem o espaço geográfico, a produção, a circulação, o comércio, as classes sociais, o mundo do trabalho, as relações societárias e, principalmente, os *agentes formuladores e promotores* do deslocamento discursivo? (RODRIGUES, A. M. 2012. p. 212).

Por esta razão é que quando se questiona a produção: aí não se ganha elogios, não se abrem canais à crítica, não há financiamentos. Por esta razão é que vimos como uma demanda social e científica problematizar geograficamente a alienação através do Espaço de Produção ou EP, que é uma das dimensões do nosso objeto de estudos. Pois a ontologia do EG considera que o todo não é a soma das partes, mas a relação entre elas. Então o todo – EG – contém as partes – EP – assim como as partes – EP – contém o todo – EG – e é por isto que a essência do EG é ser relacional (SANTOS, 2006).

Para tanto, ou para “o Onde!” (SILVA, 2009) definimos como recorte espacial o EG do setor de alimentos do município de Pelotas/RS:

Figura 1 – Mapa do Arranjo Produtivo Local Alimentos Região Sul do RS



Fonte: adaptado pelo autor do Google Imagens (2018).

Nossa justificativa é porque esse EG de produção – EP – envolve passado, presente e futuro e a relação cidade-campo. Mas também porque nele há a convivência sincronicamente diacrônica de diferentes formas de se relacionar para produzir: por vezes cooperam, mas são, em essência, antagônicas umas às outras em função da essência competitiva que rege, por um lado, o Capitalismo *versus* a essência cooperativa

ou solidária que rege, por outro, o Cooperativismo e/ou os Empreendimentos de Economia Solidária (EES). Soma-se a esses dois últimos os valores éticos vinculados à produção agroecológica.

Ou seja, ele é um modelo misto de inclusão do(s) seu(s) EP e trabalhadores que não nega as contradições impostas por essa Economia de Mercado – que sabemos, aliena tudo e todos através da supressão dos valores de uso pelos de troca – mas que, por seus objetivos norteadores, procura “*contribuir para o desenvolvimento territorial, a preservação do conhecimento, valorização dos produtores, agregação de renda, laços de cooperação e confiança e, ainda, a participação nas decisões*” (AQUINI, D. M. & HERRMANN, F. F. 2018. p. 8).

Portanto, para sabermos se *o APL Alimentos da Região Sul do RS é essa alternativa que rompe com essa relação entre a (re)produção alienada-alienante do espaço de produção e do trabalhador sob a égide dessa Globalização Neoliberal? Ou, dito em outras palavras é possível que este EP seja o meio pelo qual os próprios trabalhadores possam produzir sua independência econômica de forma indissociável de sua autonomia política ou com consciência cidadã?*

A partir dos debates e diálogos, tanto com a caracterização da Alienação quanto da caracterização de sua dimensão espacial ou geográfica, objetivamos buscar a(s) resposta(s) a essa pergunta-problema.

Por fim, tentaremos responder se *o EP – nestes moldes do APL Alimentos da Região Sul do RS – está sendo uma escola-territorial de formação continuada à consciência cidadã do trabalhador? E se sim, de que forma? Mas se não, como poderá vir-a-ser?* Isto é, queremos descobrir com o diálogo entre nossos referenciais teóricos, metodológicos e conceituais com o da entrevista se *esse mesmo EG de produção, que paga salários, é capaz de produzir, ao mesmo tempo, um trabalhador-cidadão consciente – emancipado – tanto com relação ao sistema produtivo global (no qual sabemos de antemão está, assim como o resto da economia brasileira, inserido de forma dependente e periférico) quanto da forma como o APL o insere nele?* Dito em outras palavras: *se têm consciência de como se inserem nesta Globalização Neoliberal e de como ela se insere neles, através da racionalidade de suas formas-conteúdo alienadas-alienantes?* Porque visamos, com nosso trabalho, à tomada de consciência da alienação em sua dimensão geográfica para a sua superação a partir do “Onde!” ela é produzida: no EG Produtivo Cotidiano.

Da Metodologia das CSH a nossa Metodologia orientada à superação da Alienação em sua dimensão geográfica

O objetivo epistemológico dessa primeira etapa do trabalho foi fazer uma ponte entre o problema geral e as categorias de análise necessárias à sua superação. E isto passará pela interpretação do grau – em sua dimensão espacial – tanto da alienação como da autonomia. Haja vista que a alienação nos trabalhos geográficos, sobretudo aos associados à terceira escola da Geografia, cujo debate se acirra com o positivismo da segunda escola (MORAES, 2007), não nos permitiu de forma sistemática entender o conceito ao ponto de utilizá-lo com segurança na interpretação da nossa problemática, mas foi o ponto de partida.

Disso parte nossa motivação por buscar defini-la, inicialmente, a partir da forma como vínhamos estudando-a em Milton Santos (2011), porque está de acordo, primeiro, com esse sistema de conceitos ou teoria abertos de Marx sistematizados por Mészáros (2006) e, segundo, porque poderia servir:

1. como referencial ao nosso trabalho de interpretação da alienação da cidadania dos trabalhadores e soberania das suas regiões (hoje) alienados pela ideologia do crescimento econômico que tem levado ao desenvolvimento do seu próprio subdesenvolvimento e;
2. instrumentalizar a sociedade civil e cientistas das CSH com um trabalho – geográfico – sobre a forma como as *formas-conteúdo* do capital alienam a cidadania quando aliena os seus territórios, ambientes, cotidiano.

Assim, pelo conjunto de motivos até aqui debatidos (que iniciou com o problema, passando pelo paradigma, metodologia das CSH até chegar a nossa Metodologia geográfica) é que definiremos para o segundo capítulo, a caracterização do conceito de alienação a partir da “*Teoria da Alienação em Marx*” seguido da caracterização de sua dimensão espacial ou geográfica.

Já para o terceiro capítulo, definiremos o método de alfabetização freiriano – dos Temas Geradores – como nossa técnica de entrevista que visa fazer o debate entre a alienação em sua dimensão geográfica com a caracterização do aparente potencial emancipador – categoria da associação – imanente a estrutura do APL (AQUINI, 2018) em função de sua estrutura cooperativa, mas através de um olhar conjunto com os próprios produtores e trabalhadores inseridos nesse circuito espacial de produção.

CAPÍTULO II – A ALFABETIZAÇÃO GEOGRÁFICA CIDADÃ: a “Teoria da Alienação de Marx” em sua dimensão espacial alienada

“O tema central da teoria de Marx é: como realizar a liberdade humana”
(MÉSZÁROS, István. 2006. p. 149).

“Nossa grande tarefa, hoje, é a elaboração de um novo discurso, capaz de
desmistificar a competitividade e o consumismo e de atenuar, senão
desmanchar, a confusão dos espíritos.”
(SANTOS, Milton, 2013b. p. 55).

“Como só o conhecimento liberta, não pode existir Educação Popular fora dos processos de
luta popular. Assim, a luta popular é a Educação Popular aplicada, pois, quem sabe como fazer, mas
nunca fez, ainda não sabe. A luta popular articula a ação de dar o peixe para quem tem fome, de ensinar
a pescar para quem precisa sair da dependência e de elaborar uma estratégia para tomar de volta os
rios que se tornaram propriedade privada.”
(PELOSO, Ranulfo. Org. 2012. p. 9).

Introdução

Aqui faremos a análise da Alienação em sua dimensão espacial buscando desvendar as estruturas socioespaciais da produção de uma existência com independência econômica e autonomia política.

Para tanto, será necessário entendermos e fazermos entender como a Alienação insere – através da racionalidade de suas formas-conteúdo no âmbito da produção – os limites geográficos à soberania e cidadania nacional, pois visamos à tomada de consciência necessária à superação dessa Alienação estrutural, universal.

A “autoprodução” da Alienação e sua dimensão geográfica

Os quatro *principais aspectos* do conceito de Alienação em Marx (MÉSZÁROS, 2006. p. 20-21) nos ensinam que:

a) o homem – ser humano – está *alienado* da natureza;

A primeira dessas quatro características do “trabalho alienado” expressa a relação do trabalhador com o *produto* de seu trabalho, que é ao mesmo

tempo, segundo Marx, sua relação com o *mundo sensível exterior*, com os objetos da natureza.

b) está *alienado de si mesmo* (de sua *própria atividade*);

A segunda, por sua vez, é a expressão da relação do trabalho com o *ato de produção* no interior do processo de trabalho, isto é, a relação do trabalhador com sua própria atividade como atividade alheia que não lhe oferece satisfação em si e por si mesma, mas apenas pelo ato de vendê-la a outra pessoa. (Isso significa que não é a atividade em si que lhe proporciona satisfação, mas uma propriedade abstrata dela: a possibilidade de vendê-la em certas condições.) Marx também chama à primeira característica “estranhamento da coisa”, e à segunda “autoestranhamento”.

c) de seu “*ser genérico*” (de seu ser como *membro da espécie humana*) e;

O terceiro aspecto – a alienação do homem com relação ao seu ser genérico – está relacionada com a concepção segundo a qual o objeto do trabalho é a *objetificação da vida da espécie humana*, pois o homem “se duplica não apenas na consciência, intelectual[mente], mas operativa[mente], efetiva[mente], contemplando-se, por isso, a si mesmo num mundo criado por ele”. O trabalho alienado, porém, faz “do **ser genérico do homem**, tanto da natureza quanto da faculdade genérica espiritual dele, um ser **estranho** a ele, um **meio** da sua existência **individual**. Estranha do homem o seu próprio corpo, assim como a natureza fora dele, tal como a sua essência espiritual, a sua essência **humana**. A terceira característica está implícita nas duas primeiras, sendo expressão delas em termos de *relações humanas*, como também o é a quarta característica (...) Porém, enquanto ao formular a terceira característica Marx levou em conta os efeitos da alienação do trabalho – tanto como “estranhamento da coisa” quanto como “autoestranhamento” – com respeito à relação do *homem com a humanidade* em geral (isto é, a alienação da “condição humana” no curso de seu rebaixamento por meio de processos capitalistas (...))

d) o homem – ser humano – está *alienado do homem, dos outros homens* (dos outros seres humanos).

(...) na quarta ele as está considerando tendo em vista a relação do homem com *outros homens* (...) Assim, o conceito de alienação de Marx compreende as manifestações do “estranhamento do homem em relação à *natureza* e a *si mesmo*”, de um lado, e as expressões desse processo na relação entre *homem-humanidade* e *homem e homem*, de outro.

Figura 2 – Charges sobre Alienação do trabalho.



Fonte: Google Imagens (2018).

e) a relação entre os quatro aspectos do conceito da Alienação de Marx nos remete a um diálogo sobre qual venha a ser a sua dimensão espacial ou geográfica. Portanto, estaremos a partir deste momento defendendo que essa *dimensão espacial* ou *geográfica* se dá no âmbito do seu próprio *cotidiano*, da(s) sua(s) *geograficidade(s)*, pois há um estranhamento generalizado do ser humano com relação ao seu próprio *Espaço Geográfico, Banal, Vivido* ou *Cotidiano*.

O espaço surge da relação de ambientalidade, isto é, da relação de coabitação que o homem estabelece com a diversidade da natureza. E que o homem materializa como ambiência, dado seu forte sentido de pertencimento. Este ato de pertença identifica-se no enraizamento cultural que surge da identidade com o meio, via o enraizamento territorial (...) no novo ambiente. A ambientalização é antes de tudo uma práxis. Nenhum homem se enraíza cultural e territorialmente no mundo pela pura contemplação (...) O enraizamento é um processo que se confunde com o espaço percebido, vivido, simbólico e concebido, e vice-versa, porque é uma relação metabólica, um dar-se e trazer o diverso para a coabitação espacial do homem (...) são o processo do trabalho. O trabalho é o ato do homem de ir à natureza e trazê-la para si. Assim inicia-se a ambientalização (...) Vidal de La Blache demonstrou como este processo está na origem da constituição do homem, desde as “áreas laboratórios” (...) quando pela domesticação e a seguir pela aclimação o homem vai modificando a natureza e modificando-se a si mesmo. Marx denomina-o processo de hominização do homem, definido mediante o seu enraizamento cultural que vai saindo da relação metabólica, fruto da relação de ambientalização e do enraizamento territorial que daí deriva. As áreas-laboratórios localizam-se nas partes semiáridas (...) cortadas pelo paralelo de quarenta graus de latitude norte. Somente depois desse

aprendizado desce o homem em grupos para as “áreas anfíbias” dos vales férteis dos grandes rios dessa faixa de área disposta do mediterrâneo europeu as portas do Oriente Asiático. E então dá início às grandes civilizações da História (...) como construção do homem (...) a troca metabólica funde o homem no mundo e o mundo num mundo do homem. E é isto a geograficidade (MOREIRE, R. 2012. p. 178-179).

Destarte, estamos propondo aqui o que Milton Santos (2012. p. 247) também propôs com relação ao conceito de *formação social* em lhe agregando a dimensão *espacial* quando defendeu que “*O que propomos não visa acrescentar uma só linha ao debate semântico sobre as formações sociais, mas sugerir uma nova dimensão – a dimensão espacial, que nos parece fundamental*”. A definição da categoria marxista ganhou sua identidade geográfica: como *formação socioeconômica espacial*. Para nós, a alienação é outra categoria irmã da Geografia que também pressupõe uma dimensão espacial ou identidade geográfica: *geograficidade* da superação da alienação.

Porém, defende Milton Santos (1996. p. 7-14), é preciso geografizarmos esse cotidiano ao invés de incorporar sua noção de outras disciplinas. Dito em outras palavras, é preciso caracterizá-lo a partir do próprio espaço, ou seja, da Geografia:

Tabela 3 – Geografização do Cotidiano.

(Continua)

Múltiplas *dimensões geográficas* ou categorias do Cotidiano operacionais ao EG.
(segundo *Milton Santos*)

Pares de dimensões – *categorias de Geografização* – do Cotidiano.

Geografia dos experts	<i>versus</i>	Geografia Cidadã;
Três dimensões do Ser humano	<i>versus</i>	Espacialidade;
Passado, Presente e Futuro	<i>versus</i>	Necessidade e Liberdade;
Materialidade	<i>versus</i>	Imaterialidade;

Tabela 3 – Geografização do Cotidiano.

(Conclusão)

Normas	<i>versus</i>	Espontaneidade;
Pragmatismo	<i>versus</i>	Originalidade ou Inventividade;
1 ^a , 2 ^a , 3 ^a e 4 ^a dimensão do Espaço	<i>versus</i>	5 ^a dimensão do Espaço; (<i>Cotidiano</i>)
5 ^a dimensão do Espaço (<i>Cotidiano</i>)	<i>versus</i>	Cidadania;
Rede	<i>versus</i>	Lugar;
Organização do Espaço	<i>versus</i>	Articulação dos subespaços;
Percepção confusa de mundo	<i>versus</i>	Categoria “EG”;
O papel do Geógrafo	<i>versus</i>	Produção do Político;

Fonte: adaptado de Milton Santos (1996).

Após esta definição do *Cotidiano*, já é possível perceber que há o estranhamento por parte dos cidadãos, do seu próprio *EC*, em função de suas múltiplas dimensões ou pares de categorias que o tornam confuso e confusamente percebido. Disso deriva a sua não identificação com relação ao seu próprio *EG*, *Banal*, *Vivido* ou *Cotidiano*, mas, também, com os demais *EGs* da cidade, do campo, da Região, da sua terra, de toda a Terra. Porque esse é o ponto em que o *EG* é transformado em uma mercadoria universal por excelência, ou seja, é quando a consciência passa a ser alienadamente fragmentária ou fragmentariamente alienada (HARVEY, 2013; SANTOS, 2012).

Portanto, a Alienação em sua dimensão espacial ou geográfica se dá por que:

Também o espaço sofre os efeitos do processo: a cidade torna-se estranha a região, a própria região fica alienada, já que não produz mais para servir as necessidades reais daqueles que a habitam [porque] A especialização

crescente da produção, numa base regional, mas não raro ligada a interesses distantes, assim como a multiplicação das trocas contribuem igualmente para tornar o homem estranho ao seu trabalho, estranho ao seu espaço, à sua terra, transformada praticamente em fábrica. Isto é ainda mais verdadeiro quando se impõe a necessidade de estandardizar a produção, aumentar a produtividade da terra, racionalizar a atividade e (...) A intensificação das relações comerciais, induzindo à orientação da produção para venda, é ao mesmo tempo um fator de alienação regional e de alienação do homem [e] À medida que [o sistema] estende sua escala espacial, o homem produtor sabe cada vez menos quem é o criador de novos espaços, quem é o pensador, o planejador, o beneficiário (...) A percepção desse grande espaço torna-se, então, fragmentária [logo] o homem se vê condenado a ser uma mercadoria, um valor de troca no mercado de trabalho. Nos países desenvolvidos (...) No terceiro mundo (SANTOS, Milton. 2012. p. 28-29).

Figura 3 – Letra de música *ilustrativa* sobre a Alienação do ser humano com relação a sua terra (tornada em fábrica) ou ao seu EG (tornado uma mercadoria universal por excelência).

Cidadão Zé Ramalho

*Tá vendo aquele **edifício**, moço?
Ajudei a levantar
Foi um tempo de aflição
Eram quatro condução
Duas pra ir, duas pra voltar*

*Hoje depois dele pronto
Olho pra cima e fico tonto
Mas me vem um cidadão
E me diz, desconfiado
Tu tá aí admirado
Ou tá querendo roubar?*

*Meu domingo tá perdido
Vou pra casa entristecido
Dá vontade de beber
E pra aumentar meu tédio
Eu nem posso olhar pro prédio
Que eu ajudei a fazer*

*Tá vendo aquele **colégio**, moço?
Eu também **trabalhei lá**
Lá eu quase me arrevento
Fiz a massa, pus cimento
Ajudei a rebocar*

***Minha filha** inocente
Vem pra mim toda contente
Pai, vou me matricular
Mas me diz um cidadão
Criança de pé no chão
Aqui não pode estudar*

*Essa dor doeu mais forte
Por que é que eu deixei o norte?
Eu me pus a me dizer
Lá a seca castigava
Mas o pouco que eu plantava
Tinha direito a comer*

Os principais termos de referência da “Teoria da Alienação de Marx”

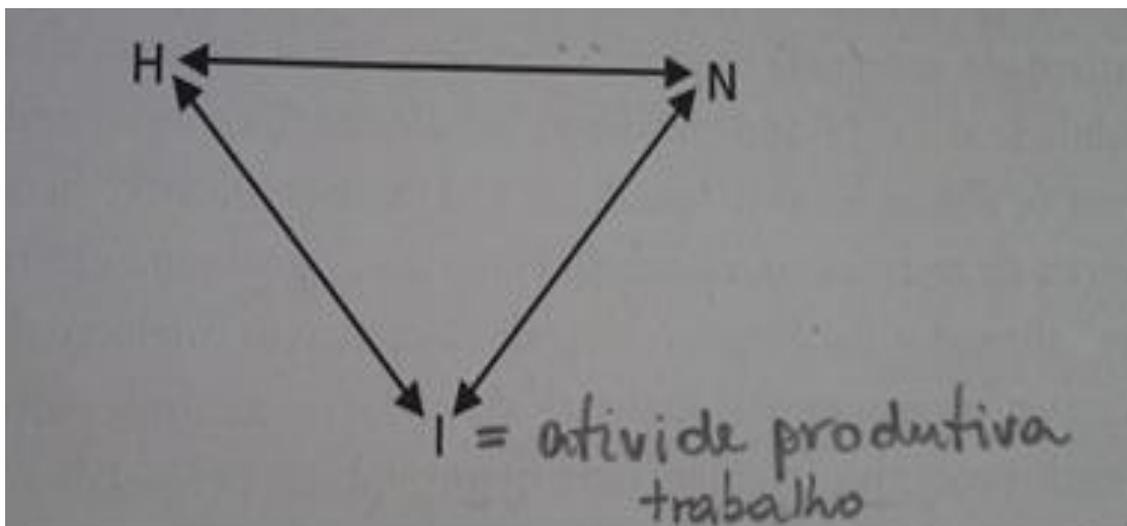
Após essa primeira caracterização – dos principais *aspectos* do conceito de Alienação em Marx – e da nossa definição sobre sua dimensão espacial ou geográfica, o próximo passo será o de caracterizar: primeiro os principais *termos* de referência (fundamentais) dessa teoria e sua respectiva relação com os atributos da natureza humana (que é para quem nosso conhecimento, trabalho, serve); por fim, iremos apontar a dimensão geográfica da superação dessa Alienação, a partir da tomada de consciência sobre como a Autoalienação – Divisão do Trabalho (DT) – se reproduz através da Potência das Coisas – que para nós são as Formas-Conteúdo (F-C), Verticalidades (V), etc. do Capital – e tende a nos Coisificar para poder nos governar.

Dito em outras palavras, procuraremos mostrar desde Marx como o protagonismo do *objeto* – como parte indissociável dessa natureza humana – vem sendo usado para nos reificar como mercadorias até sua dimensão positiva necessária ou a autotranscendência positiva a essa Alienação estrutural, universal.

Primeiro os termos:

Os termos de referencia fundamentais na teoria da alienação de Marx são o “homem” (H), a “natureza” (N) e a “indústria” ou “atividade produtiva” (I). Para uma compreensão da “essência **humana** da natureza ou essência **natural** do homem”, o conceito de “atividade produtiva” (ou “indústria” que passamos a usar, em nome da concisão) é de importância crucial. A “indústria” é ao mesmo tempo a *causa* da crescente complexidade da sociedade humana (criando novas necessidades ao mesmo tempo em que satisfaz outras mais antigas: “esta *produção de novas necessidades* constitui o primeiro ato histórico”) e o *meio* de afirmar a supremacia do homem – como “ser universal” que é ao mesmo tempo um “ser específico” único – sobre a natureza (...) toda a teoria gira em torno da prova da *gênese* histórica de todos os seus constituintes básicos. Desse modo, Marx retrata a relação o “homem” (H), a “natureza” (N) e a “indústria” (I) na forma de uma interação tríplice entre suas partes constituintes (MÉSZÁROS, I. 2006. p. 99-100).

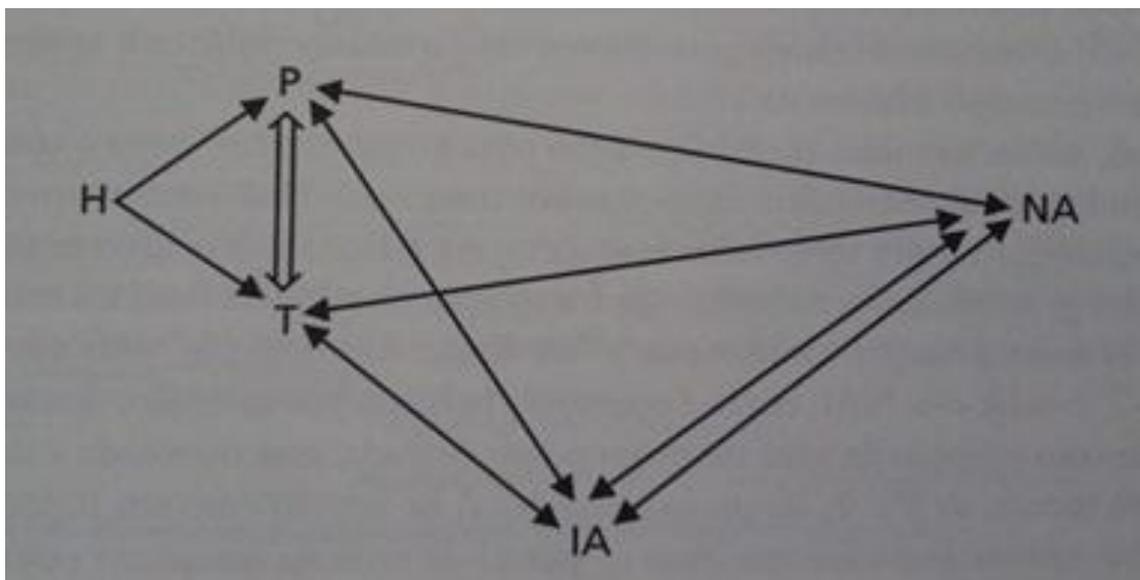
Figura 4 – Os “três termos de referencia fundamentais” da “Teoria da Alienação de Marx”.



Fonte: adaptado de Mészáros (2006).

[...] Ele não fala simplesmente da alienação do homem com relação à “natureza” como tal, mas sobre a alienação entre o homem e a *sua própria* natureza, a “natureza antropológica” (tanto dentro como fora do homem). Esse conceito de “natureza própria do homem” *implica necessariamente* a automeiação ontológica fundamental entre o homem e a natureza por intermédio de sua própria atividade produtiva (e autoprodutora). Em consequência a “indústria” (ou “atividade produtiva”) como tal adquire uma conotação essencialmente *positiva* na concepção marxista, resgatando o homem do dilema teológico da “queda do homem”. Se um papel essencialmente positivo como esse é atribuído à “indústria” na concepção marxista, como então podemos explicar a “alienação” como “autoalienação”, isto é, como a “alienação do trabalho”, como a “alienação dos poderes humanos do homem por meio de sua própria atividade produtiva” (...) traçaremos aqui um diagrama comparativo. H representa “homem”; P representa a “propriedade privada e seu proprietário”; T representa o “trabalho assalariado e o trabalhador”; NA a “natureza alienada”; e IA a “indústria alienada ou atividade produtiva alienada” (MÉSZÁROS, I. 2006. p. 103).

Figura 5 – A Propriedade Privada e a produção da IA e NA humana.



Fonte: adaptado de Mészáros (2006).

Isto posto, fica mais claro vermos a origem da autoalienação: reificação do caráter social emancipador do trabalho, através da autoalienação do trabalho. Dito em outras palavras, a autoalienação advém da objetificação da atividade produtiva (que é sempre autoprodutora) ou da alienação na forma de trabalho alienado (ou atividade estranhada), alienando, assim, a consciência histórica universal humana desses trabalhadores autome-diados pela propriedade privada e trabalho assalariado (P & T). Vejamos, então, segundo Mészáros (2006. p. 104), a multiplicidade possível destas inter-relações partindo desde a:

[...] multiplicidade de inter-relações básicas:

- 1) H é dividido em P e T;
- 2) P e T se opõem antagonicamente;
- 3) A reciprocidade original $H \leftrightarrow T \leftrightarrow N$ é transformada na inter-relação alienada de:

(a) $P \leftrightarrow IA \leftrightarrow N$, e

(b) $T \leftrightarrow IA \leftrightarrow NA$.

Além disso, como tudo agora está subordinado ao antagonismo básico entre P e T, temos as seguintes inter-relações alienadas adicionais:

4) $P \leftrightarrow T \leftrightarrow IA$, e

5) $P \leftrightarrow T \leftrightarrow NA$.

Nessas séries de relações – nas quais as mediações de segunda ordem de P e T tomaram o lugar do “homem” (H) – os conceitos de “homem” e “humanidade” podem parecer simples abstrações filosóficas para todos aqueles que não conseguem enxergar além do imediatismo direto das relações dadas. (E eles são, de fato, abstrações, se não forem consideradas em termos de formas de alienação sócio-historicamente concretas que assumem.) O desaparecimento do “homem” desse quadro, sua supressão prática por

meio das mediações de segunda ordem de P e T – (tivemos de omitir as outras mediações institucionalizadas de segunda ordem, como por exemplo **troca, dinheiro** etc. em parte porque já estão implícita em P e T e em parte para simplificar as inter-relações básicas, na medida do possível) – significam não só que há agora uma *separação* em cada elo dessas relações alienadas, mas também que o **trabalho** pode ser considerado como um simples “*fato material*”, em lugar de ser visto como o agente *humano* da produção.

Deste modo, é possível concluir – a partir destas análises de Marx – que o ser humano desaparece (virando simples abstração filosófica nas mãos da filosofia especulativa e da ciência natural abstratamente material) ao ser suprimido por essas mediações de segunda ordem – P (Propriedade Privada ou Proprietário ou Patrão) e T (Trabalho Assalariado ou o trabalhador sem os meios sociais de produção).

Portanto, a alienação é estrutural porque é capitalista. Ou seja, porque separa o trabalhador do produto do seu trabalho. Ambos são transformados em mercadoria, cuja circulação os torna propriedade privada alheia. A produção capitalista é produção e reprodução das relações de produção especificamente capitalistas. Assim, a *dimensão geográfica* da produção dessa *alienação* acontece na medida em que ocorre a produção de – *um mundo alheio que nos domina* –, aliena os atributos da nossa natureza humana (histórica) ou que nos oprime, amesquinha ou aliena enquanto gente (FREIRE, 1996; 2014; SANTOS, 1996; 2011). Haja vista que:

[...] o capital *regula*, conforme suas necessidades de exploração, essa produção da força de trabalho, a produção da massa humana que ele irá explorar. O capital, então, não produz apenas capital; produz massa operária crescente, a única matéria por meio da qual pode funcionar como capital adicional. Deste modo, o trabalho não só produz, em oposição a si mesmo, e em escala mais ampla, as condições de trabalho enquanto *capital*, mas o capital produz em escala cada vez maior os *assalariados produtivos* que requer. O trabalho produz suas condições de produção enquanto *capital*, e o capital produz o trabalho enquanto trabalho assalariado, como de sua realização enquanto capital. A produção capitalista não é somente a reprodução da realização: é sua reprodução em escala sempre crescente; e na medida em que, como modo de produção capitalista, se desenvolve a força social produtiva do trabalho, cresce também a riqueza acumulada em oposição ao operário, como *riqueza que o domina*, como *capital*; estende-se a ele o mundo da riqueza como mundo alheio e que o domina, e na mesma proporção se desenvolvem, por oposição, sua pobreza, indigência e sujeição subjetivas (MARX, Karl. 1978. p. 91-21).

Os *Objetos da natureza humana de referência da “Teoria da Alienação de Marx” e sua dimensão geográfica (desse mundo alheio que nos domina)*

Agora já podemos apresentar a forma como ele definiu a relação entre os atributos humanos, que caracterizam a natureza humana, através da relação indissociável entre eles e a(s) coisa(s), o(s) objeto(s). Tanto nas suas características gerais de um ser natural (primeira natureza) quanto nas específicas de um ser natural humano (segunda natureza: histórica) ou ser natural social (natureza antropológica do ser humano: socialidade). A saber, as características gerais:

“O **homem**”, escreve Marx, “é imediatamente **ser natural**”:

Como ser natural, e como ser natural vivo, está, por um lado, munido de **forças naturais**, de **forças vitais**, é um ser natural **ativo**; estas forças existem nele como possibilidades e capacidades, como **pulsões**; por outro, enquanto ser natural, corpóreo, sensível, objetivo, ele é um ser que **sofre**, dependente e limitado, assim como o animal e a planta. Isto é, os **objetos** de suas pulsões existem fora dele, como **objetos** independentes dele. Mas esses objetos são **objetos** de seu **carecimento**, **objetos** essenciais, indispensáveis para a atuação e confirmação de suas **forças essenciais**. (MÉSZÁROS, I. 2006. p. 154-155. *Apud MARX*).

A contextualização do conceito de homem – ser humano – em Marx, a partir da relação indissociável entre sujeito e objeto, é mais clara para nós, na Geografia, em função da ontologia do nosso objeto de estudos, ou seja, o EG. E é por isto que vimos a necessidade dessa relação entre essa teoria e nossa disciplina, pois a vida e a cidadã só é possível devido a relação com seu meio (natural, artificial, virtual, etc.).

Assim, a propósito da conclusão dessa contextualização sobre essa relação sujeito-objeto – como atributo estrutural-estruturante da natureza humana, da vida – Mézáros (2006. p. 155) vai explicar que:

Marx prossegue dizendo que o conceito de um *ser objetivo* implica necessariamente *outro ser* que é o *objeto* desse ser objetivo. Essa relação não é, porém, de nenhum modo unilateral: o *objeto*, por sua vez, tem o ser objetivo como *seu objeto*. “Tão logo eu tenha um objeto, este objeto tem a mim como objeto”. O que vale dizer, eu sou afetado por esse objeto, ou, em outras palavras, estou de alguma maneira específica sujeita a ele. Considerada nesse nível, a minha relação com meus objetos é a mesma que entre objetos naturais não humanos. “O sol é o **objeto** da planta, um objeto para ela imprescindível, confirmador de sua vida, assim como a planta é o objeto do sol, enquanto **externação** da força evocadora de vida do sol, da força essencial **objetiva** do sol”.

Um último exemplo que recortamos dessa teoria, a propósito dessa relação com nossa disciplina, é quando Mészáros (2006. p. 155. *Apud MARX*) afirma que Marx vai levar esse raciocínio mais longe ainda quando enfatiza que, “*todo ser natural tem sua natureza fora de si mesmo*”, já que ele defende que:

Um ser que não tenha sua natureza fora de si não é nenhum ser **natural**, não toma parte na essência da natureza. Um ser que não tenha nenhum objeto fora de si não é nenhum ser objetivo. Um ser que não seja ele mesmo um objeto para um terceiro ser não tem nenhum ser para ser **objeto**, isto é, não se comporta objetivamente, seu ser não é nenhum ser objetivo. *Um ser não objetivo é um não ser.*

O que o leva a duas conclusões importantes, a saber:

- 1) Que a “natureza” de *qualquer* ser objetivo não é uma “essência” misteriosamente escondida, mas algo que se define naturalmente como a relação necessária do ser objetivo com seus objetos, ou seja, é uma relação objetiva específica; (...)
- 2) Que “ter a própria natureza fora de si mesmo” é o modo de existência necessário de *todo* ser natural, e não é de modo algum específico do *homem*. Assim, se alguém quiser identificar *externalização* com *alienação humana* (como fez Hegel, por exemplo), só poderá fazê-lo confundindo o todo com uma *parte* específica dele. Em consequência, a “objetivação” e a “externalização” só são relevantes para a alienação na medida em que ocorrem numa forma *inumana*. (Como se o “poder de despertar a vida” que o sol possui fosse voltado *contra ele*, em condições nas quais o sol pudesse, em princípio, evitar que isso acontecesse.) (MÉSZÁRIOS, I. 2006. p. 155).

A conclusão desse raciocínio que caracteriza o ser humano como parte *específica* da natureza é finalizada através das suas características específicas, a saber:

Mas o homem não é apenas ser natural, é ser natural **humano**, isto é, *ser existente para si mesmo*, por isso, **ser genérico**, que, enquanto tal, tem de atuar e confirmar-se tanto em seu ser quanto em seu saber. Consequentemente, nem os objetos **humanos** são os objetos naturais assim como estes se oferecem *imediatamente*, nem o **sentido humano**, tal como é imediata e objetivamente, é sensibilidade **humana**, objetividade humana. A natureza nem está, nem objetiva nem subjetivamente, imediatamente disponível ao **ser humano** de modo adequado. E como tudo o que é natural tem de **começar**, assim também o homem tem como seu ato de gênese a **história**, que é, porém, para ele, uma [história] sabida e, por isso, enquanto ato de gênese com consciência, é ato de gênese que se suprassume. A história é a verdadeira história natural do homem. (MÉSZÁRIOS, I. 2006. p. 155-156. *Apud MARX*).

Agora – sobre sua *dimensão geográfica* – é imprescindível assinalar que a natureza do ser humano (que é tanto geral quanto específica) está fora do ser humano,

na condição de objeto, de um conjunto de objetos: porque demandam um conjunto de ações, conteúdos, significados, valores de uso, etc. Isto pode ser observado tanto na natureza estudada como primeira – *Geossistemas*: cuja metodologia é representada pela relação indissociável pela energia, matéria e informação (ação Antrópica) – quanto na natureza estudada como “segunda natureza” (histórica), pois:

A geografia dos fluxos depende, assim, da geografia dos fixos. A técnica comparece como um verdadeiro universo de meios (...) no espaço utilizado pelos [seres humanos] A noção de urbanização do campo quer significar o processo de mudança das relações sociais, mas também do conteúdo material do território. À revolução urbana como forma de criar uma segunda natureza (...) junta-se a essa revolução tecnagrícola do mundo atual (...) a natureza já modificada pelo [ser humano] também é primeira natureza. Nas cidades a produção não é mais ação do trabalho sobre a natureza, mas do trabalho sobre o trabalho (...) o espaço geográfico (...) serve de base a uma vida econômica e social crescentemente intelectualizada, graças à complexidade da produção e ao papel que nela exercem os serviços e a informação (...) se instala uma tecnosfera dependente da ciência e da tecnologia, cria-se, paralelamente, e com as mesmas bases, uma psicofera (SANTOS, M. p. 171-172. 2006).

Porém, como não existe Espaço Produzido sem DETPTI e EP sem *formas-conteúdo* e configuração territorial sem um conjunto indissociável de um sistema de objetos relacionados a um sistema de ações a eles imanentes que são ora cooperativos, ora contraditórios entre si, também, não existe tecnosfera sem uma psicofera que a dote de valores, racionalidade, intencionalidade, etc.:

[...] A tecnosfera se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio e, desse modo, frequentemente traduz interesses distantes; desde, porém, que se instala, substituindo o meio natural ou o meio técnico que a precedeu, constitui um dado local, aderindo ao lugar como uma prótese. A psicofera, reino das idéias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário. Ambas – tecnosfera e psicofera – são locais, mas constituem o produto de uma sociedade bem mais ampla que o lugar. Sua inspiração e suas leis têm dimensões mais amplas e mais complexas (...) “Essa psicofera” (...) consolida “a base social da técnica e a adequação comportamental à interação moderna entre tecnologia e valores sociais” e é por isso mesmo que a psicofera “apóia, acompanha e, por vezes, antecede a expansão do meio técnico-científico” (...) Tecnosfera e psicofera são redutíveis uma a outra (SANTOS, M. p. 172. 2006).

Consequentemente, entre o objeto e a ação há sempre a intencionalidade ou, dito em outras palavras, a ação ou o ato contém e estão contidos na intencionalidade que ao empiricizar-se nas formas faz com que elas produzam tanto os *eventos* quanto a produção do EG. A ação se dá sempre no meio por que:

(...) A ação não se dá sem que haja um objeto; e, quando exercida, acaba por se definir como ação e por definir o objeto. Por isto os eventos estão no próprio coração da interpretação geográfica dos fenômenos sociais [e esta] ação é tanto mais eficaz quanto os objetos são mais adequados. Então, a intencionalidade da ação se conjuga a intencionalidade dos objetos e ambas são, hoje, dependentes da respectiva carga de ciência e de técnica presente no território (SANTOS, Milton. 2006. p. 60-61).

Portanto, é por isto que – *esse mundo alheio que nos domina* – tornou-se mais complexo para a maioria dos habitantes da Terra: que não tem sido capazes de superar essa alienação universal cuja dimensão geográfica é essa consciência geográfica fragmentária, que as pessoas têm da Terra, do moderno-colonial desse sistema-mundo, do seu país, região, cidade, EP e, por conseguinte, de si mesmas. O meio técnico-científico-informacional é o meio pelo qual o capital se reproduz, mas orienta Milton Santos (2013b) que é a partir dessa base técnica existente que devemos produzir as bases materiais necessárias para produção de outra existência.

A dimensão geográfica (a partir da relação com a “Teoria da Alienação de Marx”): do Ser Objetivo

A essência ou ontologia – do EG –, como já dissemos, é definida pelo seu caráter relacional. E disso deriva o fato de que todo espaço produzido pela lógica capitalista acaba por se impor, cedo ou tarde, como o mediador entre as pessoas ou nações como competição-competitividade, individualismo, alienação dos atributos geográficos da natureza humana e das identidades territoriais, geograficidades. Falamos da relação entre as três dimensões do ser humano (*versus* a espacialidade ou como a espacialidade se dá), da natureza – ambiente – com a técnica.

A Geografia sempre foi considerada a ovelha negra – não moderna, não nomotética, “não científica” – pela ciência positivista, pois se negou a separar totalmente o sujeito do objeto, o ser humano – a sociedade – da natureza. Por essa razão, abordaremos a natureza aqui segundo o conceito de Ambiente que é uma das dimensões do EG (SUERTEGARAY, 2005). Em função de que essa relação está baseada numa essência relacional, cuja ontologia histórica impõe, também, uma relação ora dialética ora dialógica entre o ser humano e a natureza. E é por isto que definiremos

a natureza a partir do conceito de *Ambiente* (*A*) e não do de meio ambiente, que significa algo externo ao ser humano (SUERTEGARAY, 2005. p. 56. *Apud GONÇALVES, C. W. P. 1989*).

Isto porque o conceito de *Ambiente*, como estamos definindo, já é a dimensão geográfica – da natureza objetiva do ser humano – do ser objetivo, porque possui múltiplas dimensões relacionais: relação entre o natural e social (que é tanto naturalmente social quanto socialmente natural). Isso implica considerar o ser humano “*como sujeito das transformações, sem negar as tensões sob as mais diferentes dimensões*”, pois através do ambiente o ser humano “*se inclui não como ser naturalizado, mas como ser social produto e produtor de várias tensões ambientais*” (SUERTEGARAY, 2005, p. 56-57).

Agora podemos definir a dimensão geográfica do corpo do ser humano que é a relação entre o seu corpo (individual-coletivo, material-simbólico) com seu EG Cotidiano, Vivido, Banal, Produtivo. Isto porque as Instituições Sociais são tanto uma estrutura coletiva do corpo quanto estruturantes dele, ou seja, de sua dimensão geográfica.

Isto se dá em função de que sua essência relacional faz com que seja, ao mesmo tempo, tanto um produto social quanto um produtor dos atributos: tanto coletivos quanto individuais da *Geograficidade* (*G*) da natureza humana.

A propósito dos de sua escala geográfica mais geral (SANTOS, 1984. p. 2):

Consideramos o espaço como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância da economia e a instância cultural-ideológica. Isso significa que, como instância, ele *contém* e é *contido* pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida. A economia *está* no espaço, assim como o espaço *está* na economia. O mesmo se dá como político-institucional e com o cultural-ideológico. Isso quer dizer que a essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual. Assim, temos, paralelamente, de um lado, um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território, sua *configuração geográfica* ou sua *configuração espacial* e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, na sua continuidade visível, isto é, a paisagem; de outro lado, o que dá vida a esse objetos, seu princípio ativo, isto é, todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento. Esses *processos*, resolvidos em *funções*, se realizam através de *formas*. Estas podem não ser originariamente geográficas, mas terminam por adquirir uma expressão territorial. Na verdade sem as formas, a sociedade, através das funções e processos, não se realizaria. Ele é, também, contido nelas, na medida em que os processos

específicos *incluem* o espaço, seja o processo econômico, seja o processo institucional, seja o processo ideológico.

A propósito dos de sua escala geográfica mais particular, a da geografização do cotidiano contemporâneo – a da dimensão geográfica do corpo do ser humano –, uma vez que:

[...] A corporeidade ou corporalidade trata da realidade do corpo do homem; realidade que avulta e se impõe, mais do que antes, com a globalização. A outra dimensão é a dimensão da individualidade. Enquanto a corporalidade ou corporeidade é uma dimensão objetiva que dá conta da forma com que eu me apresento e me vejo, que dá conta também das minhas virtualidades de educação, de riqueza, da minha capacidade de mobilidade, da minha localidade, da minha lugaridade, há dimensões que não são objetivas, mas subjetivas; aquelas que têm a ver com a individualidade e que conduzem a considerar os graus diversos de consciência dos homens: consciência do mundo, consciência do lugar, consciência de si, consciência do outro, consciência de nós. Todas estas formas de consciência têm que ver com a individualidade e lhe constituem gamas diferentes, tendo também que ver com a transindividualidade, isto é, com as relações entre indivíduos; relações que são uma parte das condições de produção da socialidade, isto é, do fenômeno de estar junto. Esse fenômeno de estar junto inclui o espaço e é incluído pelo espaço. Há uma relação entre corporeidade, individualidade e socialidade. Essa relação vai também definir a cidadania. (SANTOS, M. 1996. p. 9-10)

Daí porque a essência do EG é ser relacional entre as instituições – técnicas – que produzem a natureza humana – ambiente – e quem – o ser humano, sociedade – que é produzido – nos EPs – por elas, dialeticamente:

“Espaço geográfico é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único na qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois cibernéticos fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina” (SANTOS, 2006, p. 51).

Assim, o EG nas mãos de Milton Santos, ganha uma capacidade sem igual de interpretação do mundo: desmascarando-o mesmo a partir do nosso próprio cotidiano. Todavia, isto só é possível em função dos conceitos operacionais ao EG, que são: Paisagem, Região, Território, Lugar, Ambiente, Redes, etc.

“Não obstante, o espaço geográfico é dinâmico. Sua dinâmica é representada pelo movimento, por exemplo, o girar do círculo (das cores). No movimento tem-se o branco (o espaço geográfico como presença das cores-multicores),

no repouso tem-se a presença de cores, individualmente definidas, cada cor representada, em meu imaginário, um conceito, território (vermelho), região (amarelo), lugar (azul), ambiente (verde) etc. O disco em movimento, os giros expressam a idéia: um todo uno, múltiplo e complexo. Esta representação é elaborada no sentido de expressar a concepção de que: o espaço geográfico pode ser lido através do conceito de paisagem, e/ou região, e/ou território, e/ou lugar, e/ou ambiente; sem desconhecermos que cada uma dessas dimensões está contida em todas as demais. Paisagens contém territórios e/ou regiões que contém lugares que contém ambiente valendo, para cada um, todas as conexões possíveis” (SUERTEGARAY, 2000, p. 50. *Apud SUERTEGARAY*).

A partir do EG e de seus conceitos operacionais é possível ler, interpretar, textualizar e até propor outra Globalização. É o que Milton Santos faz ao dotar o nosso objeto de estudos da capacidade de interpretação da Globalização através da leitura da produção – pelas instâncias ou instituições sociais – das várias dimensões geográficas da nossa existência.

O Espaço Cotidiano, Vivido, Banal, do TU, do *meio técnico-científico-informacional* é o EG em suas várias dimensões. É a capacidade elástica deste conceito que nos permite ver o movimento (cotidiano: em sua dimensão geográfica) da relação entre o objeto e a ação, entre a técnica e o tempo, entre a razão e a emoção através da relação entre as formas e os conteúdos: das *formas-conteúdo*. Em outras palavras, trata-se da reconstrução do nosso método geográfico – genuinamente brasileiro e contemporâneo a complexidade do século XXI – através da vida, ou seja, do Cotidiano dos seres humanos vivendo em seus EGs.

Mas, para ser coerente com a nossa proposta de definição geográfica do ser objetivo – a partir de sua relação com a “*Teoria da Alienação de Marx*” – é necessário demonstrar que as *formas-conteúdo* (que é um dos conceitos operacionais ao EG) dessa DT (DTT ou NDETPTI dessa Globalização Neoliberal) é a dimensão geográfica do ser objetivo por que:

Aqueles criados pelas atividades hegemônicas são dotados de intencionalidade específica [e é por isto que] o espaço é atualmente, um sistema de objetos cada vez mais artificiais e mais tendentes a fins que são estranhos ao lugar e a seus moradores. Para Santos, interessam à Geografia os objetos móveis e os imóveis, mas objetos como sistemas e não somente como coleções. Integrante do presente, o objeto não é um vestígio da ação mas seu testemunho; a significação e o valor geográficos dos objetos derivam do papel desempenhado por eles no processo social, dentro de um sistema de ações. Hoje, muitas das ações exercidas em um lugar derivam de necessidades alheias, o que força a distinção entre a escala de suas realizações e a escala de seu comando. Também não se deve separar, na análise geográfica, objetos e ações, até porque a eficácia de uma ação

relaciona-se com a adequação ao objeto. Recoloca-se, aí, a noção de forma-conteúdo, da hibridez do espaço geográfico, pois a forma se recria a cada evento; este, para se realizar, encaixa-se na forma disponível mais adequada à realização das funções das quais é portador. Não é nem forma, nem conteúdo, mas forma-conteúdo, unindo passado e futuro, natural e social, processo e resultado, função e forma (CAMPOS, R. R. de. 2008. p. 160).

As *formas-conteúdo*, mesmo as produzidas do lado de cá, podem ser essa “*totalidade o diabo*” que é “*como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais*”, ou seja, que é como a alienação ou dominação é feita através do atual sistema flexível que é por intermédio de quem “*foi possível dirigir a ação exclusivamente às formas e não mais necessariamente formas e estruturas juntas*” (SANTOS, 2011. p. 187-189). Daí a atual guerra – fiscal – entre os lugares.

Agora que acabamos de definir a dimensão geográfica de (H) e (N) através da dimensão geográfica do ser objetivo, ficará faltando, então, definir a da (I) a partir da relação ontológica do EG com a “*Atividade Humana Produtiva*” (MÉSZÁROS, 2006) ou Indústria – trabalho – vira o (T) de *Técnica* ou *Espaço Produtivo (EP)*, que nunca é demais apontar que é uma *dimensão* do EG necessária tanto à periodização dos atributos geográficos da natureza humana quanto uma ponte transdisciplinar (SANTOS, 1995) com Mézáros e Marx. Através dela, definiremos os eventos associados ao modo de produção dominante, vista em suas diversas fases através do conceito de *Formação Socioeconômica (FS)*, e os alternativos a ele também em sua dimensão geográfica, ou seja, através da *Formação Espacial (FE)*, periodizada pela *Técnica*:

O meio geográfico foi durante milênios um meio natural (pré-técnico), durante dois ou três séculos um meio técnico (maquínico) e hoje um meio técnico-científico-informacional (...) O fim do século XVIII e, sobretudo, o século XIX vêem a mecanização do território: o território se mecaniza. ..., esse momento é o momento da criação do meio técnico, que substitui o meio natural. [...] A partir, sobretudo, do fim da Segunda Guerra Mundial [...] as remodelações que se impõem, tanto no meio rural, quanto no meio urbano, não se fazem de forma indiferente quanto a esses três dados: ciência, tecnologia e informação (...) O período técnico científico é que possibilita inventar a natureza, criar sementes como se elas fossem naturais (SANTOS, 1994, p. 139; 143).

A natureza supracitada é a Natureza Alienada (NA), pois produzida através de um EP alienado-alienador da *Geograficidade* do ser humano em suas múltiplas dimensões ou escalas: geral, coletiva, externa, objetiva, particular, individual, interna, subjetiva, trabalhador (cidadão-imperfeito *versus* consumidor mais-que-perfeito), etc. Após isso, a alienação em sua dimensão geográfica, assim como em Marx, transforma-

se em autoalienação geográfica: que gera como consequência a fragmentação da consciência da *Geograficidade* Produtiva (SANTOS, 2012).

Portanto, a alienação da consciência dessa *Geograficidade Produtiva*, por meio do próprio EP, acaba por atrofiar não só a consciência da *Geograficidade*, mas a própria *Geograficidade*. O atributo geográfico da natureza antropológica do ser humano é a sua *Geograficidade* consciente, cidadã. A relação – automeiação ontológica fundamental – entre ela – a *Geograficidade* – e o *Ambiente* é o *EP* ou a *T* e, portanto autoprodutor ou de uma Segregação Espacial (negativa: como tem sido) ou de um Desenvolvimento Territorial Endógeno Sustentável (positivo: como poderá e deverá ser), assim como defende Marx com a práxis do *vir-a-ser* (MÉSZÁROS, 2006).

A autoalienação é a Divisão do Trabalho (DT): a libertação da competitividade passa pela *associação* (no *EP* cooperativo)

“*divisão do trabalho*” torna-se a categoria ampla do marxismo maduro correspondente à categoria da “*autoalienação*” no marxismo original. (Mészáros, I. 2006. p. 209).

Agora já é possível falar sobre a relação entre a *autoalienação* (*divisão do trabalho*) e a *autotranscendência* consciente do *vir-a-ser* enquanto projeto de superação futura da Alienação.

Nada é, portanto, “enraizado na natureza humana”. A natureza humana não é algo *fixado pela natureza*, mas, pelo contrário, uma “natureza” que é *feita pelo homem* em seus atos de “autotranscendência” como ser natural. É desnecessário dizer que os seres humanos – devido à sua condição biológica natural – têm *apetites* e várias propensões naturais. Mas no “ato autotranscendente consciente de *vir-a-ser*” eles se transformam em *apetites* e propensões *humanos*, modificando fundamentalmente o seu caráter, passando a ser algo *inerentemente histórico* (...) Sem essa transformação, tanto a arte quanto a moral seriam desconhecidas para o homem: elas só são possíveis porque o homem é o criador de seus *apetites humanos*. (...) Nas palavras de Marx: “a natureza que vem a ser na história humana, no ato de surgimento da história humana – é a natureza **efetiva** do homem, por isso a natureza, assim como vem a ser por intermédio da indústria, ainda que em figura **estranhada**, é a natureza **antropológica** verdadeira (MÉSZÁRIOS, I. 2006. p. 156).

Por essa razão, as consequências negativas desse *modo de produção* baseado na *propriedade privada* só podem ser observadas e superadas se analisadas de forma histórica, ou seja, pelo *princípio dinâmico* inerente à Atividade Produtiva. Haja vista

que ela é o centro de referência, isto é, a *atividade produtiva* ou *práxis emancipadora* encerra em si mesma a *essência da natureza humana* que:

(...) não é o *egoísmo*, mas a *socialidade* (isto é, “o conjunto das relações sociais”, como coloca Marx em sua sexta tese sobre Feuerbach). A “socialidade” como característica definidora da natureza humana é radicalmente diferente daquelas criticadas por Marx. Ao contrário do “egoísmo”, ela não pode ser uma qualidade abstrata inerente ao indivíduo isolado. Só pode existir nas relações dos indivíduos uns com os outros. Como corolário, a realização adequada da natureza humana não pode ser a *concorrência* – essa “condição inconsciente da humanidade” que corresponde ao egoísmo e ao *bellum omnium contra omnes* hobbesiano –, mas a *associação consciente* (...) Na visão de Marx, o homem não é, por natureza, nem egoísta nem altruísta. Ele *se torna*, por sua própria atividade, aquilo que é num determinado momento. E assim, se essa atividade for transformada, a natureza humana hoje egoísta se modificará, de maneira correspondente [pois] na teoria de Marx não existe elemento estático. As complexas manifestações da vida humana, inclusive suas formas objetivadas e institucionais, são explicadas numa referência última a um princípio dinâmico: a própria *atividade* (Mészáros, I. 2006. p. 137-138).

Isso é claramente visto através da crítica da economia política de Marx. Pois, segundo Mészáros (2006. p. 118-121), é na política que está a mediação capaz de operar com categorias do futuro, por que:

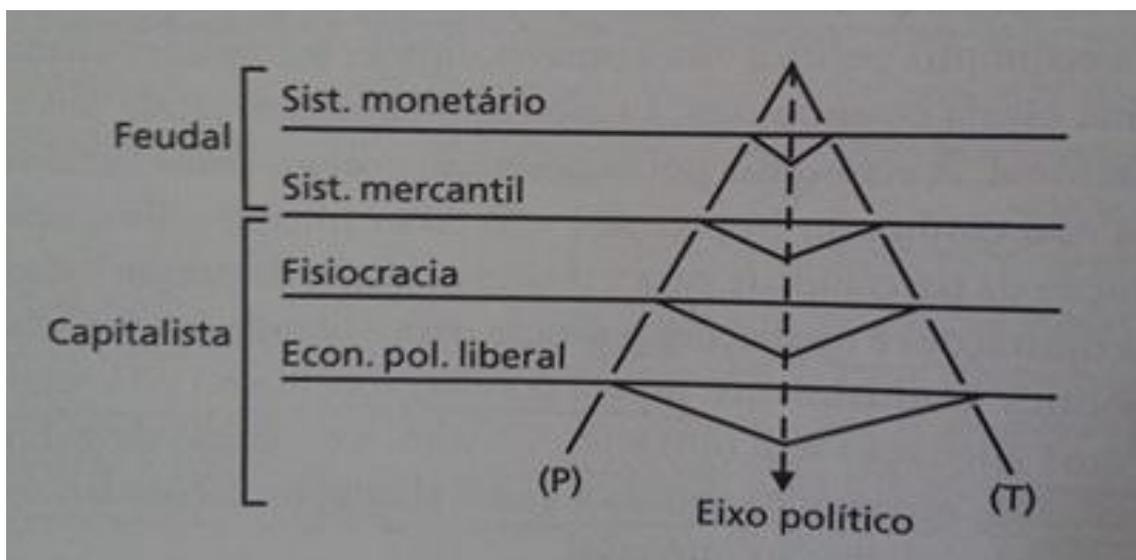
Para Marx, em contraposição ao reformador, as investigações econômicas não servem como base teórica para uma ação *econômica*, mas sim para uma ação *política* (...) Ele só pode usar categorias econômicas quando analisa a forma social existente de atividade produtiva. Quando chega à questão da “transcendência positiva”, da “superação”, etc. ele usa expressões como “a **emancipação** completa de todas as qualidades e sentidos humanos” (...) O termo – aplicado por Marx para caracterizar a “superação” – que mais se aproxima das categorias da economia é “associação” (...) que relaciona intimamente as questões econômicas às políticas (...) partir de uma *análise econômica* concebida como a base teórica de uma *ação política* desejada [mas] ressalta que a alienação da atividade produtiva só pode ser superada definitivamente na *esfera da produção* [e] O processo concreto de superação propriamente dito está no futuro, bem à frente do período da ação política que cria as condições necessárias para que se inicie o processo de transcendência positiva.

Mas antes dessa ação política desejada, visando à emancipação completa de todas as qualidades e sentidos humanos ou transcendência positiva ou superação no futuro – através da *Associação* ou *Cooperação (A-C)* –, é preciso observar como a história dessa natureza antropológica tem sido, por intermédio da indústria alienada, produzida de forma estranhada. Vejamos então como é o mecanismo pelo qual se deu (historicamente) a transição da Alienação política à Alienação econômica. A saber,

então, as etapas desse processo de reificação da natureza humana, segundo Mészáros (p. 126-129):

Nessa evolução da parcialidade para a universalidade, da personificação para a impessoalização, das limitações e mediações políticas para a liberdade e imediação econômica, pois a economia política gradualmente supera o velho fetichismo e formula claramente as condições de uma alienação sem obstáculos. Assim, a evolução da parcialidade política para a universalidade econômica significa que a alienação particular, ou “específica”, é transformada em uma alienação universal. No início desse desenvolvimento, encontramos a propriedade feudal, que oculta o fato de que a unidade original: homem (H) havia sido dividida no curso do desenvolvimento histórico em propriedade (P) e trabalho (T). As relações de propriedade feudais ocultam essa divisão por intermédio de uma mediação *política* (...) Marx (...) afirma, que é necessário que a falsa aparência de unidade seja abolida, “que a propriedade fundiária, a raiz da propriedade privada, seja completamente arrastada para dentro do movimento da propriedade privada e se torne *mercadoria*; que a dominação do proprietário apareça como a *pura* dominação da propriedade privada, do *capital*, dissociado de toda *coloração política*.” p. 126-127

Figura 6 – Da Alienação parcial ou particular – política – à Alienação – econômica – universal.



Fonte: adaptado de Mészáros (2006).

Assim, conclui-se esse raciocínio sobre as fases da Alienação *versus* as etapas de sua superação a partir da seguinte relação:

Quando mais aumenta a distância, mais a velha política perde seu poder mediador e deixa essa função ao *dinheiro*. Ou, para dizê-lo de uma outra maneira: quanto mais o dinheiro assume a função mediadora da política, mais evidente se torna a divisão entre a propriedade e o trabalho [:]

1) Que a primeira fase no desenvolvimento da alienação do trabalho deve ter uma forma *política*;

2) Que uma pré-condição absoluta da gênese de uma sociedade capitalista baseada num princípio *econômico* inerente é a existência anterior de uma *relação politicamente fixa* entre propriedade e trabalho, regulando a distribuição ou alocação de todo produto excedente e tornando a acumulação possível (...)

Em outras palavras: uma pré-condição essencial da alienação *universal* (econômica) é a realização da alienação *específica* (afetada politicamente). A alienação universal implica a alienação parcial e, como já vimos, também historicamente a alienação deve ser primeiro político-parcial antes de se tornar econômico-universal. (MÉSZÁROS, I. 2006. p. 128-129).

O conceito de Alienação – *autoalienação* – a partir da relação entre a *divisão do trabalho* e a origem ou natureza da *mais-valia* (p. 130-135) nos diz que:

A questão da alienação está diretamente relacionada à questão do produto excedente e da mais-valia; e as várias fases do desenvolvimento da economia política são caracterizadas por Marx de acordo com sua posição com respeito à origem e natureza da mais-valia. Eis uma tabela comparativa para ilustrar suas inter-relações e desenvolvimento:

Tabela 4 – Evolução da Alienação política à Autoalienação da Divisão do Trabalho.

(Continua)

Forma dominante de propriedade	Forma dominante de trabalho	Estágio correspondente de economia política	Sua esfera de referência e sua visão da mais-valia
Propriedade agrária que atingiu um grau relativamente elevado de acumulação de riqueza	Servidão	Sistema monetário	Circulação; sem visão definida da mais-valia
Propriedade agrária com interesses comerciais e em expansão colonial – portanto, nacionalmente consciente	Trabalho feudal, servil, dando os primeiros passos para emancipação política	Sistema mercantil	Circulação; a mais-valia é identificada com o excedente monetário, o superávit da balança comercial

Tabela 4 – Evolução da Alienação política à Autoalienação da Divisão do Trabalho.

			(Conclusão)
Propriedade agrária modernizada e profundamente afetada pelas realizações do sistema de manufatura e pelo progresso do capital	Trabalho agrícola ainda sujeito a determinações políticas	Fisiocracia	Produção agrícola; a mais-valia é vista como produto do trabalho agrícola, posto em operação pela propriedade privada que produz rendimentos
Capital industrial livre de todas as determinações políticas e naturais	Trabalho industrial politicamente emancipado (diarista, trabalho assalariado)	Economia política liberal	Produção em geral; a mais-valia é definida como produzida pelo trabalho em geral, posto em operação pelo capital

Fonte: Mészáros (2006).

Assim, o desenvolvimento da economia política, do sistema monetário até a economia política liberal, corresponde ao desenvolvimento histórico da propriedade agrária feudal até o capital industrial, e da total dependência política do trabalho (servidão) até o trabalho industrial politicamente emancipado. Como podemos ver, a economia política liberal é a culminação desse desenvolvimento. Sua superioridade é reconhecida por Marx com base nas seguintes considerações:

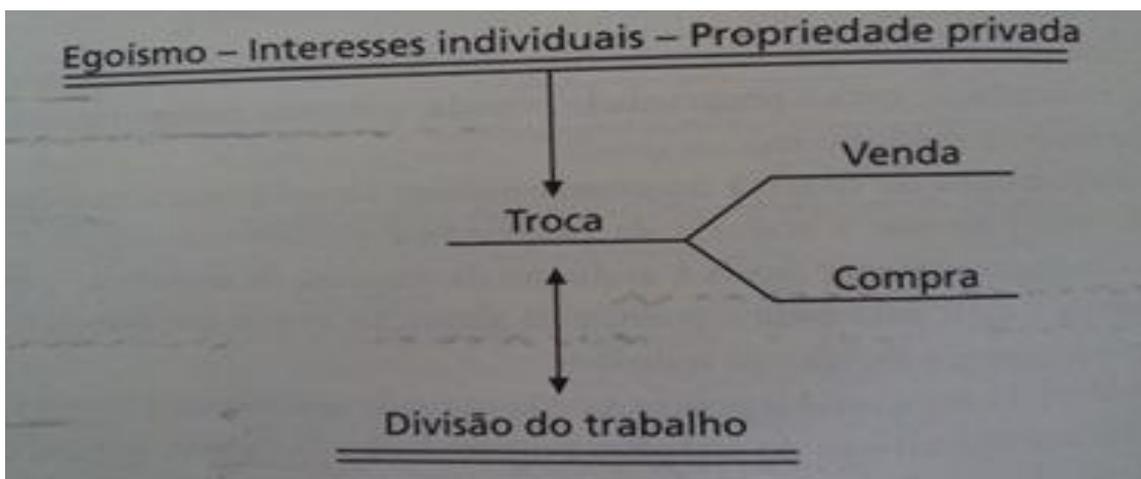
- 1) Define o capital como “**trabalho armazenado**”;
 - 2) Mostra que a acumulação de capital aumenta com a divisão do trabalho e que a divisão do trabalho aumenta com a acumulação do capital;
 - 3) Desenvolve de modo agudo e consistente – embora unilateralmente – a ideia de que o trabalho é a única essência da riqueza;
 - 4) Acaba com o misticismo associado com a renda da terra;
 - 5) Prova que o poder governante da sociedade moderna não é político, mas econômico: o poder de comprar do capital; e, finalmente,
 - 6) Estabelece-se como a única política e a única universalidade, tornando evidente seu próprio caráter cosmopolita.
- (...) em todas essas características está envolvido o problema da alienação do trabalho, direta ou indiretamente.

Mészáros (2006. p. 132) vai apontar que isso ocorre porque Marx não aceita essa avaliação que relaciona a propriedade-troca-divisão do trabalho, porque tal aceitação equivaleria a admitir que a alienação nunca pudesse ser superada na realidade. Por essa razão é que vai definir a *divisão do trabalho* como:

[...] uma expressão econômica que só se aplica às condições de alienação. Na visão de Marx, os economistas políticos confundem “a sociabilidade do trabalho” – uma condição absoluta da sociedade – com a divisão do trabalho. Pode-se pensar na superação da alienação precisamente porque é possível

opor o caráter social do trabalho à alienante condição histórica da divisão do trabalho. De acordo com Marx, uma vez que a atividade vital deixe de ser regulada com base na propriedade privada e na troca, ela irá adquirir o caráter de atividade do homem como *ser genérico*. Em outras palavras: o caráter social do trabalho irá manifestar-se diretamente, sem a mediação alienante da divisão do trabalho. Do modo como as coisas estão, porém, a divisão do trabalho torna as condições e os poderes da vida independentes do homem, e faz que eles o governem. A gênese da divisão do trabalho, da maneira como é concebida pelos economistas políticos, poderia ser ilustrada da seguinte maneira:

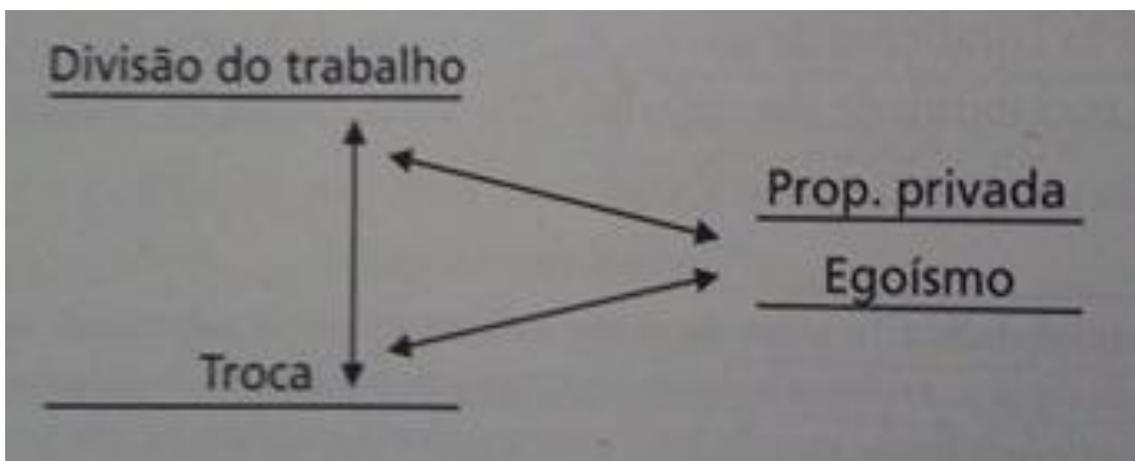
Figura 7 – A gênese da Divisão do Trabalho segundo os economistas políticos.



Fonte: adaptado de Mészáros (2006).

Ao contrário, a concepção de Marx poderia ser esquematizada do seguinte modo:

Figura 8 – A Propriedade Privada é a causa do egoísmo humano segundo a “Teoria da Alienação em Marx”.

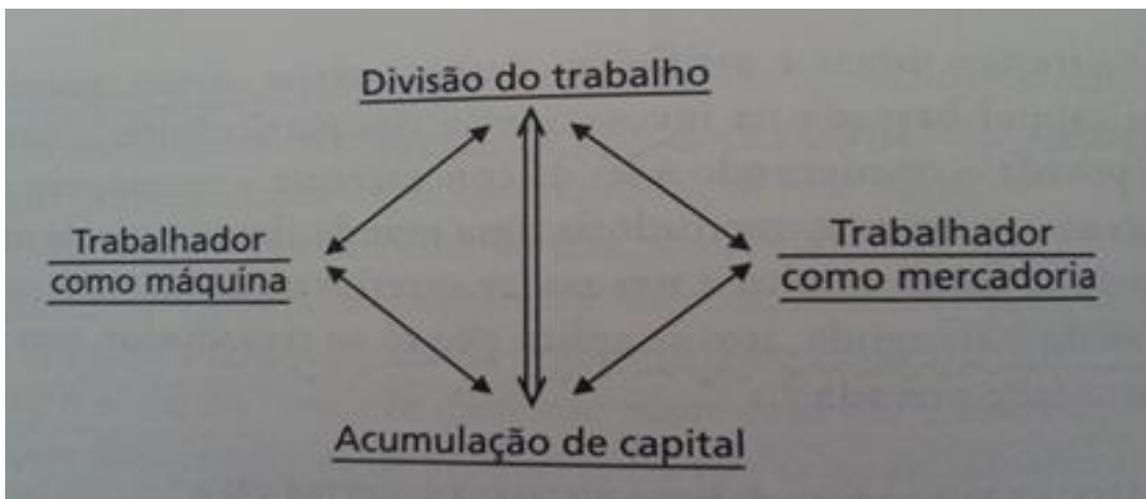


Fonte: adaptado de Mészáros (2006).

Temos aqui uma interação tríplice, e o egoísmo está mais para um resultado da interação do que para uma causa da mesma.

A principal crítica de Marx aos economistas políticos é que eles não estão interessados no trabalhador como um ser humano e por isto são incapazes de compreender essa inter-relação entre o trabalho produzir mercadorias e valor ao mesmo tempo em que se produz a si mesmo como mercadoria que gera, proporcionalmente, “a desvalorização do mundo dos homens” (MÉSZÁROS, I. 2005. p. 136; 2009). Pois afirmam somente a interação mútua entre a *divisão do trabalho* e a *acumulação do capital*, ou seja, escamoteiam da análise os seus outros aspectos principais:

Figura 9 – Os quatro aspectos principais da produção da desvalorização do mundo dos homens – seres humanos – segundo a “Teoria da Alienação em Marx”.



Fonte: adaptado de Mézáros (2006).

Essa abstração do lado humano dessas inter-relações deriva da concepção básica da economia política, que *supõe* ser a propriedade privada um atributo essencial da natureza humana (...) Marx indicou o *trabalho alienado* como a conexão essencial entre todo o estranhamento e o sistema do dinheiro. A propriedade privada é considerada somente como o *produto*, a consequência necessária do trabalho alienado, isto é, “da relação externa do trabalhador com a natureza e consigo mesmo”. Essa conclusão é alcançada com base no fato de que o trabalhador não poderia se defrontar com o produto de sua própria atividade como um estranho se ele não se estivesse alienado de si mesmo no próprio *ato de produção*. A atividade não pode ser uma atividade inalienada, se o seu produto é a alienação; pois o produto nada mais é do que o resultado da atividade, da produção (MÉSZÁROS, I. 2013. p. 136-137).

Agora Mézáros (2006. p. 133) vai explicar como Marx desvendou essa alienante condição histórica da *divisão do trabalho* através de uma das principais

categorias da economia política liberal – a *concorrência* – mesmo em sua aparente oposição radical ao monopólio, pois:

[...] Os jovens Marx e Engels, porém, observam que essa oposição é oca. É oca porque a concorrência pressupõe o monopólio: o monopólio básico da propriedade privada. Por outro lado, eles também mostram que o fato de a concorrência pressupor o monopólio é apenas um dos lados da moeda. O outro é que o monopólio alimenta a concorrência, e a concorrência se transforma em monopólio. Eles distinguem dois tipos de concorrência. A concorrência *subjetiva* se dá entre trabalhadores e trabalhadores, de um lado, e capitalistas e capitalistas, de outro. A concorrência *objetiva*, ou fundamental, se dá entre trabalhadores e proprietários.

É por essa razão que a concorrência baseada no monopólio da propriedade privada vai gerar esse mundo confuso e confusamente percebido onde o modo de produção baseado no capital parece ser governado por uma “lei natural” e não pela vontade das pessoas envolvidas, já que perpetua sob nova forma o velho fetichismo. Ou, parafraseando o apreendido até aqui, perpetua um fenômeno externo ao ser humano, pois o confronta como se fosse um poder alheio a ele.

Isto posto, Mézáros (2006. p. 133-135) descobrirá, por fim, – através da *potência das coisas* – os aspectos mais importantes do modo de produção capitalista:

1) a *reificação* (é o trabalhador transformado em mercadoria);

Marx cita com aprovação as seguintes palavras de E. Buret, o economista francês: “não é tanto dos homens que procede a miséria, mas da *potência das coisas*. Mas a potencia das coisas para causar miséria é apenas um dos aspectos da reificação. O mais importante deles é que o trabalhador é transformado numa *mercadoria*. Marx também observa que a lei da oferta e da procura governa a produção dos homens, tanto quanto a de qualquer mercadoria que tem a infelicidade de ser um capital “*carente*”. Mas como resultado da lei da oferta e da procura, “suas propriedades humanas o são apenas na medida em que só podem ser satisfeitas até o limite em que contribuem para a acumulação de riqueza.

2) o *trabalho abstrato* (é a mecanização do trabalho humano);

O *trabalho abstrato* é o trabalho unilateral, maquinal, e, evidentemente, é o resultado da divisão do trabalho sob as condições da concorrência. Marx define o sistema fabril como “a essência desenvolvida da **indústria**, isto é, do trabalho”. Mas o preço desse desenvolvimento é a “redução da maior parte da [humanidade] ao trabalho abstrato”, porque as condições de concorrência sob as quais esse desenvolvimento se realiza são alienantes (...) a despeito de suas conseqüências humanas. O resultado é a difusão do maquinário industrial e a mecanização do trabalho humano. Para o trabalhador isso significa não

somente que ele não encontra nenhuma satisfação humana em seu trabalho, por estar “corpórea e espiritualmente reduzido à máquina – e de um homem [é reduzido] a uma *atividade abstrata e uma barriga*”, mas significa também que, ao “descer à [condição de] máquina”, ele se encontra perante a máquina como diante de uma “nova concorrência”. Paradoxalmente, quanto maior o poder de barganha do trabalho e mais alto o seu preço, mais profundamente ele é afetado pela capacidade competitiva da máquina (...) [por isto] que é impossível superar “a alienação político-econômica *no interior* da alienação político-econômica”, isto é, pelo simples aumento da capacidade competitiva do trabalho, pela “elevação violenta dos salários” etc.

3) os *apetites imaginários* (são os desejos do capital/não humanos);

A questão dos “*apetites imaginários*” está, é claro, intimamente ligado as outras duas. Pois, se tudo está subordinado a necessidade de acumulação da riqueza, é irrelevante se as necessidades assim criadas são propriamente humanas, ou se são necessidades indiferentes, ou mesmo desumanizadoras. Marx escreve que “cada homem especula sobre como criar no outro uma *nova necessidade*, a fim de forçá-lo a um novo sacrifício, colocá-lo em nova sujeição”; e escreve que “a expansão dos produtos e das carências o torna escravo **inventivo** e continuamente **calculista** de *desejos* não humanos, requintados, não naturais e *pretensiosos*”.

Em função do desencadeamento desses três principais aspectos do *modo de produção baseado no capital*, bem como do seu desconhecimento, deriva essa dificuldade de sua superação. A consequência é que ao invés de libertar o ser humano da dependência da natureza, essa *divisão do trabalho* transforma o trabalhador em escravo perpétuo das novas necessidades reificadas-reificadoras – que o reproduz unicamente enquanto mercadoria (força de trabalho) – que é o mesmo que dizer que são as necessidades da *propriedade privada*:

Assim, a divisão do trabalho se transforma no oposto do seu sentido e função originais. Ao invés de libertar o homem de sua dependência da natureza, ela continua a criar limitações novas e artificiais, desnecessárias. Assim, paradoxalmente, devido à “lei natural baseada na inconsciência dos participantes”, quanto mais a propriedade privada – obedecendo à lei da concorrência – estende seu poder e sua esfera, fornecendo ao homem-mercadoria uma grande abundância de mercadorias, tanto mais tudo se torna sujeito a um poder exterior ao homem. E para tornar a contradição ainda mais aguda, isso se aplica não só ao trabalhador, mas também ao dono da propriedade privada (MÉSZÁROS, I. 2006. p. 134-135).

Portanto, aliena não só o trabalhador assalariado que vende sua força de trabalho – como mercadoria – mas também aliena o dono da propriedade privada, o próprio capitalista, porque ele também tem sua natureza humana alienada pela atividade alienada-alienadora da qual também faz parte. Não é porque ele detém os meios sociais

de produção, o que lhe dá um privilégio ímpar com relação ao seu empregado assalariado, que estará livre da Alienação imposta por essa Indústria Alienada (IA). Isto se deve ao fato de que a Atividade não pode ser uma atividade inalienada, se o seu produto é a Alienação, pois o produto nada mais é do que o resultado da Atividade Produtiva ou da produção ou do EP.

DETPTI e a Dominação das Geograficidades: como as formas-conteúdo alienaram-alienam a cidadania dos EPs (dos Ambientes)

“A socialização capitalista, originária da divisão de trabalho que a monetarização acentua, impede movimentos globais e um pensamento global. A reivindicação de uns não raro representa um agravo para o outro. A força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos, quando apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une.” (SANTOS, Milton. 2000. p. 17).

A *Divisão Territorial do Trabalho (DTT)* está entre as categorias analíticas internas ao nosso objeto de estudos – o EG – e é capaz de explicar a nossa FE alienada desde a escala do sistema-mundo da primeira Globalização até essa escala atual do global, através dos lugares. O importante de ser introduzido aqui é que as *formas-conteúdo* dessa Globalização Neoliberal, cuja estética se apresenta como pós-moderna, contém o mesmo tipo de ética ou de intencionalidade daquelas *formas-conteúdo* inerentes ao padrão de poder moderno-colonial (HARVEY, 2013; MOREIRA, 2012; 2014; PORTO-GANÇALVES, 2006; RIBEIRO, 1978; SANTOS, 2006).

Primeiro essa DTT – alienada – foi exportada por Portugal e Espanha com a primeira Globalização – do *Colonialismo* – cuja Divisão Ecológico-Territorial da Produção e do Trabalho Internacional (DETPTI) se caracterizou pela *invasão-conquista* dos *territórios* e das identidades a eles inerentes tanto militar (que é a fase da *acumulação primitiva do capital*), quanto, sobretudo por aquelas *formas-conteúdo* do mercantilismo que eram feitas pelas mãos e que no imaginário dos africanos, ameríndios, etc. ganhavam poderes mágicos. Ou seja, esses poderes mágicos é o feitiço das mercadorias – fetiche – de que falava Marx (2013).

Por último ou atualmente, essa Globalização – do Neoliberalismo – é caracterizada pela *fragmentação* dos *territórios* e da cidadania a eles inerente. Agora não é mais os bandeirantes, mas o conluio entre as *formas-conteúdo* tirânicas da

informação com as do dinheiro em estado puro (disto deriva a competitividade e confusão dos espíritos).

O Colonialismo da acumulação primitiva do Capital

A 1ª fase da Globalização iniciou-se após 1492 com a chegada dos europeus às Américas e a instalação de um padrão de poder que ficou caracterizado como sistema-mundo moderno-colonial. Sistema-mundo porque a Geografia muda, ou seja, a escala mundial ganha maior relevância sobre as escalas regionais. Moderno-colonial porque junto da modernidade também se deu, paralelamente, o processo de colonização (QUIJANO, 2005; [b]; PORTO-GONÇALVES, 2006).

Foi nessa primeira fase que se deu a *acumulação primitiva do capital*, ou seja, a riqueza e poder da Europa foram construídos sobre o saque das riquezas naturais e pela exploração do trabalho escravo dos povos originários das Américas e dos africanos transplantados para cá militarmente – engenharia náutica (naus, caravelas, etc.) e cartográfica (bússolas, astrolábios, cartas, armas, etc.) – ou pelo *fetichismo* – espelhos, apitos, ferramentas, etc. – das mercadorias: enfim, *formas-conteúdos* do que viria a ser o primeiro maior império naval do mundo. O resultado foi um *genocídio* seguido de um *etnocídio* porque os filhos e filhas dos africanos e afro-brasileiros escravizados aqui eram produzidos em cativeiro – como se fossem animais – pelas elites escravocratas brancas daquela época e que se perpetua até hoje (JESSÉ, 2017; RIBEIRO, 1978; 1995).

Disso deriva a acumulação da riqueza, pelos europeus, nas Américas: através do genocídio dos ameríndios, africanos e seus descendentes. Antes do século XV, a Europa ocupava uma posição apenas marginal em relação ao poderio do Oriente, representado pelo domínio dos turcos sobre Constantinopla (1453), em função da sua hegemonia sobre o comércio de longa distância.

Mas o Brasil também foi construído em cima de um *ecocídio*. O colonialismo destruiu quase toda a mata atlântica e a biodiversidade a ela associada para dar lugar às “*plantations*”: exemplo trivial da principal *forma-conteúdo* da alienação geográfica – da DTT – internacional, naquela época. Ou seja, riqueza construída sobre um ecocídio, por um lado e, sobre um genocídio, por outro. Violência associada à relação arbitrária entre *raça* – racismo – e *divisão do trabalho* – alienação –, porque foram estruturalmente

unidos de forma não-científica, mas, sim, política: ideológica (MOREIRA, 2014; CAIO PRADO, 1961; QUIJANO, 2005; [b]).

(...) o olhar sobre a primeira globalização vem das viagens de [“descobrimientos”] e conquistas (...) os imensos territórios conquistados não estavam desocupados (...) em apenas um século entre 1500 e 1600 dos 80 milhões de nativos existentes na América pré-colombiana 70 milhões foram exterminados 2 mil línguas desapareceram com eles tupis “*quéchuas*” “*maputos*” tiveram seus territórios ocupados e demarcados arbitrariamente ignorando-se povos culturas línguas religiões para facilitar a dominação e o saque de suas riquezas (...) os 10 milhões de africanos transplantados para o Brasil depois de séculos de escravidão nas plantações de cana de café e nos garimpos das Minas Gerais ficaram abandonados a própria sorte (TENDLER, S. 2002)

A 1ª Revolução Industrial do vapor moderno-colonial fóssil

A 2ª fase é marcada por uma nova revolução técnica com a descoberta da principal *forma-conteúdo* dessa *divisão do trabalho*: a *máquina à vapor*. O *carvão* constitui-se na matriz energética desse período fóssil. O novo sistema técnico de produção representa uma verdadeira revolução das forças produtivas. Entretanto, mantém-se a mesma estrutura de poder hierárquica: moderno-colonial.

Assim, se por um lado se amplia a produtividade na mesma escala que a dominação e exploração da natureza e dos seres humanos uns pelos outros, por outro, se amplia, também, a concentração de riqueza e poder nas mãos de um número cada vez menor de pessoas, empresas e nações em detrimento do direito à vida da maior parte da humanidade e da natureza. O *meio* Técnico que urbanizou e enriqueceu as elites de Londres, também impôs péssima qualidade de vida aos trabalhadores industriais que será exportada (a partir do momento em que se é colocado a *máquina à vapor* nos trilhos, barcos e navios) através da Geopolítica do *Imperialismo* britânico.

Essa nova forma-conteúdo – a máquina a vapor – mudará a Geografia do mundo mais uma vez. Inicia-se, então, a transição da agricultura (via trabalho humano braçal e tração animal) para uma agricultura mecânica, cuja racionalidade de suas formas-conteúdo virá intensificar a ampliação dessa “nova” escala da DT: a da Divisão Ecológico-Territorial da Produção e do Trabalho Internacional (DETPTI), a qual fará com que o campo seja alienado pela cidade, as colônias pelas metrópoles, mas as metrópoles pela metrópole britânica. Isto é, ampliam-se e se intensificam as formas

como as formas-conteúdo desse novo sistema-mundo continuam a ser alienadas pelo conteúdo da velha Ordem Mundial (VOM): moderno-colonial.

É preciso sempre repetir que, quando muda a *Técnica*, muda a escala com que o ser humano se relaciona com a natureza e com outros seres humanos, para produzir a exploração e dominação da cidadania e dos seus *ambientes*, pois:

A indústria, com a máquina a vapor, não tem que estar mais junto ao local onde é produzida a matéria-prima, sobretudo quando a máquina a vapor é adaptada aos transportes (ferrovias e navegação oceânica). Inicia-se uma profunda e radical transformação na geografia social e de poder mundial, com enormes efeitos ecológicos, na medida em que se dissocia o lugar onde se extrai a matéria do lugar onde ela é transformada e consumida. A revolução técnica, vê-se, é uma transformação nas relações de poder manipular a matéria e, com ela, conformar a sociedade e o ambiente ao mesmo tempo. (PORTO-GONÇALVES, C. W. 2006. p. 28).

Antes das máquinas a vapor, os agricultores tinham que produzir seus próprios insumos (energia: bosques para extração da madeira e pecuária para produção das proteínas necessárias para alimentar a mão-de-obra braçal). Por isso dizemos que a geografia do mundo mudou, pois essa forma-conteúdo – máquina a vapor – quando foi colocada em cima de trilhos ou em cima d’água possibilitou uma maior capacidade aos trens, barcos e navios – pelos cavalos de força associados à força mecânica do vapor – puderam transportar uma maior quantidade de matéria para ser transformada.

Agora, as matérias-primas puderam ser transportadas do meio rural para a cidade e das colônias para as metrópoles, ao mesmo tempo em que puderam trazer, de volta, uma maior quantidade dessa mesma matéria, já transformada pelo trabalho humano-industrial: *abstrato reificado, alienado*. Os adubos químicos e outros bens de produção e consumo (e os serviços a eles associados) passaram a ser produzidos nas cidades, metrópoles ou mesmo advindos de outros lugares, de outras colônias, por um modo de produção baseado na alienação da natureza e das culturas dos seres humanos – povos originários – e dos seus *ambientes* a elas associadas.

Ao passar a usar adubos industrializados, esta agricultura pôde se especializar – como *monocultura* –, pois fez com que sua área se sobrepusesse sobre a área dos antigos bosques (madeira) e área destinada à pecuária (para alimentação da mão-de-obra e geração dos esterco, adubos orgânicos, necessários a repor a fertilidade do solo) na Europa e no resto do mundo. É sabido que se toda monocultura exaure o solo é também deve ser sabido que ele precisa ser, constantemente, adubado.

A partir deste momento, a agricultura passaria a ser um subsistema dependente ou alienado da indústria, mas, sobretudo, do financiamento dos bancos (disso se origina a dívida dos agricultores na Europa e no resto do mundo). Uma alienação ou DT setorial, mas que só existe com sua base geográfica e que, portanto, tem de ser apontada como uma alienação geográfica do campo pela cidade e da produção – da terra – pelos bancos – renda da terra – nas metrópoles ou no centro e nas colônias ou na periferia.

O meio agrário como produtor de riqueza dá lugar, ao longo dessa história do desenvolvimento econômico do ocidente, ao meio urbano – a cidade –, porque passará a ser o fornecedor tanto dos insumos industriais quanto das máquinas – formas-conteúdo – necessárias à produção das *commodities* vegetais, animais e minerais, que continuam sendo a base dessa alienada economia agroexportadora brasileira dentro dessa DTT dessa Globalização Neoliberal (FOUTOURA, 2012; SANTOS, 2013). Isso porque a mudança de poder do meio rural para o meio urbano (da produção de mercadorias com alto valor agregado nas metrópoles) e da emergência de outros agentes, como a indústria e os bancos, não mudou a estrutura de poder: portanto, vale repetir, manteve-se a moderno-colonialidade.

O que mudou foi a escala da produção da riqueza e o local onde ela passou a ser produzida (ampliou-se o sistema-mundo), mas não o padrão de poder ou a forma como ela continuou a ser apropriada:

Observa-se que a monocultura que será uma das bases de sustentação da agricultura capitalista moderna se desenvolveu, inicialmente, sobretudo nas regiões e países coloniais enquanto agricultura de exportação. A monocultura revela, desde o início, que é uma prática que não visa satisfazer as necessidades das regiões e dos povos que produzem. A monocultura é uma técnica que em si mesma traz uma dimensão política, na medida em que só tem sentido se é uma produção que não é feita para satisfazer quem produz seja pela fragilidade [desses] agroecossistemas, exatamente por serem simplificados. (PORTO-GONÇALVES, C. W. 2006. p. 28-29)

O fossilista Neocolonialismo do Imperialismo fordista

A 3ª fase, cuja *forma-conteúdo* – do *motor a combustão* – é possível graças à física – *eletromagnetismo* –, à química – *ligas metálicas* – e à matéria das matérias-primas: o *petróleo*. Isso dará início a uma nova fase do *capitalismo* – o *Imperialismo* – que devorará a natureza, vidas humanas e democracias em busca de petróleo e gás (das

guerras no Oriente Médio ao planejamento e financiamento do Golpe de 1964 no Brasil, todos planejados, financiados e executados pela Geopolítica dos EUA do Norte).

Em nome do controle do petróleo – matriz energética e matéria-prima das matérias – os EUA do Norte irá manter o mesmo padrão de poder global de antes, porém, passará a ser denominado de *neocolonial*, em função dos seus novos conteúdos e formas substitutos das velhas formas-conteúdo à vento do *colonialismo* e à vapor da 1ª RI. O *neocolonialismo* é uma inflexão nas regras do jogo na visão mais otimista, mas não uma mudança da natureza do jogo na visão realista: a ética do lucro advindo da *mais-valia* – extraída sobre a propriedade privada dos territórios, terras, fábricas e do trabalho por empreitada e assalariado – continua sendo alienadora dos ambientes e cidadanias a eles inerentes.

A velha relação entre NDETPTI, racismo e endividamento é vista através da alienação dos EPs urbano-industriais e agrícolas e da corporalidade (que impõe uma individualidade que por sua vez também irá influenciar na sociabilidade) pelos bancos, sistema financeiro. A disputa entre os grandes grupos empresariais que começam a surgir na Europa, EUA e Japão pelo controle material desses territórios (detentores das jazidas da matéria das matérias) culminará (ao longo de quase todo o século XX), na era das Guerras-mundiais e Revoluções:

Desde então, não é mais a produção de artigos de alto valor econômico por unidade de peso que está em jogo. São grandes volumes de matérias nas suas diferentes qualidades de ferro, de cobre, de zinco, de manganês, de café, de cacau, de banana, de amendoim, de algodão, enfim... tudo passa a ser removido e movido pelo mundo, submetido pela lógica de produção de mercadorias, sob o comando de grandes monopólios industriais financiados pelos grandes bancos, dividindo territorialmente o mundo em áreas de influência entre os diversos imperialismos nacionais (inglês, alemão, Frances, holandês, belga, italiano, estadunidense) [no] final do século XIX e início do século XX (...) a natureza [será] submetida a uma lógica mercantil e a uma noção de tempo uniforme e abstrata, tal como o relógio. A busca incessante de lucro (...) se crê independente e acima do fluxo de matéria e energia do planeta, de cada biorregião, de cada contexto geocultural e social específico (...) porque a lógica da economia capitalista (...) implica uma lógica de guerra permanente por conquista de mercado (...) para venda de produtos mas, sobretudo, para se obter fonte de matéria-prima ou controlar os lugares e regiões estratégicos – Canal de Suez, Canal do Panamá, por exemplo. Enfim, a questão territorial e geopolítica se tornam decisivas! (PORTO-GONÇALVES, C. W. 2006. p. 31-32)

O Capitalismo de Estado fossilista Fordista – o “*Welfare State*” – surgirá nesta fase como resposta à crise do Liberalismo de 1929 e ao crescimento e fortalecimento da

organização dos trabalhadores contra o capital. Soma-se a isso a derrubada da monarquia no leste europeu pelos Bolcheviques (em 1917) que ficou conhecida como Revolução Socialista Rússia e passou, desde então, a competir como projeto civilizador contra o Capitalismo. Num projeto de civilização prevalece a propriedade privada, mas no outro, a coletiva.

Forjam-se, assim, as condições político-econômicas necessárias para o surgimento de um Capitalismo Popular – *Fordista* – que significou uma nova partilha da riqueza entre capital e trabalho, com ganhos para o segundo. Porém, há que apontar que “*Em nenhum momento a natureza foi considerada nos seus limites, tanto de suprimentos de matérias-primas, como de absorção de rejeitos*”, sobretudo porque o “*Fordismo não conseguiu atravessar a linha do equador*”, ou seja, a prosperidade dessa terceira fase da DETPTI foi privatizada, como bônus, pelos países do norte e, seus custos de produção foram externalizados como ônus, para os do sul (PORTO-GONÇALVES, 2006. p. 33-34).

Isto significa que para que o trabalhador norte-americano possa comprar o carro – Ford T –, que ele mesmo fabricava (na esteira da linha de produção em série), alguém tem que vender as matérias-primas muito baratas. Portanto, essa nova fase da DETPTI, veia a possibilitar uma nova partilha da riqueza entre capital e trabalho – com ganhos para o trabalho na forma de direitos trabalhistas, melhores salários, etc. –, mas que só foi possível devido à “abundância” dos recursos naturais do HS, necessários à produção em massa – portanto barata – nas indústrias fordistas e para o consumo popular do HN.

No entanto, para a manutenção desse regime de acumulação do capital “mais civilizado”, seria necessária uma intensiva e contínua expropriação – por isso *imperialista* – tanto da natureza, quanto da possibilidade de desenvolvimento aos trabalhadores do HS. Para que os trabalhadores norte-americanos tivessem acesso em abundância a bens de consumo industriais, sem depreciar a taxa de lucro dos industriais, volumes gigantescos de matérias-primas precisariam continuar a ser extraídas da natureza de forma contínua e a preços baixíssimos, sem ganhos para o trabalho no sul, como ocorrera para os do norte.

Por isso é que o *imperialismo* é sinônimo da manutenção do mesmo padrão de poder – moderno-colonial – já que a dominação de territórios e dos povos originários a eles imaneses teve de continuar para viabilizar a apropriação das nossas matérias-primas em volumes enormes, mas a preços irrisórios. Porém, emergem lutas do HS ao

Oriente (onde é sempre bom lembrar que o Império Japonês alienou quase toda a Ásia, nessa era dos Impérios modernos) que visavam à independência, libertação nacional da alienação imposta pela vontade dos mais fortes contra a liberdade dos mais fracos. O *Imperialismo* acabou por induzir uma luta gradual, mas global – de *descolonização* –, mudando, de novo, a geografia da produção e do trabalho internacional:

Afinal, 1945 assinalara os graves riscos a que o próprio capitalismo havia se lançado com as lutas entre potências imperialistas por mercados e fontes de energia e matérias-primas – Alemanha, Itália, Japão, Inglaterra, França, Bélgica, Holanda e Estados Unidos – que, como resistência, ensejou uma enorme resistência das lutas de libertação nacional (a descolonização) e a expansão de vários tipos de nacionalismo. O nacionalismo e o socialismo ganharam múltiplos matizes no mundo árabe, na Ásia, na África e na América Latina (M. Gandhi, Mao, Nehru, Nasser, Sukarno, Vargas, Perón, Arbenz, N. Nkuma, J. Nierere, Bem Bella, P. Lumumba, Fidel Castro, Che Guevara, L. Senghor entre tantos outros líderes importantes quanto diferentes entre si que o outro lado da modernidade forjara). (PORTO-GONÇALVES, C. W. 2006. p. 33-34)

Assim, essa nova realidade acabou por estimular uma reestruturação, por parte da elite, contra os grupos, partidos e lideranças de esquerda que haviam adquirido popularidade junto às massas de trabalhadores pela luta contra o nazifascismo. Agora as elites dos EUA do Norte – protagonista nessa fase *imperialista* do Capitalismo – passaram a impor-se sobre seus dois adversários: um externo representado pelo projeto civilizatório da Esquerda e outro interno representado pelo seu próprio “*Welfare State*”.

Noam Chomsky (2015; 2017. p. 5-14) aponta que a ofensiva Neoliberal (teve início na segunda metade do século XX), é capitaneada pelo mesmo tipo de elite que causou a crise de 1929, e se enraizará no cotidiano das empresas e delas para o Estado e deste à sociedade através da relação direta entre a desregulamentação do setor financeiro *Norte-Americano* e a concentração de *riqueza e poder corporativo-financeiro* por uma *elite conservadora*. Sua análise em “*The ten Principles of Concentration Wealth and Power*” nos aponta que a retomada do poder (em escala global) buscou:

1. *Reduce democracy;*
2. *Shape Ideology;*
3. *Redesign the Economy;*
4. *Shift the Burden;*
5. *Attak Solidarity;*
6. *Run the Regulators;*
7. *Engineer Elections;*
8. *Keep the Rabble in line;*

9. *Manufacture Consent &*
10. *Marginalize the Population.*

Destes dez princípios, recortaremos apenas o 3º – *Redesenho da Economia* –, porque nos possibilitará ver como se deu a ação geopolítica que construiu as bases da alienação universal – econômica – da qual a “*Teoria da Alienação de Marx*” falava, da qual a Economia Espacial miltoniana também recentemente falou e da qual todos aqueles e aquelas sob a égide do capitalismo conhecem hoje, mesmo que não entendam muito bem e, portanto, não consigam, por isto, explicá-la. Ela teve início no começo da década de 1970 (nos EUA) e, desde sua origem, teve como único objetivo alienar toda a humanidade através de uma DETPTI *financeirizada*: daí a crise estrutural dessa Globalização Neoliberal não estar somente no HS, na periferia do sistema, mas, sobretudo, no centro do sistema, no HN através da substituição dos direitos por contratos temporários.

A seguir, as duas táticas em que a geopolítica do redesenho da economia se baseou segundo Chomsky (2015; 2017. p. 49-60):

1. aumentaram o papel das instituições financeiras (Bancos, Firms de investimentos, Seguradoras, etc.) visando à financeirização da economia e;
2. realocaram a *produção* visando a colocar trabalhadores ***competindo entre si no mundo todo*** (o que gerou redução da renda do trabalho, desemprego em massa e, portanto, um aumento do exército de mão-de-obra de reserva para o capitalismo).

A primeira tática – externa – teve início com o *Plano Marshall* (1947) que surgiu como resposta a essa expansão das liberdades na forma de ganhos ao trabalho, direitos, popularidade das utopias de esquerda, etc. e visava a implementar um modelo de intervenção supranacional para reconstruir a Europa (pós 2ª Guerra-mundial). Com o pretexto de Planejar o Desenvolvimento da Europa, fortaleceu também o papel de organismos multilaterais. Isso acarretou o início de uma nova geografia da produção e do trabalho internacional, que viria produzir o nosso “novo” subdesenvolvimento (FERNANDES, 2008) e pobreza, através dessas ideias imperialistas impressas nas entrelinhas dessa ideologia do Planejamento dos EUA do Norte (SANTOS, 2011):

Assim, desde fins da Segunda Guerra Mundial vem sendo gestado um novo padrão internacional de poder que se configura com a importância cada vez maior das grandes corporações empresariais, em termos institucionais num

conjunto de entidade supranacionais como a ONU, o FMI, o BID e o BIRD e, em termos mais especificamente econômicos, nos Acordos de Bretton Woods. Em 1971 (...) os Estados Unidos, *unilateralmente*, romperam com o sistema fixo de câmbio e com o padrão-ouro, um dos pilares daqueles acordos. Estava aberto, pois, o caminho para a financeirização cada vez maior da economia mundial. A partir desse momento, o dólar passa a ser o novo lastro que os países deveriam buscar e somente um país, os EUA, pode emitir essa moeda. (...) Ainda, em 1982, os organismos financeiros internacionais impuseram outra ruptura unilateral de contratos ao alterarem a taxa de juros de cerca de 6% para cerca de 20% ao ano (...) (PORTO-GONÇALVES, C. W. 2006. p. 34-35)

A segunda tática – interna – teve como objetivo colocar os trabalhadores nos EUA do Norte (e dos outros países ricos), competindo com uma mão de obra mais barata com a dos padrões da China, América Latina, Brasil, etc., porque o trabalho (ou capital produtivo) e os trabalhadores (visto como força de trabalho ou recursos humanos) não podem se mover fisicamente (devido às distâncias e fronteiras de todo tipo) como o capital (financeiro, fluido) tem podido. Disso derivou o aumento da desigualdade abissal entre as Classes Sociais no mundo, porque a remuneração dos executivos foi protegida, pois eles não competiram com o resto do mundo, mas a do resto dos trabalhadores, não (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Por isso a pobreza não para de aumentar, não só no mundo, mas também nos EUA do Norte como já foi dito, mesmo ele sendo o país mais rico do mundo (HARVEY, 2013; 2014; STIGLITZ, 2016). Do lado de cá, isto foi denunciado pelo geógrafo (SANTOS, 2013) quando diagnosticou que em apenas meio século foi produzido, pelo menos, três tipos de pobreza: a “incluída”, a marginal e a estrutural globalizada.

A partir disso é que se globaliza o desemprego que antes era restrito, apenas, há alguns países, regiões, lugares (ou mesmo em setores específicos da economia). É nesse contexto que surge a crise do Capitalismo Imperialista de Estado fordista fossilista, pois o alto custo do trabalho impunha-se como um obstáculo aos padrões históricos de exploração do padrão de poder moderno-colonialidade.

Portanto, é por isto que nessa próxima fase da Globalização, demandarão um novo exército de reserva, necessário a outro ciclo de acumulação do capital. Ou seja, a partir de agora será produzido os meios para uma mobilidade total para o capital que significará, ao mesmo tempo, uma desterritorialização do emprego e da cidadania a ele inerente (COSTA, 2010), tanto aos trabalhadores do campo quanto aos da cidade, sobretudo para os pobres, mas também à classe média, nos países “pobres” e nos ricos.

O pobre deixa para ser pobre aqui para ser pobre acolá. As classes médias (acolá e aqui) emborcam na retórica xenófoba que culpa os imigrantes pela sua pauperização.

A Globalização Neoliberal da Cidadania dos Ambientes

Por fim, chegamos a sua 4ª fase. Mas fase que não chegou para todos os lugares em função daquela *dívida externa* criada lá na modernidade. O sistema da dívida se constitui, nos dias hoje, no principal instrumento – *forma-conteúdo* – de dominação – *alienação* – política do sistema financeiro sobre a produção ou dos países do HS. O Brasil, por exemplo, orientou toda sua economia à busca do *superávit* primário para obter a moeda que não emite: a do dólar estadunidense, necessário ao pagamento das dívidas externas e internas.

Aqui percebesse a alienação da qual falava Milton Santos (2006; 2011; 2013), pois o sistema financeiro ou o sistema da dívida é a *forma-conteúdo* da tirania da informação com a do dinheiro. Isto significa que para que consigamos apenas pagar o serviço da dívida (juros pela rolagem dos próprios juros) ou a remuneração do rentismo financeiro (BAVA, 2014; BELLUZZO & GALÍPOLO, 2017; DOWBOR, 2017; PIKETTY, 2014; b; 2015; SANTOS, 2013). Porque o objetivo geopolítico é manter nossa economia alienada dentro dessa DETPTI cuja única forma de financiamento possível tem sido a emissão de títulos da dívida interna para financiar esta economia e Estado, ambos alienados e alienantes:

(...) A dívida externa não é para ser paga, é, sim, uma poderosa arma política para que se imponham *políticas de ajuste estrutural* (...) Registre-se que, depois de 1975, os preços das matérias-primas caíram cerca de 40% em relação aos produtos industrializados (...) com exceção do petróleo (...) os países do pólo dominado no padrão de poder mundial (...) para obter o mesmo produto industrializado (...) devem produzir duas vezes e meia matérias-primas a mais (...) implicando o avanço sobre áreas ocupadas originariamente por populações de outras matrizes culturais (indígenas, afrodescendentes, camponeses de vários matizes ecoculturais), onde ricos acervos de biodiversidade estão dando lugar a monoculturas (...) cresce a dependência de matérias-primas e energia dos países desenvolvidos em relação aos países subdesenvolvidos, apesar da revolução tecnológica que, acreditava-se, com os novos materiais, diminuiria essa dependência (...) Vê-se, assim, que o colonialismo e o imperialismo não deixaram de existir sob a globalização neoliberal (...) Há, assim, uma enorme dívida ecológica sendo contraída contra o planeta e contra a maior parte da humanidade (PORTO-GONÇALVES, C. W. 2006. p. 46-47).

Disso deriva essa estrutural crise socioambiental contemporânea que aliena geograficamente nossa soberania nacional. Essa Globalização da Natureza pela NDETPTI é, na verdade, a Globalização da alienação da natureza humana em escala global. É por essa razão que a dimensão contemporânea – geográfica – dessa alienação universal – econômica – que se impõe como a única política, como universalidade (e daí sua pretensão de caráter cosmopolita, etc. como aponta Marx e Mészáros) através da *Técnica*, uma vez que:

Hoje, tanto os objetos quanto as ações derivam da técnica. As técnicas estão, pois, em toda parte: na produção, na circulação, no território, na política, na cultura. Elas estão também – e permanentemente – no corpo e no espírito do homem. Vivemos todos num emaranhado de técnicas, que em outras palavras significa que estamos todos mergulhados no reino do artifício. Na medida em que as técnicas hegemônicas, fundadas na ciência e obedientes aos imperativos do mercado, são hoje extremamente dotadas de intencionalidade, há igualmente tendência à hegemonia de uma produção “racional” de coisas e de necessidades; e desse modo uma produção excludente de outras produções, como a multiplicação de objetos estritamente programados que abrem espaço para essa orgia de coisas e necessidades que impõem relações e nos governam. Cria-se um verdadeiro totalitarismo tendencial da racionalidade – isto é, dessa racionalidade hegemônica dominante –, produzindo-se a partir do respectivo sistema certas coisas, serviços, relações e idéias. Esta, alias, é a base primeira da produção de carências e escassez, já que uma parcela considerável da sociedade não pode ter acesso às coisas, serviços, relações, idéias que se multiplicam na base da racionalidade hegemônica (SANTOS, M. 2013. p. 128).

A *Globalização Neoliberal* vem, portanto, dentro das *Técnicas* das *formas-conteúdo* da 3ª RI. As formas-conteúdo do neoliberalismo são o equivalente ao que representou o “*Cavalo de Tróia*” à Tróia. Essas formas-conteúdo difundem o capital e mudam as estruturas sociais, porque, através das formas, a estrutura socioeconômica de um país pode ser facilmente atacada, já que “*a forma é sempre pensada como algo a ser comandado: comandado pelo processo, pela função, pela estrutura, quer em separado, quer conjuntamente*” (SANTOS, 2011. p. 200).

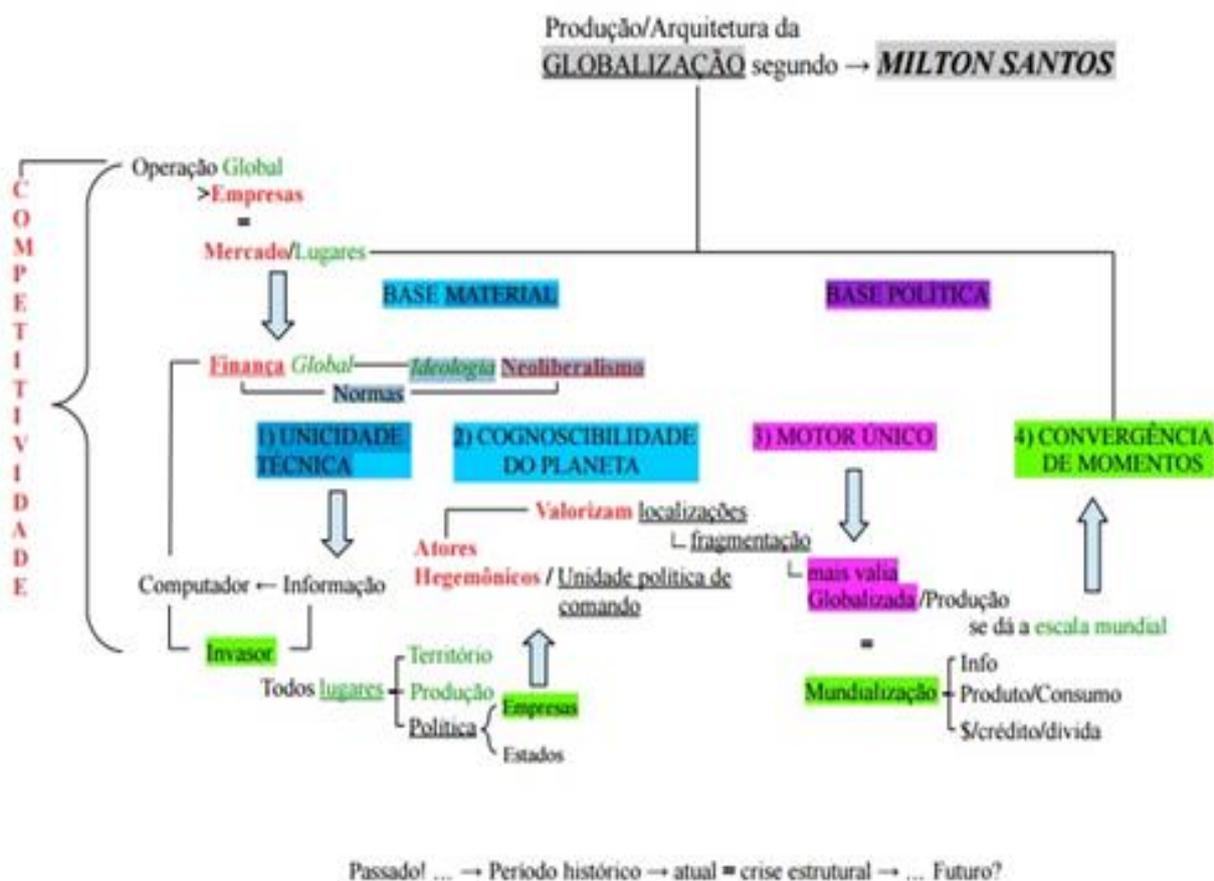
É por esta razão que a atual Globalização irá se caracterizar pela fragmentação dos territórios. Substitui-se aquela antiga alienação pela conquista por esta da fragmentação como meio de dominação geográfica. Mas qual é, então, a *forma-conteúdo* responsável pela nossa alienação dentro dessa NDETPTI Neoliberal chamada de Globalização? Milton Santos (2006. p. 86) disse a respeito da produção das formas-conteúdo dessa DTT que “*Hoje, o motor da divisão do trabalho, tornada claramente internacional, é a informação*”.

O EP é, portanto, o lugar onde essa alienação é produzida, já que “*O espaço sempre foi o ‘locus’ da produção. A ideia de produção supõe a ideia de lugar. Sem produção não há espaço e vice-versa*” (SANTOS, 1985. p. 61). As *formas-conteúdo* da *alienação geográfica* são os próprios *EPs* da Globalização Neoliberal que a produzem cotidianamente nos lugares ao mesmo tempo em que produzem mercadorias, *mais-valia*, riqueza e pobreza. São o meio pelo qual, onde, a cidadania da *Geograficidade* nos e dos *Ambientes* são globalizados de forma Neoliberal. Dito em outras palavras, é o meio técnico pelo qual ela se dá nos *lugares, ambiente, cotidiano*.

O meio geográfico foi durante milênios um meio natural (pré-técnico), durante dois ou três séculos um meio técnico (maquínico) e hoje um meio técnico-científico-informacional (...) a partir do período da globalização e sob a égide do mercado. E o mercado, graças exatamente à ciência, à técnica e à informação, torna-se um mercado global. O território ganha novos conteúdos e impõem novos comportamentos, graças às enormes possibilidades da produção e, sobretudo, da circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das idéias e informações, das ordens e dos homens. É a irradiação do meio técnico-científico-informacional (...) que se instala sobre o território [gerando] densidades diferentes, novos usos e uma nova escassez (SANTOS, 1994, p. 139; 2012, p. 52-53).

O *triumvirato* formado pelo *dinheiro, informação* e as *normas*, é quem produz de forma industrial a corrupção estrutural dentro dessa Globalização Neoliberal e que tem sido transplantada para o Brasil através das *formas-conteúdo* dessa geopolítica do motor único, que é a *mais-valia* globalizada. Vide a explicação no organograma:

Figura 10 – Geografia da produção da Arquitetura da Globalização.



Fonte: adaptado de Milton Santos (2013b).

[...] bases materiais do período atual são, entre outras, a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta. É nessa base que o grande capital se apóia para construir essa globalização perversa (...). A globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista. Para entendê-la, como, de resto, a qualquer fase da história, há dois elementos fundamentais a levar em conta: o estado das técnicas e o estado da política (SANTOS, Milton. 2013b. p. 20-23).

Assim, sobre esse mundo tal como ele realmente é – *essa globalização como perversidade* –, Santos (2013) defende que sua perversidade é sistêmica, porque se impõe tanto na escala social ou coletiva, como na pessoal ou individual, pois ela se dá através da política das técnicas que é, em sua essência, a política das grandes empresas ou do sistema corporativo-financeiro. Parafraseando Santos (1996), para podermos mostrar que a técnica só tem existência histórica a partir da política, porque é a política quem decide: 1º) a técnica que escolhe; 2º) a forma como as combinará e; 3º) onde e quando as combinará. Logo, o que é imposto aos espíritos através das *Técnicas* é:

[...] um mundo de fabulações (...) para consagrar um discurso único [e cujos] fundamentos são a informação e seu império, que encontram alicerce na produção de imagens e do imaginário, e se põem a serviço do império do dinheiro, fundado este na economização e monetarização da vida social e da vida pessoal. (...) Alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos, a corrupção. (SANTOS, Milton. 2013b. p. 18-20).

A globalização – na visão miltoniana – tem, então, como base geopedagógica diagnosticar – análise – antes de criticar – ver de forma politizada – como se prolifera essa especialização produtiva ligada exclusivamente a interesses distantes. O resultado geopolítico nocivo à humanidade tem sido: o estranhamento generalizado do ser humano com relação ao seu próprio EG Cotidiano, Banal, Vivido, Produtivo que é a Instituição Social Geográfica onde – EP – acontece a produção da alienação do ser humano com relação a natureza (*objeto do seu trabalho*), de si mesmo (*de sua própria atividade*), do seu ser genérico (de seu ser como *membro da espécie humana*) e, conseqüentemente, dos outros seres humanos (dos outros “*homens*”).

Vejamos então o porquê as Instituições são a causa da origem ou onde é produzida a alienação e, portanto, o meio pelo qual deveremos superá-las (SANTOS, 2006; SOUZA, 2017):

Nada é, portanto, “enraizado na natureza *humana*”. A natureza humana não é algo *fixado pela natureza*, mas, pelo contrário, uma “natureza” que é *feita pelo homem* em seus atos de “autotranscendência” como ser natural. É desnecessário dizer que os seres humanos – devido à sua condição biológica natural – têm *apetites* e várias propensões naturais. Mas no “ato autotranscendente consciente de vir-a-ser” eles se transformam em *apetites* e propensões *humanos*, modificando fundamentalmente o seu caráter, passando a ser algo *inerentemente histórico* (...) Sem essa transformação, tanto a arte quanto a moral seriam desconhecidas para o homem: elas só são possíveis porque o homem é criado de seus *apetites humanos*. (...) Nas palavras de Marx: “a natureza que vem a ser na história humana, no ato de surgimento da história humana – é a natureza **efetiva** do homem, por isso a natureza, assim como vem a ser por intermédio da indústria, ainda que em figura **estranhada**, é a natureza **antropológica** verdadeira (MÉSZÁRIOS, I. 2006. p. 156).

Por esta razão é que Mészáros, a partir de Marx, defende que a automediação ontológica entre ser humano e natureza, por intermédio de sua própria atividade produtiva (e autoprodutora), passa a ser realizada por uma IA que produzirá tanto uma NA, quanto um ser humano alienado, já que se substitui o H – ser humano – pela divisão alienadora do P (propriedade priva e proprietário ou patrão) com o T (trabalho

assalariado ou trabalhador) de forma arbitrária, ideológica. É assim que, a partir de então, todos os seres humanos produzem sua autoalienação: por intermédio dessa DT.

Também por esta razão é que a produção desse autoestranhamento do ser humano – através do EP onde o trabalhador produz o seu autoestranhamento ao próprio trabalho – produz, na mesma medida, o seu autoestranhamento ao seu EG ou à sua terra – que, estamos defendendo ser o quinto aspecto da alienação ou a alienação em sua dimensão geográfica. Já que o ser humano ou mesmo a natureza não nascem alienados, então, a causa dessa alienação foi essa opção histórica pela *IA – EP Privado* onde é produzida a cultura da *competitividade* no espírito dos seres humanos – que os tem transformado – a cidadania e seus *ambientes* – praticamente em fábrica. É por isto que o EG – habitação do ser humano – se torna seu inimigo a partir do momento em que a unidade desumana dessas *formas-conteúdo* vira o instrumento de sua alienação:

[...] Cada vez mais o homem se vê obrigado a utilizar técnicas que ele não criou, para produzir para outros aquilo de que não tem necessidade ou que não tem os meios de utilizar. Em razão dessa passagem de uma multiplicidade de técnicas locais, geradas espontaneamente, para uma só tecnologia imposta à escala mundial, também o homem muda. Ele deixa de ser o homem “local” para se tornar um homem “mundial”. A escala local não é mais a das decisões que o afetam. Os espaços aparecem cada vez mais como se diferenciando por sua carga de capital, pelo produto que criam e pelo lucro que engendram e, em última análise, por seu desigual poder de atrair o capital. Tal como o homem, o espaço tornou-se mundial. O capital – por suas possibilidades de localização e suas necessidades de reprodução – se torna o intermediário entre um homem destituído e um espaço alienado (SANTOS, M. 2011. p. 138-139).

Conclui-se desta relação que a DT é a ontologia histórica da alienação, reificação, coisificação que coisifica o caráter social emancipador do trabalho em todo o globo através da DTT (em sua forma-conteúdo NDTPTI Neoliberal). É assim que a história da consciência humana foi e continuando sendo substituída onde os trabalhadores são automediados pela propriedade privada e trabalho assalariado (P & T). Disto deriva essa inconsciência metafísica, mítica: crença na mão invisível do deus mercado que age segundo leis naturais (imparciais). Desde então o cotidiano tem sido alienado cada vez mais e de forma mais complexa. Antes era política (parcial), mas agora é econômica (universal). Hoje, a alienação do cotidiano é globalitária. É realizada através das formas-conteúdo da tirania do dinheiro e da informação.

A morte da política deriva disto, pois é vendida pela informação – produzida nos EPs da ciência que também foi alienada pela agenda do capital – através da idéia da

negação do público ou daquelas instituições de proteção socioambiental (Social-democracia, “*welfare state*”, Estado Democrático de Direito, Direitos Humanos e da Natureza, etc.) em benefício da política das grandes empresas – corporações – e do setor financeiro. O discurso da não-política do mercado é, na verdade, a defesa camuflada da política patrimonialista de mercado – rentista – (SOUZA, 2017) que se instala nos territórios pelas normas, racionalidades e ações imanentes às formas-conteúdo do Capital. Um exemplo disto é que o mundo nunca foi tão normado pelo simples motivo de que hoje as formas-conteúdo são globais, ou seja, são globais também os comportamentos competitivos, egoístas, etc. já que essas formas-conteúdos – verticalidades – demandam ações correspondentes. A partir disso se dá a norma(lização) como regra flexível do cotidiano do século XXI, alienando o sul e criando a periferia no norte.

A informação tornada o motor da economia (do século XXI), surgida com produção do microchip, computador, internet, etc., constitui-se na principal *Técnica* dessa terceira fase do desenvolvimento das forças produtivas (3ª RI) e é por detrás dela que se instala a tirania do dinheiro: da *mais-valia* globalizada. A Globalização Neoliberal é verdadeira porque a informação se globalizou pelas formas-conteúdo da comunicação – telemática –, mas é mentira porque isso não se deu em todos os lugares e para todas as pessoas: que vai da exclusão digital até o analfabetismo digital. Isto porque apenas um número reduzido de pessoas tem tido acesso aos produtos-frutos da genialidade e trabalho que é de toda a humanidade.

É por isto que o *meio* técnico-científico-informacional atual é o EP da *mais-valia* globalizada – alienação universal ou econômica – e não só pode – dialeticamente – como deve – *vir-a-ser* –, também, o meio pelo qual podemos fazer essa alfabetização holística orientada à cidadania planetária: da consciência geográfica cidadã. Cabe a nós, então, propor que façamos dessas condições materiais – unicidade da técnica, cognoscibilidade do planeta, o motor único e a convergência dos momentos das verticalidades do *meio* Técnico-científico-informacional – a condição material do Espaço Educativo de produção da consciência universal da cidadania planetária. O EP da produção *Técnica* de uma outra política: que seja orientada à dignidade da vida humana em harmonia com nosso lar, lugar, região, terra, planeta Terra.

A política agora é feita no mercado. Só que esse mercado global não existe como ator, mas como ideologia, um símbolo. Os atores são as empresas

globais, que não tem preocupações éticas, e nem finalísticas. Dir-se-á que, no mundo da competitividade, ou se é cada vez mais individualista, ou se desaparece. Então, a própria lógica de sobrevivência da empresa global sugere que funcione sem nenhum altruísmo. Mas, se o Estado não pode ser solidário e a Empresa não pode ser altruísta, a sociedade como um todo não tem quem a valha. Agora se fala muito num terceiro setor, em que as empresas privadas assumiram um trabalho de assistência social antes deferido ao poder público. Caber-lhes-ia, desse modo, escolher quais os beneficiários (...) e deixando a maior parte de fora (...) que não convenham ao cálculo das firmas. Essa “política” das empresas equivale à decretação de morte da Política. A política, por definição, é sempre ampla e supõe uma visão de conjunto (...) Nas condições atuais (...) estamos assistindo a não política, isto é, a política feita pelas firmas, sobretudo as maiores (...) com suas normas (...) associadas ao uso (...) das técnicas correspondentes (...) Pelo fato de que as técnicas atuais são solidárias (...) Cada técnica propõe uma maneira particular de comportamento (...) É assim que também se alteram as relações sociais dentro de cada comunidade. Muda a estrutura do emprego, assim como as outras relações econômicas, sociais, culturais e morais dentro de cada lugar (...) tais empresas são apresentadas como salvadoras dos lugares (...) pelos seus aportes de empregos e modernidade. Daí a crença de sua indispensabilidade, fator da presente guerra entre lugares (...) de sua atitude de chantagem (...) Assim, o poder público passa a ser subordinado (...) instala-se a semente da ingovernabilidade (...) produzindo as precondições da fragmentação e a da desordem, claramente visíveis no país, por meio do comportamento dos territórios, isto é, da crise praticamente geral dos estados e dos municípios (SANTOS, M. 2013. p. 67-69).

Vejamos, então, o porquê essa dimensão geográfica da dominação política se dá através da dimensão geográfica da dominação econômica. Ou seja, o porquê essa intencionalidade política da ideologia dominante contida na compressão do espaço-tempo (que está impressa na racionalidade do uso extremado das técnicas) esconde sua demanda por mais alienação, pois suas *formas-conteúdo* demandam a uma:

(...) necessidade obsessiva de normas [e que] graças ao casamento entre as técnicas normativas e a normalização técnica e política da ação correspondente, a própria política acaba por instalar-se em todos os interstícios do corpo social, seja como necessidade para o exercício das ações dominantes, seja como reação a estas mesmas ações. Mas não é propriamente de política que se trata, mas de simples acúmulo de normatizações particulares, conduzidas por atores privados que ignoram o interesse social ou que o tratam de modo residual. É uma outra razão pela qual a situação é de crise [pois o] mesmo sistema ideológico que justifica o processo atual de globalização, ajudando a considerá-lo o único caminho histórico, acaba, também, por impor uma certa visão da crise e a aceitação dos remédios sugeridos. Em virtude disso, todos os países, lugares, e pessoas passam a se comportar, isto é, a organizar sua ação, como se tal “crise” fosse a mesma para todos e como se a receita para afastá-la devesse ser geralmente a mesma. Na verdade, porém, a única crise que os responsáveis desejam afastar é a crise financeira e não qualquer outra crise. Aí esta, na verdade, uma causa para mais aprofundamento da crise – econômica, social, política, moral – que caracteriza o nosso tempo. (SANTOS, Milton. 2013. p. 36).

Da relação entre a dimensão geográfica da dominação política com a da econômica à dominação geográfica em si – que vai da alienação via DT – geografizada através do EG – Produtivo, Produzido – para todo o globo através dessa NDETPTI Neoliberal. Os *atributos* geográficos da natureza humana – o *ambiente* – (neste seu estágio geográfico) é o alienador das *Geograficidades Cotidianas* a partir do momento em que o EG é tornado uma mercadoria universal por excelência por um EP Capitalista pós-moderno, conectado pelas redes da propriedade privada que tornam a escassez global para a maior parte da humanidade:

“A história nada mais é do que uma transformação permanente da natureza do homem”, escrevia Marx (...) Poder-se-ia dizer que o mesmo se dá com a história do espaço produtivo (...) Isto começa pelo homem “local”, senhor e prisioneiro de uma área limitada. Na aurora dos tempos históricos, o homem dependia diretamente do espaço circundante para a reprodução de sua vida (...) Desta forma, as primeiras técnicas – invenção do próprio homem local – foram elaboradas no contato íntimo com a natureza (...) À medida que o capitalismo se desenvolveu, o número de modelos se reduziu (...) para uma só tecnologia imposta à escala mundial (...) Ele deixa de ser o homem “local” para se tornar um “homem mundial” (...) Tal como o homem, o espaço tornou-se mundial. O capital, por suas possibilidades de localização e suas necessidades de reprodução – se torna intermediário entre um homem destituído e um espaço alienado (...) o homem se vê obrigado a utilizar técnicas que ele não criou, para produzir para outros aquilo de que não tem necessidade ou que não tem os meios de utilizar (...) a propriedade destes escapa cada vez mais do produtor direto para se concentrar nas mãos dos detentores do capital (...) um aprofundamento da divisão – social assim como geográfica – do trabalho, que separou o homem dos meios de produção (SANTOS, 2011, p. 137-139).

Assim, fica mais claro vemos a origem da autoalienação em sua dimensão espacial ou geográfica: que é a reificação do caráter social emancipador do trabalho em sua dimensão geográfica – *Técnica, EG Produtivo* – que produz a Alienação da(s) *Geograficidade(s)* através da NDETPTI Capitalista, Financeira, Neoliberal. O *EP* quando é dotado dessa racionalidade hegemônica trás consigo um emaranhado de normas que contém, em essência, a intencionalidade dessa NOM: a *mais-valia* globalizada. E é por isto que parece ser a técnica, tecnologia (computadores, robôs, etc.) as responsáveis por nos dividir, separar, segregar ou fragmentar a nossa tomada de consciência sobre a práxis de uma *Geograficidade cidadã*.

Vimos até aqui, então, que a dominação política dos territórios tem se dado pelas grandes empresas. Que a política é a não política, porque sua ação está relacionada à seletividade – lucro – associada aos lugares e pessoas onde se possa extrair a maior taxa

(e no menor tempo possível) de *mais-valia*. Os lugares, antes valores de uso, após tornarem-se mercadorias por excelência – valores de troca – passaram a ocultar essa Alienação em função da relação indissociável entre as normas, técnicas e a forma particular de comportamento – competitivo – a elas inerente. Demonstrando, assim, que a dominação econômica das grandes empresas é, na verdade, a pura dominação política: do capital internacional em sua dimensão espacial ou geográfica (do EP pelas *formas-conteúdo* desses circuitos espaciais de produção corporativo-financeiros transnacionais) sobre as nossas *Geograficidades Cidadãs* através dominação e fragmentação territorial dos nossos *Ambientes*.

Porém, esta forma-conteúdo – EP (hoje alienada-alienadora) – deve ser (a partir de hoje) o meio material de produção das condições materiais à uma nova existência. Por isto veremos, a partir de agora, a dimensão positiva do *meio técnico-científico-informacional* que é o EG produzido e produtivo da cidadania e soberania das *Geograficidades e Ambientes* do século XXI. É a natureza da realidade do ser humano do século XXI (construída, histórica, interativa, compartilhada, múltipla, dinâmica, divergente, evolutiva, holística). É a ontologia geográfica cidadã do ser humano. É o meio pelo qual a visão holística da consciência geográfica cidadã se dá. É a natureza ou ambiente da consciência geográfica cidadã. Espaço Educativo de produção do cidadão. Ou seja, é o EP da alfabetização geográfica ou alfabetização holística orientada à cidadania planetária, já que o espaço – assim como o ser humano – tem se tornado mundial com a Globalização.

A análise seguida da crítica as consequências negativas desse *modo de produção* baseado na *propriedade privada* permitem observar o caminho à sua superação. Mas a análise tem que ser histórica, ou seja, pelo *princípio dinâmico* inerente à *Atividade Produtiva*: autoprodutora da relação entre energia e matéria, entre o ser e o ter ou do ser objetivo com seu *Ambiente*. Haja vista que a *Atividade Produtiva* é o centro de referência, isto é, a *práxis emancipadora* que encerra em si mesma a *essência da natureza humana* que:

(...) não é o *egoísmo*, mas a *socialidade* (isto é, “o conjunto das relações sociais”, como coloca Marx em sua sexta tese sobre Feuerbach). A “socialidade” como característica definidora da natureza humana é radicalmente diferente daquelas criticadas por Marx. Ao contrário do “egoísmo”, ela não pode ser uma qualidade abstrata inerente ao indivíduo isolado. Só pode existir nas relações dos indivíduos uns com os outros. Como corolário, a realização adequada da natureza humana não pode ser a

concorrência – essa “condição inconsciente da humanidade” que corresponde ao egoísmo e ao *bellum omnium contra omnes* hobbesiano –, mas a *associação consciente* (...) Na visão de Marx, o homem não é, por natureza, nem egoísta nem altruísta. Ele *se torna*, por sua própria atividade, aquilo que é num determinado momento. E assim, se essa atividade for transformada, a natureza humana hoje egoísta se modificará, de maneira correspondente [pois] na teoria de Marx não existe elemento estático. As complexas manifestações da vida humana, inclusive suas formas objetivadas e institucionais, são explicadas numa referência última a um princípio dinâmico: a própria *atividade* (Mészáros, I. 2006. p. 137-138).

O caminho da superação da alienação só pode ser visto, claramente, através do estudo sobre a crítica da economia política feita por Marx. Isto porque, segundo Mészáros (2006. p. 118-121), Marx foi o único que mostrou que é na política que está a mediação capaz de operar com categorias do futuro:

Para Marx, em contraposição ao reformador, as investigações econômicas não servem como base teórica para uma ação *econômica*, mas sim para uma ação *política* (...) Ele só pode usar categorias econômicas quando analisa a forma social existente de atividade produtiva. Quando chega à questão da “transcendência positiva”, da “superação”, etc. ele usa expressões como “a **emancipação** completa de todas as qualidades e sentidos humanos” (...) O termo – aplicado por Marx para caracterizar a “superação” – que mais se aproxima das categorias da economia é “associação” (...) que relaciona intimamente as questões econômicas às políticas (...) partir de uma *análise econômica* concebida como a base teórica de uma *ação política* desejada [mas] ressalta que a alienação da atividade produtiva só pode ser superada definitivamente na *esfera da produção* [e] O processo concreto de superação propriamente dito está no futuro, bem à frente do período da ação política que cria as condições necessárias para que se inicie o processo de transcendência positiva.

Portanto, para superarmos a Alienação que é a Autoalienação ou DT, através do próprio TU, EV, EC, EP será necessário concluirmos o debate entre Marx, Milton Santos, Paulo Freire com os APL Alimentos da Região Sul do RS. E, para tanto, será preciso utilizar a categoria da *associação* – proposta por Marx – enquanto única categoria de organização político-econômica capaz de superar a autoalienação, dessa DT alienada da NDETPTI Neoliberal. A *autotranscendência* consciente do *vir-a-ser* enquanto projeto de superação futura da dimensão geográfica DTT fragmentaria será discutida a partir da base geográfica do APL.

CAPÍTULO III – FORMAÇÃO DE BASE⁹ GEODIALÓGICA: a superação da alienação geográfica a partir – da *associação* – entre os “*Temas Geradores*” com o APL Alimentos da Região Sul do RS

“Assim, a transcendência positiva da alienação é, em última análise, uma tarefa educacional, exigindo uma “revolução cultural” radical para a sua realização.”
(MÉSZÁROS, István. 2006. p. 264).

“O que é transmitido à maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde (...) a informação constitui um dado essencial (...) nas condições atuais da vida econômica e social (...) mas na medida em que o que chega às pessoas (...) já, o resultado de uma manipulação, tal informação se apresenta como ideologia.” (SANTOS, Milton. 2013. p. 38-39).

“O ser alienado não procura um mundo autêntico. Isto provoca uma nostalgia: deseja outro país e lamenta ter nascido no seu. Tem vergonha da sua realidade.” [Por isto que] “Ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo.”
(FREIRE, Paulo. 2013. p. 72; 1996. p. 98).

*“A luta popular é uma soma da utopia, ciência e arte (...) Militante é alguém nascido do povo, que coloca a sua vida a serviço desse povo e une seu projeto de vida pessoal ao projeto da luta coletiva (...) O trabalho de base é a ação política transformadora (...) que mete o corpo em uma realidade concreta, para despertar, organizar o povo na solução de problemas do cotidiano e ligar essa luta à luta geral contra a opressão (...) Retomar o trabalho de base é **resgatar** uma **estratégia**, um caminho de luta e organização que envolve os próprios interessados no caminho e na solução de seus desafios e aponta para uma nova ordem social, alternativa ao capitalismo.”*
(PELOSO, Ranulfo. Org. 2012. p. 10).

Introdução

Os EPs do APL de Alimentos do RS, em função do objetivo epistemológico implícito ao nosso método, serão por nós inicialmente caracterizados a partir do método de alfabetização com tomada de consciência política: o método dos Temas Geradores (TG), de Paulo Freire. Isto porque estamos levando em vista a sua história de alfabetizar aos trabalhadores e trabalhadoras.

É claro que precisamos tratar esse problema a partir de outra dimensão e perspectiva, pois tendo que lidar com o analfabetismo clássico, o funcional, o político e o digital que perpassa os demais e influencia diretamente na forma como a cidadania vai se dar nesse Brasil do século XXI. A dimensão é tratar esses graus de analfabetismo através da nossa perspectiva: que visa à tomada de consciência política sobre a

⁹ Ver, entre outros, mas, sobretudo: *Trabalho de Base (Seleção de roteiros organizados pelo Cepis)*, Org. por Ranulfo Peloso (2012).

alienação e de sua dimensão espacial através da alfabetização geográfica cidadã sobre as *formas-conteúdo* de sua produção bem como dos conceitos sobre as *Técnicas* necessários à sua superação a partir do “Onde” a alienação é produzida.

E, por isto a necessidade dessa alfabetização geográfica cidadã – cujo resultado é uma consciência geográfica cidadã – desse mundo confuso – alienação territorial – e, portanto, confusamente percebido – alienação geográfica – que tem alienado – através de suas fronteiras físicas e simbólicas – a soberania do nosso território e cidadania a ele inerente porque ela – é o significado, conteúdo, ação do meio geográfico – que, sem o qual, não há a possibilidade da autodeterminação dos povos. Demonstramos até aqui que esta dominação se produz através da(s) *formas-conteúdo* ou da(s) *Técnica(s)* do Capital que se dão, hoje, de forma digital e em escala mundial – global – através da NDETPTI Neoliberal.

Para tanto, fomos a campo realizar a Entrevista na qual faremos a primeira análise empírica sobre a alienação em sua dimensão espacial *versus* a possibilidade de superação dessa alienação geográfica através da comparação entre o Capitalismo e aquela categoria de que fala Marx e Mészáros – a da *associação* – que o Cooperativismo (possui nas *formas-conteúdo* da *Cooperação* imanente a estrutura dos EPs do APL Alimentos da Região Sul do RS). Por fim, faremos uma última análise *dialógica* – em gabinete com os *dados* dessa *saída de campo*, através do *debate dialético* entre a *competitividade* e a *socialidade – cooperação* – em função do convívio ora sincrônico ora diacrônico entre estas duas categorias que são, em essência, antagônicas uma a outra. O objetivo é descobrirmos, a partir do APL Alimentos da Região Sul do RS, como isto nos ajuda a superar a alienação onde ela é produzida.

A “entrevistação” do Dialogismo Freiriano com os TGs dos EPs do APL Alimentos da Região Sul do RS

Aqui nessa etapa, faremos a caracterização do APL Alimentos da Região Sul primeiro através da entrevista e, logo em seguida, de forma dialética com a(s) nossa(s) pergunta(s) problema. Justamente pela capacidade que este método tem de alfabetizar tanto jovens e adultos analfabetos – via *palavras geradoras* – quanto jovens e adultos já

escolarizados, mas com diferentes graus de analfabetismo – via *temas geradores* –, pois este método consiste na pedagogia libertadora de Paulo Freire (GADOTTI, 1996).

A escolha desse método via *TGs* (FREIRE, 1996) se deu porque ele é a base do ensino-aprendizagem das Instituições de ensino público e privado ou particulares que objetiva inserir os educandos do Ensino de Jovens e Adultos (EJA) no mundo do trabalho, por um lado. Mas, por outro, pela sua comprovada eficácia histórica a favor da pedagogia libertadora também conhecida como pedagogia do oprimido, esperança, autonomia. Disto deriva sua eficiência na alfabetização do cidadão contra a alienação política porque visa à superação das condições históricas excludentes a que estão submetidas às classes trabalhadoras pelas elites do dinheiro, do atraso (FREIRE, 2017. Org.; SOUZA, 2017). Não é coincidência, portanto, Paulo Freire ser o terceiro autor mais citado em trabalhos acadêmicos, artigos científicos, etc. na área das humanas e da educação, em pleno século XXI, nesse mundo onde a *mais-valia* se globalizou globalizando a alienação junto com ela.

Por este motivo é que devemos Falar dessa alfabetização com consciência política: a da busca pela autonomia que, mesmo partindo da tradicional ou educação bancária – da “Eva viu a uva” –, transcende-a para libertar as consciências das “Evas e Adãos” através da pedagogia da pergunta libertadora sobre: de quem era a uva que Eva viu? Quem a produziu? Quem ficou com os resultados do trabalho empregado na produção dessa uva? Qual foi o ônus à natureza através do impacto ambiental causado pelo (modelo latifundiário do passado) que evoluiu para esse “*agrobusiness*” agroexportador, que no Brasil é chamado de agronegócio e que tem alienado desde a renda da terra – *economia* – passando pela consciência e cidadania dos próprios produtores – *política* – até a nossa soberania – *ambiente* – alimentar? O que o Sistema da Dívida tem que ver com essa alienação – das nossas *geograficidades* – pelas *formas-conteúdo* dessa NDETPTI Neoliberal (FREIRE, 2012; 2014; MARX, 2013; MÉSZÁROS, 2006; 2008; 2009; 2012; PORTO-GONÇALVES, 2006; SANTOS, 2011; 2013).

Portanto, a justificativa para essa relação entre essa Pedagogia da libertação (FREIRE, 2014; 2017) e a Geografia Cidadã (SANTOS, 1996; 2000) se dá porque a primeira visa à emancipação do sujeito e a segunda visa construir de forma indissociável a cidadania através da Geografia e construir a Geografia através da ideia de cidadania. A Geografia cidadã na Pedagogia freiriana pode ser vista pela seguinte

frase: “a leitura do mundo precede a leitura da palavra” (FREIRE, 2017. p.9). Já a Pedagogia freiriana pode ser vista na Geografia cidadã pela seguinte práxis metodológica, que visa a “reconstrução do método através da vida, isto é, do Homem vivendo” (SANTOS, 1996. p. 1).

O estudo dialético da alienação contemporânea, a partir desse dialogismo freiriano, pressupõe a abertura ao outro, ao diálogo com o que há de novo na história, em contraponto ao que é ou que foi interpretado de uma forma histórico-determinista (STRECK, D. R.; et al. Org., 2010). E a análise da alienação e autonomia – em sua dimensão espacial – pressupõe a consideração dessa multidisciplinaridade entre a pedagogia freiriana e a geografia cidadã. Pois, discutir a autonomia do trabalhador do ponto de vista geográfico é discutir a necessária relação entre os EPs e o desenvolvimento territorial-*endógeno* da sustentabilidade da socialidade do trabalho cidadão (SILVA, 2016). Por isto é que precisamos reinterpretar o que foi interpretado de forma histórico-determinista ou como “*determinista econômico*”:

[...] Não é preciso dizer que tais acusações não podem ser levadas a sério. Pois – como já dissemos – na visão de Marx o primeiro ato histórico do homem é a *criação* de uma primeira necessidade nova, e nenhuma determinação mecânica pode explicar isso. Na concepção dialética de Marx o conceito-chave é a “atividade humana produtiva”, que *nunca* significa simplesmente “produção econômica”. Já desde o princípio ela é muito mais complexa do que isso, como de fato indicam as referências de Marx à *ontologia* [e] a significação ontológica da economia só serão compreendidas se formos capazes apreender a ideia marxiana das múltiplas *mediações* específicas, nos mais variados campos das atividades humanas, as quais não são simplesmente “construídas sobre” uma base econômica, mas também *estruturam* ativamente esta última, por intermédio de sua estrutura própria enormemente intrincada e relativamente *autônoma* (...) (MÉSZÁROS, I. 2006. p. 108).

A relação entre essa alienação – universal ou econômica – *versus* o aparente *vir-a-ser* da soberania dos EPs do APL está sendo problematizada ao longo de todo nosso trabalho através da análise holística, ontológica, paradigmática, teórica e prática através da Geografia da práxis (MOREIRA, 2012) ou da epistemológica da existência da Geografia Cidadã (SANTOS, 1996), metodológica, das técnicas e conceitual que temos feito da relação entre a alienação e sua superação a partir das *formas-conteúdo* dessa NDETPTI Neoliberal. Vejamos então o método que substanciará nossa técnica de entrevistas:

Tabela 5 – Método freiriano via Temas Geradores.

MÉTODO – Paulo Freire	
1ª) INVESTIGAÇÃO	Busca <i>palavras e temas significativos</i> para o educando (<i>trabalhador assalariado-patrão, trabalhadores cooperados</i>).
2ª) TEMATIZAÇÃO	Analisa o que estes <i>temas (geradores)</i> representam à vida do educando (<i>trabalhador assalariado-patrão, trabalhadores cooperados</i>).
3ª) PROBLEMATIZAÇÃO	Leva a uma <i>visão crítica do mundo</i> pelo educando (<i>trabalhador assalariado-patrão, trabalhadores cooperados</i>) com vistas a <i>sua transformação</i> .

Fonte: adaptado de Paulo Freire & Gadotti (1996; b).

A saber, um quadro síntese com as três fases que aplicaremos na entrevista e que servirão como referência para nossa análise posterior em gabinete:

Tabela 6 – Etapas metodológicas de aplicação dos Temas Geradores.

(Continua)

As três FASES da – *práxis* – dos *Temas Geradores*

1ª) FASE: levantamento do universo vocabular dos trabalhadores – ***Temas Geradores*** – etapa em que ocorre a:

1. interação e conhecimento mútuo;
2. captação das palavras da linguagem dos membros do grupo – respeitando seu linguajar típico – devem advir do seu cotidiano (espaço cotidiano de trabalho);

2ª) FASE: escolha das palavras – ***Temas Geradores*** – seguindo os critérios de:

1. *práxis* do dia-dia no espaço produtivo à complexidade dos conceitos científicos que a fundamentam;

Tabela 6 – Etapas metodológicas de aplicação dos Temas Geradores.

(Conclusão)

2. comprometimento pragmático da palavra/tema gerador com a realidade:

- apresentar a palavra/tema gerador e a representação direta do objeto que ela/ele designa;

3ª) FASE: problematização – *Tomada de Consciência Política ou Cidadã (TCC)* – das situações existenciais características do grupo:

1. situações inseridas na realidade local, que devem ser discutidas com o objetivo de:

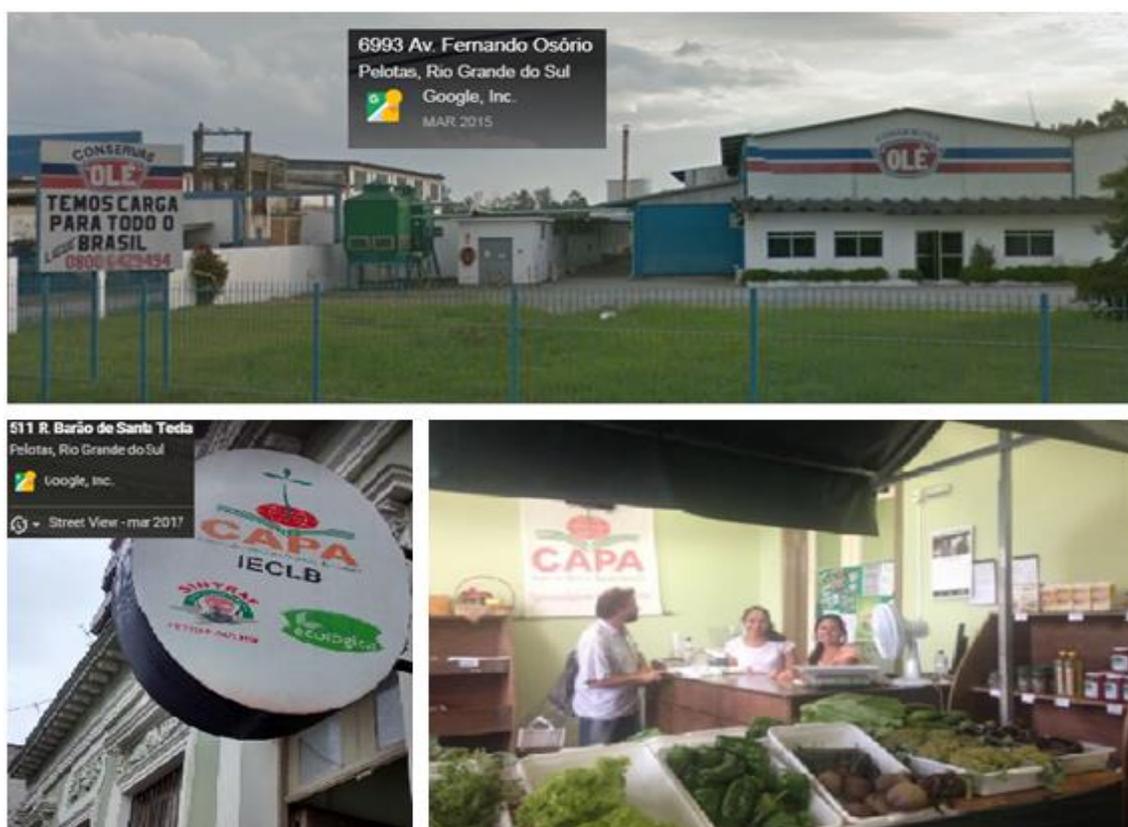
- abrir perspectivas para a análise crítica consciente da relação entre os problemas locais com os regionais, nacionais e internacionais;

Fonte: adaptado de Paulo Freire & Gadotti (1996; [b]).

A Entrevista

A seguir reproduziremos parte das entrevistas realizadas com dois (dos diversos agentes) que integram as Instituições dessa Economia Espacial do APL Alimentos da Região Sul (com sede em Pelotas-RS). Uma entrevista foi realizada com o representante de uma *Empresa*, representativa da Economia de Mercado cuja essência é caracterizada pela *competição*. A outra foi realizada com o representante de uma *Cooperativa*, que representa o sistema social de produção alternativo – e antagônico ao mesmo tempo – ao primeiro em função de sua essência: ser de *cooperação*.

Figura 11 – Sede da Empresa: Conservas Olé & Sede da Cooperativa: Sul Ecológica.



Fonte: adaptado pelo autor do Google Imagens (2018).

Ambas as etapas (2^a e 3^a) se deram concomitantemente à primeira etapa como estipula o método. Porém, na medida em que o diálogo em torno dos Temas – *Geradores* – foi se desenvolvendo, haja vista que a entrevista era aberta, a *problematização* foi sendo brevemente respondida à luz da tomada de consciência em comunhão: como define o método dialógico, nesta etapa de campo, pelo nosso trabalho. O objetivo com essa entrevista – orientada metodologicamente à tomada de consciência para superação geográfica da alienação – levou-nos a um diálogo que problematizou criticamente o(s) tema(s) abordado(s), seja sob a lógica *competitiva*, seja sob a *cooperativa*, pois, ambas, foram orientadas pela pedagogia libertadora dos *TGs*.

A pertinência dessa análise a partir da comparação – competição *versus* cooperação ou solidariedade – está no fato de ambos estarem inseridos dentro do APL de Alimentos da Região Sul do RS. Isto é, dentro de uma mesma *Atividade Humana Produtiva* que é o único meio pelo qual se poderá superar a alienação (MÉSZÁROS, 2006). Assim, após essa segunda caracterização – análise da entrevista via *TGs* –, buscaremos, a seguir, a síntese-interpretação dessa comparação entre esses dois sistemas

sociais de produção. Para tanto e por objetivos didáticos, colocaremos: “entre aspas e em *itálico*” a transcrição das partes que selecionamos da fala dos entrevistados, pois iremos analisá-las “à sombra” desse último capítulo-fase do nosso trabalho.

Síntese da Entrevista: comparação a partir do Dialogismo entre Capitalismo e Cooperativismo no APL Alimentos Região Sul do RS

O Dialogismo da saída de campo: ouvir para ser ouvido

As questões extraídas a partir do Dialogismo realizado nesta primeira fase-parte da entrevista são as seguintes:

Tabela 7a – A aplicação dos *Temas Geradores* como *Técnica de Entrevista*.

(Continua)

A primeira FASE-parte da – entrevista – com os: *Temas Geradores*

1ª fase-parte: investigando os Temas Geradores (o *ouvir Libertador* do Dialogismo freiriano);

Pesquisador: *Processo Produtivo?*

A **Conservas Olé – sistema Capitalista** – têm a sua disposição 65% “*do pêssego industrial (...) produzido e enlatado na nossa região ... nós falamos de Pelotas Morro Redondo Cascata Canguçu alguma coisa de São Lourenço Piratini basicamente esses municípios (...) nós temos como (...) fazer algo em torno de seis milhões de lata de produção ... acreditamos que a produção de toda a região seja em torno de (...) quarenta e cinco milhões de latas ... é (...) o ano agrícola de produção do pêssego bastante expressiva*”.

Já sobre queda ou crise na produção, explica que “*ano passado nós tivemos uma queda bastante grande não conseguimos atingir nem cinquenta por cento da nossa meta (6 Milhões de latas) em função [de] fatores climáticos que nos tiraram essa/esse potencial de produção*”. E em função desta queda na produção (em 2015) “*o mercado hoje [2016] tá com uma defasagem (...) de quarenta por cento da produção do pêssego nacional de indústria que deverá ser suprida ainda nessa/com essa safra nova já pra (...) o consumo de final de ano e pro estoque de manutenção anual que seria pra o ano de dois mil e dezessete até a próxima safra então nós teremos condi-*

Tabela 7a – A aplicação dos *Temas Geradores* como *Técnica de Entrevista*.

(Conclusão)

ção de reequilibrar (...) essa manutenção de abastecimento aqui em Pelotas". Aponta que antes da crise econômica (intensificada após as eleições de 2014), sua meta de crescimento era a de absorver 100% da produção *"dos nossos produtores agregados (...) não são cooperados nem integrados eles apenas são produtores agregados (...) fornecedores à marca Olé"*. Complementa que sua linha de produção está *"bastante voltada pra o principal produto da nossa colônia que é o pêssego"* e que nos demais segmentos *"aqui na região nós não temos muita participação"*.

Conclui justificando que é porque a unidade de Goiás é onde tem *"a maior parte da produção (...) um mix de cento e cinquenta produtos mais ou menos (...) atomatados milho ervilha geléias azeite os doces as ameixas as azeitonas (...) são feitos na unidade Morrinhos"*.

A Sul Ecológica – sistema Cooperativo – produz de forma orgânica, o que *"é um pouco mais complicado do que trabalhar de maneira convencional"*, isso porque *"de maneira orgânica tu tem que ter todo um insumo (...) orgânico"* e como em Pelotas não existe esse tipo de produção em quantidade necessária ao abastecimento dos produtores cooperados, a Sul Ecológica acaba por ter que importar esse insumo, *"então normalmente esterco e outros vem de fora [a cooperativa] compra em massa os insumos (...) orgânico (...) armazena na propriedade (...) de algum cooperado (...) e distribui pras famílias e aí desconta da produção delas então ela subsidia o insumo até que o agricultor consiga pagar então o insumo sai de graça quando o agricultor tem a produção é descontado esse insumo"*.

Sobre esta crise de abastecimento, explica que a cooperativa *"planeja o que necessita pra comercialização mas as famílias (...) tem autonomia de decidir o que elas vão produzir"*. E com relação à queda ou à superprodução, tem como política a missão, valores, práxis de absorver *"praticamente toda a produção que a família planejou (...) ela fica na obrigação de comercializar aquele produto então se o cara botou lá que ele vai ter duzentos pés de alface mês tal a cooperativa vai lá e vai buscar esses duzentos pés mesmo que se perca"*.

A diferença estrutural está no fato de que, se a cooperativa aplica na prática a teoria do Cooperativismo (e tem muitas cooperativas que funcionam como empresa e ou não aplicam o cooperativismo no Brasil) é certo que irá se diferenciar da práxis de uma empresa Capitalista, porque, como pudemos ver na práxis da Sul Ecológica, *"ela tem esse pensamento social também no processo produtivo de que o cara vai produzir mas ele vai conseguir comercializar porque daqui a pouco o cara produz os duzentos e não tem o comércio naquela época e o cara perder ele já vai se desmotivar e não vai mais produzir (...) então o processo produtivo se dá dessa forma a cooperativa"*. É, portanto, a existência dessas condições estruturais inerentes ao cooperativismo que acabam por viabilizar a produção familiar na região, pois, segundo a Sul Ecológica, sem *"esse pensamento social"* não teria como *"a produção se dar de forma familiar"*.

Já sobre a síntese extraída da segunda e terceira fase-parte da entrevista, que visava à tomada de consciência orientada à ação, destacamos o seguinte:

Tabela 7b – A aplicação dos *Temas Geradores* como *Técnica de Entrevista*.

(Continua)

**A segunda e terceira FASES-parte da – entrevista – com os:
*Temas Geradores***

2ª e 3ª fases-parte: dialogismo – TEMATIZAÇÃO – sobre o APL Alimentos Região Sul do RS visando à tomada de consciência orientada à ação – PROBLEMATIZAÇÃO – cidadã: que busca mudar a natureza alienada (Neoliberal) do jogo (Globalização)!

Pesquisador: *APL Alimentos?*

A **Sul Ecológica – sistema Cooperativo** – explica que “*a cooperativa ela faz parte assim do APL Alimentos*”, mas não tem certeza sobre sua origem, pois conta que “*ele foi uma iniciativa do governo estadual se eu não me engano né*”.

Afirma, ao mesmo tempo, que, se por um lado o APL “*hoje ele tá muito parado não se vê muitas ações hoje aqui na região*”, por outro, assegura que “*a cooperativa faz parte quando tem as reuniões*” porque “*a cooperativa tá junto tentando discutir alguma melhoria pra região*”.

Conclui reafirmando que “*hoje o APL tá muito parado por falta de recurso aí do governo não teve seguimento teve um início bom ali e depois meio que parou*”.

Já a **Conservas Olé – sistema Capitalista** – explica que “*os prós são uma exclusividade de mercado né por ser uma região isolada no país de abastecimento dessa desse tipo de de produto específico*”. Isso porque “*a conserva do pêssego que tá ligada a nossa região ele viabiliza manter a ... a marca e manter o produto em todos os os mercados que a gente puder entrar porque ele tem bastante competitividade*”.

Já com relação a dificuldades que limitam a viabilidade econômica do negócio, conta que “*os contras seriam a uma produção muito regionalizada né dependendo de distribuição ... dependendo de fatores climáticos como aconteceu ano passado e que foi bastante frustrante a safra*”, porque a rentabilidade do seu negócio se dá pelo fato de ser “*uma economia de escala*”, mas salienta que os custos produtivos variam em função de que “*na nossa fábrica ela tem um custo fixo né e esse custo fixo depende ... daquilo que nós vamos enfrentar durante o período de safra e os custos variáveis eles são em escala também então se eu tiver produção boa eu vou ter um custo de escala bastante interessante se eu tiver produção ruim como foi o ano passado*” (2015), quando receberam apenas a “*metade da meta prevista*”, critica que os “*custos praticamente ficam inviáveis de trabalhar*”.

E termina a explicação com o seguinte exemplo: “*seria tu fazer uma lata de*

Tabela 7b – A aplicação dos *Temas Geradores* como *Técnica de Entrevista*.

(Continua)

pêssego e vender pelo mesmo custo ou um pouco abaixo dele". Entretanto, reconhece ao final que, se por um lado, uma das alternativas impõe que *"tu não pode deixar de ter um mix dos teus produtos da a tua marca oferecida nê"*, por outro, e mesmo com todos os contras, o pêssego *"é um dos carros chefes"*. E conclui a questão sobre o APL, reconhecendo-o a partir das condições naturais favoráveis da região: *"nós dependemos bastante da condição climática aqui da região que nos favoreça pra nós poder ter essa economia de escala que é que nos faz sobreviver se não não teria como"*.

Pesquisador começa a "TEMATIZAR-problematizando" algumas das palavras – TGs – que emergiram do diálogo e que são representativas tanto da práxis do dia-dia de produção e trabalho quanto dos objetos – EPs – que elas conceitualmente designam: APL, cooperação, competição, alienação, produtor, EP?

A Sul Ecológica – sistema Cooperativo – crê que *"da forma cooperativa sim porque quando ele tá comercializando pra indústria entra de novo a questão da alienação tu entra tu entrega o teu produto por exemplo o pêssego ele é classificado lá tipo dois tipo um faz uma margem lá não sabe se o cara colocou a margem acima ou abaixo porque tu não vê tu não enxerga o que tá acontecendo"*. Cita outro exemplo regional, ou seja, *"a questão do fumo a mesma coisa"*, pois *"tem toda essa questão da alienação"*, já que, como o produtor não domina todo *"o processo produtivo"*, geralmente ele *"não sabe direito como se dá as etapas né tanto da comercialização"*, porque ele *"não sabe porque (...) tá recebendo aquele valor"*.

Por essa razão é que conclui seu pensamento afirmando que *"a cooperativa ela consegue por ter essas reuniões do conselho por ter assembleia por ter coordenadores que tentam levar isso pros grupos e trazer depois dos grupos ela consiga valorizar mais essas pessoas que estão produzindo"* porque aponta que *"a ideia sempre é que elas se sintam donas também da cooperativa e tragam suas opiniões pra dentro do conselho então a ideia é quebrar um pouco a lógica capitalista"*. No entanto, alerta que *"a gente não consegue quebrar cem por cento por tu tá inserido no processo né então é uma ideologia é uma utopia falar que a cooperativa consegue ser cem por cento trabalhar com a base social mas ela tenta sempre quebrar essa maneira capitalista de exploração da questão da mais valia enfim."*

Já a Conservas Olé – sistema Capitalista – nos explica que *"é cooperativa"* porque *"é bem mais caracterizada como cooperativa porque são feitas ... eh ... são feitas abordagens periódicas tanto da parte dos produtores e dos representantes dos produtores das associações como da parte das outras indústrias SINDOCOPEL que é o sindicato das indústrias de conservas de Pelotas que nós participamos bastante ... efetivos né com todas as outras indústrias"*. Traz um dado histórico dessa cultura de cooperação regional, ou seja, *"por ser um setor que já passou por muitas dificuldades no período ... de maior crescimento dessa atividade que foi a década de*

Tabela 7b – A aplicação dos *Temas Geradores* como *Técnica de Entrevista*.

(Continua)

setenta empresas grandes daqui ... porque ... praticamente chegaram quase à extinção o produto né ... na na colônia pra produção industrial”.

E faz uma avaliação do presente, afirmando que “a gente considera que houve uma retomada bastante ... bastante significativa porque hoje ... nós temos aí ... dentre todos os associados aí nós temos mais de mil produtores cadastrados e todos eles ... tem como atividade principal o ou segunda atividade a o pêssego a fruta do pêssego o pomar ... então isso pra nós é uma é uma é um é um sentido cooperativo que que faz com que a atividade possa se manter”.

Conclui a questão reconhecendo que “é preciso que a gente possa ter ferramentas de regulação de de mercado pra que a gente não possa transmitir pro produtor ... num dado momento que a a safra atinge números altos como agora se pretende e que a gente não não possa depreciar muito o valor do produto que é o que normalmente acontece ... na situação real de oferta e procura e demanda”. Entretanto, apesar de reconhecer a necessidade de um equilíbrio entre a economia de mercado e esta economia agroindustrial-regional “cooperativa” em suas palavras, alerta que “nós como somos uma indústria que é bem limitada no que diz respeito aos setores de participação” porque “tá bem regionalizada são poucos municípios e muito perto ... se discute muito isso a participação efetiva da indústria pra que o produtor possa sobreviver e manter a atividade por muito mais tempo e até ampliar se for o caso”.

Pesquisador continua a “tematização-PROBLEMATIZADORA” sobre os problemas existenciais da realidade local que se caracterizam como formas da alienação local – do grupo – com as formas-conteúdo da alienação em suas escalas (regional, nacional e internacional) orientada pela visão holística, autotranscendente, relacional, etc. porque se pretende apresentá-la em sua dimensão universal (glocal): APL, EP, matéria-prima, agroindústria, agroindustrialização, soberania, cidadania?

A Sul Ecológica – sistema Cooperativo – responde a essa problematização inicial afirmando que o APL “ajudou mais na questão mais de comércio” para que “as organizações aqui na região elas comprassem da agricultura familiar local por exemplo a universidade ela sempre trabalhou muito com produto de fora então daqui a pouco a lei disse que trinta por cento deve ser da agricultura familiar”.

Por isso é que confirma que foram beneficiados na ampliação das redes de escoamento criadas por Políticas Públicas e que o APL teve um papel fundamental nesse processo, pois “o APL Alimentos ele ajudou nessa discussão e ele trouxe a universidade pra discutir junto com as cooperativas né da região a Sul Ecológica a Copan Copapi pra que tentasse comprar o máximo possível do que é local do que é daqui do agricultor familiar”. Assim, a avaliação positiva se encontra no fato de que “tu vai tá incentivando a tua região a produzir e tu vai tá gastando um custo menos de logística porque o produto não tem todo o trabalho de vir de fora porque o produto é daqui da região dos agricultores então eu acho que o APL ajudou bastante nessa função de buscar comércio junto à cooperativa junto à prefeitura pra que elas

Tabela 7b – A aplicação dos *Temas Geradores* como *Técnica de Entrevista*.

(Continua)

comprassem mais da agricultura familiar”.

Conclui a questão sobre a contribuição do APL à continuidade e fortalecimento da Sul Ecológica, com o seguinte argumento: *“a legislação diz que é só trinta por cento o mínimo quer dizer o mínimo que tem que comprar é trinta por cento mas o máximo pode ser cem por cento então eu acho que essa discussão ajudou bastante a evoluir”*, porém, assegura que *“além disso eu não vejo muito evolução assim do que o APL trouxe além disso da”*.

A **Sul Ecológica – sistema Cooperativo** – responde a próxima problematização afirmando que *“das propriedades em si eu não vejo eles se agroindustrializando”*, mas vê com bons olhos o fato de que *“daqui a pouco ter esse interposto ali que a cooperativa tá fazendo”*, porque repete que *“a cooperativa disse que vai ficar com duzentos molhos de couve porque tava no planejamento do cara mas muitas vezes não tem comércio mas tendo uma agroindústria ela consegue processar refrigerar e deixar estocado e hoje muitas vezes por não ter agroindústria se perde o produto”*. Ou seja, quando responde que *“eu vejo que esse processo de agroindustrialização é necessário pra que se tenha menos perda e no final se tenha uma maior eficiência né de maior rentabilidade”*, deixa clara a posição favorável da Sul Ecológica ao desenvolvimento dos produtores e de seus EP.

Contudo, conclui repetindo que *“eu não vejo as famílias se agroindustrializando são poucas que eu vejo nesse processo mais empreendedor assim de ir atrás e querer se agroindustrializar pela própria família vejo poucas famílias com esse propósito”*.

Já as **Conservas Olé – sistema Capitalista** – responde a problematização inicial explicando que *“no pêssego eu nunca ouvi falar”*, mas somente *“em outras áreas já vi principalmente de grãos a gente vê muito”*.

Mas complementa sua resposta – positivamente – quando expõe no caso do: *“pré-processamento eu acho que ele seria interessante na medida que tu terias como fixar mão-de-obra na colônia eu acho o ponto mais importante isso se essas pequenas agroindústrias elas ficassem localizadas nos centros de produção como aqui na colônia de Pelotas na região seria bastante importante para fixação de mão-de-obra dos filhos dos colonos (...) e pra nós seria muito mais interessante porque fazer toda as etapas da produção (...) muitas vezes se torna inviável porque tu traz tu transporta o caroço tu transporta a casca tu transporta enfim o produto poderia vim já pré-beneficiado”*.

Só faz algumas ressalvas no tocante a esse pré-beneficiamento do pêssego de pelos agricultores – produtores do pêssego de Pelotas –, porque explica que *“teria que ver as questões de logística e sequência pra isso porque o pêssego é uma fruta muito perecível então nós temos que ter estrutura de câmaras frias pra alcançar a agroindústria pra poder dar uma sequência de produção uma cadência de produção”*, porque o *“período que nós pegamos o pêssego é o período de maior calor da região então é o período que mais degrada a fruta então nós teríamos que ter assim uma logística bastante definida bem efetiva mesmo pra que a gente evitasse as perdas o máximo possível”*.

Tabela 7b – A aplicação dos *Temas Geradores* como *Técnica de Entrevista*.

(Conclusão)

E conclui a questão primeiro com otimismo, mesmo apesar dos possíveis contras da implantação desse sistema agroindustrial rural no próprio local de produção da fruta, muito em função do conhecimento do negócio pelos próprios agricultores, quando defende que: “*eu acho que o próprio produtor ele abraçaria essa questão porque são atividades que não são alheias a ele né ele já faz a colheita apanha o pêssego todos os tratos culturais maneiras de irrigação tratamento é ele só não entra na industrialização*”. E, segundo, com uma afirmação-pergunta quando responde divagando, pensando, perguntando “*talvez se isso fosse viável a gente deixaria a parte dessa mão-de-obra fixa lá no campo na colônia o que eu vejo como um ponto mais interessante pra nossa região hoje*”, que tem sofrido com o êxodo rural das gerações mais novas que descendem desses agricultores.

Fonte: autor (2018).

Os TGs da práxis metodológica da Entrevista: orientada à intervenção cidadã na realidade

A entrevista estava orientada à ação libertadora porque o nosso referencial teórico-metodológico contém como objetivo principal: realizar a liberdade das *Geograficidades* da cidadania dos *Ambientes*. Mas, para tanto, a práxis desse paradigma crítico/emancipatório, neo-marxista, feminista, freiriano, participativo e transformista precisa deixar claro que a ideologia hegemônica, bem como sua alternativa utópica, está implícita tanto no processo de produção do conhecimento científico dos outros (apresentado como sendo neutro), quanto explicitamente no nosso que se propõe em ser a práxis entre uma visão social utópica de mundo com e através do projeto geográfico do *vir-a-ser* da liberdade humana e da Terra dessa alienação geográfica imposta pela NDETPTI Neoliberal.

A tabela a seguir contém o quadro comparativo entre as tendências liberais e as progressistas. O nosso foco é na *tendência progressista – libertadora* ou *freiriana* – em função do seu caráter *transformador da realidade* ou da *natureza* do “jogo”. Se a ideologia Neoliberal é quem tem hegemonizado as tendências pedagógicas que tem produzido a alienação das mentes-corpos – através das nossas próprias instituições – da cidadania e soberania nacionais, então, apresentamos uma das três alternativas necessárias à Alfabetização Geográfica Cidadã: que não visa mudar as regras do “jogo”,

mas a tomada de consciência política sobre a necessidade de transformar a *natureza* do “jogo”.

A Globalização da natureza é “produzida-alienada” por essa NDETPTI Neoliberal e é por causa da “arquitetura-ideologia” dessa NOM que denunciamos que a natureza da Globalização é Neoliberal. Daí nossa responsabilidade em denunciá-la e apontar os EPs da produção de uma outra Globalização: orientada às pessoas.

Figura 12 – Tendências Pedagógicas Educação brasileira (adaptado de PCI - Concursos)

	TENDÊNCIAS LIBERAIS				TENDÊNCIAS PROGRESSISTAS		
	TRADICIONAL	RENOVADA PROGRESSIVISTA	RENOVADA NÃO-DIRETIVA	TECNICISTA	LIBERTADORA	LIBERTÁRIA	CRÍTICO-SOCIAL DOS CONTEÚDOS
CENTRO	PROFESSOR	ALUNO		MÉTODO	AUTOGESTÃO PEDAGÓGICA		CONTEÚDO E SOCIEDADE
PROFESSOR	AUTORITÁRIO	AUXILIAR	FACILITADOR	ADMINISTRADOR	EDUCADOR	ORIENTADOR	MEDIADOR
ALUNO	PASSIVO	ATIVO	REALIZADO	PRODUTIVO	CRÍTICO	PARTICIPATIVO	TRANSFORMADOR
MÉTODO	AULA EXPOSITIVA	PESQUISAS	RELACIONAMENTO	INSTRUÇÃO PROGRAMADA	TEMAS GERADORES	VIVÊNCIA GRUPAL	ANÁLISE CRÍTICA
FOCO	CONHECIMENTO INTELLECTUAL	APRENDER A APRENDER	FORMAÇÃO DE ATITUDES	EFICIÊNCIA E PRODUTIVIDADE	CONSCIENTIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO	PARTICIPAÇÃO CRÍTICA	CONTEÚDO VIVO INDISSOCIÁVEL DA REALIDADE
DESTAQUES	HERBART JESUITAS	PIAGET DEWEY ANÍSIO TEIXEIRA	CARL ROGERS	SKINNER BLOOM	PAULO FREIRE	FREINET MIGUEL ARROYO	SNYDERS DERMIVAL SAVIANI

Fonte: adaptado de Munis (2018).

A ideologia fatalista, imobilizante, que anima o discurso neoliberal anda solta no mundo. Com ares de pós-modernidade, insiste em convencer-nos de que nada podemos contra a realidade social que, de histórica e cultural, passa a ser ou a virar “quase natural”. Frases como “a realidade é assim mesmo, que podemos fazer?” ou “o desemprego no mundo é uma fatalidade do fim do século” expressam bem o fatalismo desta ideologia e sua indiscutível vontade imobilizadora. Do ponto de vista de tal ideologia, só há uma saída para a prática educativa: adaptar o educando a esta realidade que não pode ser mudada. O de que se precisa, por isso mesmo, é o treino técnico indispensável à adaptação do educando, à sua sobrevivência. O livro com que volto aos leitores é um decisivo não a esta ideologia que nos nega e amesquinha como gente (FREIRE, Paulo. 1996. p. 19-20).

Daí que a tomada de consciência geográfica das *formas-conteúdo* – dessa *Globalização Neoliberal* – impressa física e simbolicamente (conteúdo das ações, significados, racionalidade e normas) nos EPs do APL Alimentos da Região Sul do RS precisa ser cidadã. Portanto, orientada à superação empírica dessa alienação universal – econômica –, em sua dimensão geográfica – Economia Espacial, EPs, formas-conteúdo, Técnica, etc. – local (e ou glocal).

Vide os meus resultados sobre a nossa problematização a cerca dos problemas existenciais de alienação (da realidade local: dos EPs do APL Alimentos da Região Sul do RS), bem como as *formas-conteúdo* ou *Técnica* locais necessárias à superação dessa fragmentação territorial da cidadania pela alienação dos *ambientes*:

Tabela 8a – *Sistematização dos Temas Geradores pela Geografia Cidadã.*

(Continua)

MÉTODO – <i>Temas Geradores:</i>							
(Investigação – sistematizada pela <i>Geografia Cidadã</i>)							
Etapas	Objetivo	Etapas-parte	Síntese da Entrevista				
1ª)			Apresentação do pesquisador, curso e a instituição vinculada, pesquisa e método (entrevista).				
INVESTIGAÇÃO	Levantamento do universo vocabular dos trabalhadores	Interação e conhecimento mútuo;	Processo Produtivo				
Busca palavras e temas significativos para o educando (trabalhador assalariado-patrão, trabalhadores cooperados).	-patrões e cooperados: <i>Temas Geradores.</i>	Captação das palavras da linguagem dos membros do grupo – respeitando seu linguajar típico –, as palavras devem advir do seu cotidiano (espaço cotidiano de trabalho).	<table border="0" style="width: 100%;"> <tr> <td style="text-align: center;">Capitalismo</td> <td style="text-align: center;">Cooperativismo</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">Indústrias daqui, tarefa de absorver, produção do pêssego, nossa região, nossa meta, nossos produtores agregados, não cooperados,</td> <td style="text-align: center;">Cooperativa, trabalha de maneira orgânica, convencional, esterco e outros, insumo orgânico, de fora, agricultor cooperado, agricultura familiar, autonomia</td> </tr> </table>	Capitalismo	Cooperativismo	Indústrias daqui, tarefa de absorver, produção do pêssego, nossa região, nossa meta, nossos produtores agregados, não cooperados,	Cooperativa, trabalha de maneira orgânica, convencional, esterco e outros, insumo orgânico, de fora, agricultor cooperado, agricultura familiar, autonomia
Capitalismo	Cooperativismo						
Indústrias daqui, tarefa de absorver, produção do pêssego, nossa região, nossa meta, nossos produtores agregados, não cooperados,	Cooperativa, trabalha de maneira orgânica, convencional, esterco e outros, insumo orgânico, de fora, agricultor cooperado, agricultura familiar, autonomia						

Tabela 8a – *Sistematização dos Temas Geradores pela Geografia Cidadã.*

(Conclusão)

<p>1ª)</p> <p>INVESTIGAÇÃO</p> <p>Busca palavras e temas significativos para o educando (trabalhador assalariado-patrão, trabalhadores cooperados).</p>	<p>Levantamento do universo vocabular dos trabalhadores -patrões e cooperados:</p> <p>Temas Geradores.</p>	<p>Captação das palavras da linguagem dos membros do grupo – respeitando seu linguajar típico –, as palavras devem advir do seu cotidiano (espaço cotidiano de trabalho).</p>	<p>nem integrados, fornecedores à marca Olé, milhões de latas, ano agrícola, ano passado, nossa meta, fatores climáticos, mercado hoje, pêssego nacional, estoque de manutenção, conservas Olé, empresa paulista, um mix, em Goiás, linha de produção, principal produto colonial, o pêssego, demais segmentos, não temos participação.</p>	<p>pra decidir, planejamento, obrigação de comercializar, produto, pensamento social, processo produtivo, armazena, distribui, produção.</p>
--	---	---	---	--

Fonte: Autor (2018).

Uma vez concluído a minha sistematização – pela Geografia da Práxis Cidadã – da primeira etapa-parte da entrevista com o representante da Conservas Olé e Sul Ecológica já é possível observar as principais palavras que constituirão os nossos TGs. A seguir, a segunda etapa-parte, quando sistematizarei – a Tematização da entrevista dos TGs – através da nossa Geografia da Práxis Cidadã:

Tabela 8b – *Sistematização dos Temas Geradores pela Geografia Cidadã.*

(Continua)

MÉTODO – <i>Temas Geradores:</i>			
(Tematização – sistematizada pela <i>Geografia Cidadã</i>)			
Etapas	Objetivos	Etapas-parte	Síntese da Entrevista
			Processo Produtivo
			Capitalismo Cooperativismo
2 ^a) TEMATIZAÇÃO			
Analisa o que estes temas (geradores) representam à vida do educando (trabalhador assalariado-patrão, trabalhadores cooperado).	Escolha das palavras – temas geradores – seguindo 2 critérios;	Práxis do dia a dia no espaço produtivo à complexidade dos conceitos científicos que a fundamentam;	<p>Nossa meta, absorver produção do pêssego, nossa região, nossos produtores agregados (não cooperados, nem integrados), fornecedores à marca Olé, nossa meta, ano agrícola, milhões de latas, ano passado, fatores climáticos, mercado hoje, estoque de manutenção, pêssego nacional, conservas Olé.</p> <p>Trabalham de maneira orgânica, insumos orgânicos de fora, agricultor cooperado, agricultura familiar, autonomia para decidir, planejamento, obrigação de comercializar, produto, pensamento social, processo produtivo, armazena, distribui, produção.</p>

Tabela 8b – *Sistematização dos Temas Geradores pela Geografia Cidadã.*

(Continua)

		Práxis do dia a dia no espaço produtivo à complexidade dos conceitos científicos que a fundamentam;		Tomada de Consciência / Alfabetização Geográfica	
				Capitalismo	Cooperativismo
2ª)					
TEMATIZAÇÃO					
Analisa o que estes temas (geradores) representam à vida do educando (trabalhador assalariado-patrão, trabalhadores cooperado).	Escolha das palavras – temas geradores – seguindo 2 critérios;	Comprometimento pragmático do tema gerador com a realidade;	Apresentar o tema gerador e a representação direta do objeto que ela/ele designa.	Indústria daqui (ESPAÇO PRODUTIVO); Nossa região, fatores climáticos, principal produto colonial, milhões de latas (APL); Nossos produtores agregados [não cooperados, nem integrados (ALIENAÇÃO; COMPETITIVIDADE)]; Conservas Olé, linha de produção, o pêssego, estoque manutenção nacional, demais segmentos sem participação (MONOCULTURA; AGROINDUSTRIALIZAÇÃO);	Cooperativa, agricultor cooperado, autonomia pra decidir (AUTONOMIA; REGIÃO); Trabalha de maneira orgânica (SUSTENTABILIDADE); Não convencional (ALIENAÇÃO; AMBIENTE); Insumo orgânico, de fora (DIVISÃO TERRITORIAL PRODUÇÃO/TRABALHO); Planejamento, obrigação de comercializar, produto, agricultura familiar, Pensamento social

Tabela 8b – *Sistematização dos Temas Geradores pela Geografia Cidadã.*

(Conclusão)

Empresa paulista, um mix, em Goiás (DIVISÃO TERRITORIAL DA PRODUÇÃO/TR ABALHO).	(SOLIDARIEDA DE; COOPERAÇÃO); Processo produtivo, armazena, distribui produção (APL).
---	---

Fonte: Autor (2018).

Agora, a práxis do dia a dia em dois dos vários EPs do APL Alimentos da Região Sul do RS. Esta parte integra a segunda Fase – da Tematização –, mas já está orientada à tomada de consciência orientada à ação cidadã – da Problematização – onde reside a produção da socialidade, da produção da cidadania das geograficidades ou da produção dos ambientes do *vir-a-ser* da liberdade humana.

Tabela 8c – *Sistematização dos Temas Geradores pela Geografia Cidadã.*

(Continua)

MÉTODO – *Temas Geradores:*
(Tematização-problematizada – sistematizada pela *Geografia Cidadã*)

Práxis do dia a dia no Espaço Produtivo à tomada de consciência cidadã;

Capitalismo

APL: viabiliza o negócio!

Mas com prós [exclusividade de Mercado (por ser regionalizado, isolado de abastecimento, tipo de produto específico) viabiliza a Olé em qualquer Mercado (devido à alta produtividade do produto regional: pêssego)]&;

Contras [produção regionalizada (depende de

Cooperativismo

APL: Cooperativa faz parte e participa quando tem reuniões!

Primeiro começou bem [ajudou no comércio (pela garantia de compra de no mínimo 30% da produção – agricultura familiar – local; mas podendo chegar até 100%, além da parceria com diversos órgãos públicos – prefeitura, universidade, etc. – em

Tabela 8c – *Sistematização dos Temas Geradores pela Geografia Cidadã.*

(Continua)

distribuição e fatores climáticos), que somado a uma economia de escala (cujos custos fixos e variáveis são dependentes: fatores climáticos e distribuição)].

substituição à tradição de comprar de fora, logo, mais caro em função da logística, etc.), porque incentivou a produção regional, os produtores locais] & porque fomentou a democracia quando trouxe os produtores (cooperativas) para discussão com a prefeitura, universidade, etc.;

Depois parou [(“*por falta de recurso do governo do Estado*” do RS!?), pois “*fora isso*”o entrevistado não vê o que o APL fez ou trouxe].

Relações Sociais de Produção versus o APL:

a) alienação:

Se por um lado a mão de obra é assalariada no espaço produtivo fabril [por jornada (380 safristas por 90 dias/ano) & agricultores agregados (salário por empreitada)];

b) autonomia:

Por outro, assegura que sua participação dentro do APL é “*mais cooperativa do que competitiva*” [entre SINDOCOPEL e AGPP/APPRP (desde a crise da Atividade em 1970) & também pelo fator de proximidade entre os municípios produtores (o que afirma que facilita discussão)]; soma-se a isso [a defesa sobre a “*criação de Ferramentas de Regulação de Mercado para não depreciar*” (lei da oferta e procura) tanto “*o preço do produto pago ao agricultor*” (quando de supersafras)].

A título de exemplo: citamos sua reflexão a propósito de nossa questão sobre a participação do Estado em que “*considera frágil produtor*” {quando [há crise (seja pela baixa ou superprodução) o produtor arca com o prejuízo sozinho] e, se somado [aos custos associado aos fatores climáticos e mudança técnica na

Relações Sociais de Produção versus o APL:

a) alienação:

Na comercialização tem de agir (às vezes) como empresa, por estar inserida nesse ambiente e ter que negociar com essas pessoas;

b) autonomia:

Vê como qualidade esse modo de produção cooperativo [porque assegura que ao planejar a produção junto com os agricultores e garantir que irá comercializar tudo que o produtor produzir (mesmo que se perca o produto ao longo da etapa de comercialização) está associado aos valores da cooperativa (crescimento coletivo tanto da cooperativa quanto do produtor) faz com que, se comparado ao modelo convencional, se quebre com a alienação, *mais-valia* (lei da oferta e procura)].

A título de exemplo: citamos o Preço Justo – certificado – que, é apreendido na práxis político-econômica cotidiana dos cooperados [na reunião do conselho administrativo é explicado ao coordenador que leva aos grupos (são mais de 200 cooperados, no interior – meio rural – dos municípios da região, onde deliberam se aumentarão ou diminuirão o repasse dos

Tabela 8c – *Sistematização dos Temas Geradores pela Geografia Cidadã.*

(Conclusão)

geografia produção (encosta e/ou protegida junto à seus 70% para a cooperativa custear a administração, vegetação)); também defende a necessidade de logística, etc., pois o acordado é fixado em 30% à participação do Estado (em todas suas escalas), pois cooperativa)]; não há linha de crédito específica a esse setor produtivo (os insumos dessa fruticultura não são subsidiados) justamente porque as Instituições Financeiras (IF) não qualificam essa produção, produto (já que vêem a fruta igual ao arroz, soja, milho, fumo) &; por fim, aponta que, por essas razões, não há segurança para o produtor renovar o seu pomar (porque sem o aporte de capital – financiado, subsidiado pelo Estado via IFs – não há como haver o aporte de tecnologia);

Fonte: Autor (2018).

Após o percurso dessas duas fases dessa metodologia orientada à ação cidadã, chegamos a terceira e última fase (das etapas-partes) do Método Paulo Freire de alfabetização com consciência política que adaptamos – com a ajuda da Geografia da Práxis Cidadã – como uma Técnica de entrevistas. Aqui nessa terceira fase está contida a Problematização, ou seja, é o momento no qual o método nos leva – em comunhão – a uma visão crítica do nosso tema problematizado. A visão crítica de mundo dos nossos entrevistados “educandos” (trabalhador assalariado-patrão, trabalhadores cooperados), a partir de agora, são estimuladas a uma práxis que visa à superação da alienação geográfica, através da transformação da natureza do processo produtivo, da atividade humana produtiva (a partir dos próprios EPs).

Portanto, a sistematização pela Geografia da Práxis Cidadã da primeira – investigação –, da segunda – tematização – vai nos permitir, por um lado, a sistematização da terceira e última fase – problematização – e, por outro, a sistematização da minha conclusão sobre a intervenção (na realidade alienada-alienante) visando superá-la desde a etapa de coleta de dados, da prospecção dos dados empíricos. Disto deriva a tomada de consciência sobre a necessidade de superar as situações existenciais de alienação produzidas no cotidiano da própria atividade humana produtiva: de cada um dos dois grupos investigados.

Tabela 8d – *Sistematização dos Temas Geradores pela Geografia Cidadã.*

(Continua até a pág. 114)

MÉTODO – <i>Temas Geradores:</i>			
(Problematização – sistematizado pela <i>Geografia Cidadã</i>)			
Etapas	Objetivo	Etapas-parte	Síntese da Entrevista
			Intervenção / Superação / Transformação da Realidade (Geografia Cidadã)
			Capitalismo Cooperativismo
			Cooperativismo tem incluído socioeconomicamente produtores de forma independente versus convencional (capitalismo)?
3ª) ROBLEMATIZAÇÃO ÃO			Agroindustrialização do pêssego pelos produtores rurais versus viabilidade econômica do negócio/atividade? e?
Leva a uma <i>visão crítica do mundo</i> pelo <i>educando</i> (<i>trabalhador assalariado-patrão, trabalhadores cooperado</i>) com vistas a <i>sua transformação</i> .	Problematiza ção das situações existenciais características do grupo	Situações inseridas na realidade local, que devem ser discutidas;	Objetivando abrir perspectivas para a análise crítica consciente da relação entre os problemas locais com os regionais, nacionais e internacionais;
			Nunca ouvi falar (só em grãos), mas seria interessante! 1º. Pois fazer todas as etapas é (as vezes) inviável [transporta (fruto, caroço, casca)]; 2º. Produtor abraçaria essa
			Sim! 1º. Cooperativa consegue [conselhos que levam pros grupos que devolvem (trazem idéias, votos) à assembléia]; 2º. Cooperativa valoriza as

3ª)
PROBLEMATIZAÇÃO

<p>Leva a uma <i>visão crítica do mundo</i> pelo <i>educando</i> (<i>trabalhador assalariado-patrão, trabalhadores cooperado</i>) com vistas a <i>sua transformação</i>.</p>	<p>Problematiza ção das situações existenciais características do grupo</p>	<p>Situações inseridas na realidade local, que devem ser discutidas;</p>	<p>Objetivando abrir perspectivas para a análise crítica consciente da relação entre os problemas locais com os regionais, nacionais e internacionais;</p>	<p>ideia { são atividades não alheias ao produtor [já planta, irriga, trata, colhe (só não entra ainda na industrialização)] };</p> <p>3°. Fixaria mão de obra no campo [colônia (filhos colonos)] seria mais interessante para nossa região;</p> <p>4°. Só teria que ver { localização, quantidade e porte [pequenas agroindústrias (localizadas nos centros de produção)] infraestrutura [câmaras frias (pêssego é uma fruta perecível além de ser colhido na época de maior calor)] logística [para evitar ao máximo as perdas]};</p>	<p>pessoas (se sintam donas) que estão produzindo;</p> <p>3°. Objetivo é quebrar um pouco (é ideológico, utópico falar que a cooperativa consegue trabalhar 100% focado na base social) a lógica capitalista { da exploração, mais-valia [produtor não sabe/vê processo produtivo/comercialização/classificação do pêssego (não sabe por que pagam de acordo com o tipo) é alienado (troca com indústria)]};</p> <p>4°. Demografia (pobreza <i>versus</i> êxodo rural): os sócios são mais velhos (80%) e apesar de (20%) de jovens (80%) não querem ficar no campo [por</p>
--	---	--	--	--	--

falta de infraestrutura (escolas técnicas, estradas, escoamento, produção)] geralmente com incentivo familiar [agricultores não querem que os filhos sofram quem eles (querem que estudem)];

3ª)
PROBLEMATIZAÇÃO

Leva a uma *visão crítica do mundo* pelo *educando* (*trabalhador assalariado-patrão, trabalhadores cooperado*) com vistas a *sua transformação*.

Problematiza ção das situações existenciais características do grupo

Situações inseridas na realidade local, que devem ser discutidas;

Objetivando abrir perspectivas para a análise crítica consciente da relação entre os problemas locais com os regionais, nacionais e internacionais;

5º. Conhece algumas propriedades (por trabalhar no financeiro e lidar com pagamento dos cooperados) e não vê agroindustrialização como tendência {mas defende [porque a crise baixa/superprodução *versus* comercialização (advém falta de infraestrutura de refrigeração/armazenamento) acarretando baixa

eficiência/rentabilidade]};

6°. “mas não entendi a questão da urbanização!?”; “para questão produtiva tu fala?”; “que é essa ideia de maquinário né (sic)?!”; “é isso eu saberia dizer!”; sobre as formas-conteúdo urbanas {a maioria [trabalha (ferramentas tradicionais)], uma minoria [tem trator, caminhonete (exceção)], a cooperativa [faz logística/7 municípios], alguns [estão adquirindo estufa, sombrite]}];

7°. Vê exceções {algumas famílias mais empreendedoras e em parceria/projeto

3ª)
PROBLEMATIZAÇÃO

<p>Leva a uma <i>visão crítica do mundo</i> pelo <i>educando</i> (<i>trabalhador assalariado-patrão, trabalhadores cooperado</i>) com vistas a <i>sua transformação</i>.</p>	<p>Problematização das situações existenciais características do grupo</p>	<p>Situações inseridas na realidade local, que devem ser discutidas;</p>	<p>Objetivando abrir perspectivas para a análise crítica consciente da relação entre os problemas locais com os regionais, nacionais e internacionais;</p>
--	--	--	--

Tabela 8d – *Sistematização dos Temas Geradores pela Geografia Cidadã.*

(Conclusão)

3ª) ROBLEMATIZAÇ ÃO		Objetivando abrir perspectivas para a análise crítica consciente da relação entre os problemas locais com os regionais, nacionais e internacionai s;	com/da cooperativa [aquisição sombrite, estufas, caminhonete (por causa do sol/crise baixa produção/verão)] };
Leva a uma <i>visão crítica do mundo</i> pelo <i>educando</i> (<i>trabalhador assalariado-patrão, trabalhadores cooperado</i>) com vistas a sua <i>transformação</i> .	Problematiza ção das situações existenciais características do grupo	Situações inseridas na realidade local, que devem ser discutidas;	

Fonte: Autor (2018).

A Política Pública da produção do *vir-a-ser* precisa ser Territorial (PPT)

Os APLs viraram o nosso recorte espacial porque parecem ser a resposta-superção local (e a partir do sul) dessa histórica *alienação* da nossa autonomia (soberania). Isto se justifica porque a possibilidade da democratização do nosso ambiente e cidadania (a ele inerente), tem sido adiada para os ameríndios(s), afro-brasileiros(s), mulheres, nordestinos(as) retirantes, população rural e da periferia e favelas das grandes cidades e ou Regiões Metropolitanas, trabalhadores(as) desempregados ou dos movimentos sociais organizados dos sem-terra, sem-teto e ou não, como é os dos em situação de rua (hoje, em todo território nacional).

O conceito de APL nos chamou atenção porque também é uma forma geoeconômica de cadeia de produção ou circuito espacial de produção endógeno, pois procura orientar a produção local-regional às melhores práticas do mercado nacional-internacional. Também pelo fato da lógica desse sistema ser flexível em vários aspectos, mas, ao mesmo tempo, ter de se articular tanto com as rugosidades fordistas do passado quanto com a formação socioeconômica espacial pelotense. Mas, sobretudo, pela categoria da *associada* – proposta por Marx – de que Mészáros (2006; 2008; 2009;

2012) fala como sendo a única categoria de organização político-econômica capaz de superar a autoalienação, dessa DT alienada. E, como temos mostrado, também, em sua dimensão geográfica: que é essa NDETPTI Neoliberal.

O EP do *vir-a-ser* ou a *autotranscendência* consciente do *vir-a-ser* enquanto projeto de superação futura da dimensão geográfica dessa DTT fragmentaria é analisado aqui a partir da própria base geográfica do APL Alimentos da Região Sul do RS onde vimos conviver os EES, Cooperativas e empresas representativas dessa Economia de Mercado Neoliberal de forma: ora competitiva ora cooperativa. É sabido que o comportamento competitivo aliena, mas o cooperativo – *associação* – emancipa.

Isto posto, fica claro os porquês do APL ser este modelo que estávamos buscando (desde a Dissertação) para superar territorialmente a crise do emprego estrutural em Pelotas (e dela a do Brasil, América Latina, mundo). O APL se constitui em um Arranjo Produtivo – Local – daí nosso interesse pelo seu caráter de Política Pública – Territorial – uma vez que busca assegurar o direito à cidadania socioambiental local e, por isto, dota (no presente) o território com as formas-conteúdos que irão produzir (no futuro) a riqueza de forma mais democrática, não-alienada ou pelo menos não totalmente. Isto porque já que estarão associadas com as características geográficas endógenas que se impõe, cedo ou tarde, contrária a alienação dos EPs sobre seus trabalhadores(as) imposta por esse antontem (sistema-mundo moderno-colonial), ontem (neocolonialismo) e hoje: Globalização Neoliberal (da alienação da natureza e da humanidade).

Os Planos Plurianuais (desde 2000), o Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (2007-2010) e a Política de Desenvolvimento Produtivo (2008-2013) são exemplos do conjunto de Políticas Públicas com foco no território, pois os governos (federal, estaduais, municípios e agentes privados locais) passaram a se orientar (a mais de uma década) a partir do conceito de APLs (GARCEZ, C. et al., 2010). A Política de Economia da Cooperação (Lei nº 13. 839/2011) é outro exemplo de Política Pública “Territorial” desse *vir-a-ser* da cidadania e soberania no e do RS, pois visava através da Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção de Investimentos (AGDI), o combate as Desigualdades Regionais através do Desenvolvimento Sustentável das Cadeias e APLs do RS, mas que acabou sendo sucateado pela “política do ajuste fiscal” do último governo (comprometido apenas com o grande capital, nacional e internacional).

As eleições de 2014, por exemplo, trocaram o governo estadual do Tarso Genro (PT) pelo de José Ivo Sartori (PMDB/MDB) que, assim como nos governos de Gernamo Rigotto (PMDB/MDB) e Yeda Crusius (PSDB), buscou como única prioridade o crescimento econômico através da política de atração – via subsídios e isenções fiscais¹⁰ – dos grandes capitais das empresas (nacionais e internacionais). Paralelo a essa política dos anos 1990, impôs a redução do tamanho do Estado, não aos cargos de comissão (CC), mas àquelas carreiras de Estado. Portanto, é essa a governança que o “Estado do RS” vem adotando desde o governo Rigotto, passando pelo da Yeda, pulando o do Tarso, mas voltando com peso no de Sartori: que tem dito na mídia para os professores e professoras do RS “a ir buscar o piso do magistério nas lojas de material de construção da Tumelero”.

O ideário Neoliberal é quem tem orientado as Políticas Públicas do Brasil e RS e, é por isto que não há desenvolvimento territorial (nacional, regional ou local em rede ou sistêmico) consistente, coeso, etc. Daí que o planejamento do território passa a ser realizado pelas corporações e sistema financeiro que são os verdadeiros agentes, atores e instituições dessa Globalização perversa que por não terem responsabilidade – por que visam apenas o *lucro* (que deve ser sempre o maior e no menor tempo possível) – com os países, territórios e povos em que se instalam, acabam por desorganizá-los.

Ou seja, desorganizam a cidadania através da guerra – fiscal – entre os lugares que, por sua vez, internaliza nas pessoas, através da meritocracia, esse comportamento competitivo que coloca os trabalhadores uns contra os outros, distorcendo a nação e o país (SANTOS, 2002; 2012; b; 2013). Aumenta o número de pobres – incluída, - e com ela os movimentos – dos retirantes, refugiados, desempregados, etc. – em busca da reterritorialização necessária à cidadania mínima: lar, emprego, etc. e identidade.

Por isto que o recorte temporal de caracterização dessa Política Pública local-alternativa – Territorial – as lógicas-exógenas tem de ser feito desde o seu início: que vem desde os governos de Olívio Dutra (PT), pois é quando começa a ser definido o conceito de APL, bem como da caracterização das Políticas Públicas de fomento do desenvolvimento de base local. Assim, do governo Rigotto até o de Sartori (pulando o de Tarso), estes “governos do ajuste fiscal” têm orientado sua ação, com relação aos

¹⁰ Sobre isto ver, entre outros, mas, sobretudo: a relação entre *Ideologia Neoliberal, Lei Kandir, Dívida Pública do RS com a União, Crise Fiscal do RS, Ideologia do Ajuste Fiscal* e a *passiva, acrítica aceitação do congelamento e parcelamento dos investimentos na Educação e dos salários dos professores do RS* com o já citado: *A Corrupção e o Sistema da Dívida da Auditoria Cidadã da Dívida* de Maria Lúcia Fattorelli (auditora fiscal aposentada da Receita Federal brasileira).

APLs, de forma fragmentária ou setorial-pontual, pois tem privilegiado apenas os projetos que são organizados pelo pleito de alguns desses atores locais.

Essa setorização da Política Pública Territorial (PPT) é uma opção política de manutenção da alienação geográfica do RS a essa NDETPTI Neoliberal denominada Globalização. Uma outra face, das várias faces perversas que possui essa visão ideológica de mundo colonizada pelo ideário Neoliberal, é a do sucateamento dos corpos técnicos – das carreiras de Estado – responsáveis pelas pastas, ministérios, secretarias de planejamento territorial do Estado e de cuja eficiência e eficácia do serviço público depende. Estes dois exemplos nos possibilitam ver o porquê tem ocorrido uma perda de foco – sistêmico ou em rede – dessas PPTs. O diagnóstico do mapeamento e análise, encomendado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS) sobre os APLs, ilustra bem estas questões dos governos comprometidos com os APLs *versus* os não-comprometidos definindo-as como: Políticas para APLs e Políticas nos APLs (TATSCH, A. L. et al. 2010; TATSCH, 2018).

A perda de foco territorial – sistêmica ou em rede – da Política Pública cuja natureza precisa ser essencialmente geográfica – local, endógena, etc. – é grave para o desenvolvimento dos APLs do Brasil e do RS. E não se trata de opção ideológica, programática, partidária, etc., mas de uma mudança na estrutura, nas regras do “jogo” do sistema, do paradigma técnico do Capitalismo desde o pós-guerra – do Fordismo para o Sistema Flexível – porque desde então foi imposto um novo padrão de concorrência global que estimulou:

[...] a dimensão sistêmica da competitividade em condições de mundialização desses processos” Entre essas mudanças, destacou-se a crescente importância das relações entre as empresas e entre estas e as instituições para as condições de competitividade. Essas relações estimularam a formação de redes e criaram novas oportunidades de desenvolvimento para as pequenas empresas. Nesse contexto, desenvolve-se a noção de “arranjos e sistemas inovativos e produtivos locais”, utilizada como referência para a análise empírica de inúmeros casos de aglomerações produtivas no Brasil. Recupera-se com essa noção a dimensão sistêmica e localizada dos processos de aprendizagem e de criação de competências e a importância das relações cooperativas entre empresas, destacando o papel da ação coordenada em aglomerações produtivas localizadas (CAMPOS, R. R. et al. 2010. p. 41).

Ao contrário disto – da necessidade das PPT – se está apenas produzindo a alienação ou atrasando a produção de uma matriz produtiva competitiva em linha com os padrões internacionais contemporâneos (da 3ª e 4ª RI). Cabe ressaltar que dentre as

conquistas e lições alcançadas na formulação e execução das Políticas, orientadas aos APLs, tinha e deve voltar a ter como um dos seus focos principais as “*especificidades e dinâmicas territoriais e a conseqüente atenção às condições específicas de cada contexto local, consagrando o território como locus efetivo das políticas*” (GARCEZ, C. et al. 2010. p. 37).

A justificativa assenta no fato da necessidade do fortalecimento da nossa soberania frente aos interesses geopolíticos dessa NOM Neoliberal de reorganização do Espaço Mundial. No passado propriedade privada do latifúndio – improdutivo – não só não produziu como não deixou produzir e é por isto que nossa pobreza é histórica, estrutural (MORAIS, 2011; MOREIRA, 2014; PORTO-GONÇALVES, 2005; QUIJANO, 2005; RIBEIRO, 1978; SANTOS, 2002). Hoje, porém, essa pobreza estrutural assenta na propriedade privada – dos interesses – do Setor Financeiro e rentistas Internacionais – que não só “não produzem” como também “não deixam produzir” (BELLUZZO & GALÍPOLO, 2017; DOWBOR, 2017; HARVEY, 2013; JESSÉ, 2017; PORTO-GONÇALVES, 2005; QUIJANO, 2005b; SANTOS, 2012d; 2013b).

A Globalização Neoliberal da Natureza é a Globalização Neoliberal da natureza humana – na condição de retirantes, refugiados, sem-terra, sem-teto, do desemprego da cidadania – por essa NOM Neoliberal (que iniciou em 1500 pela conquista pela dominação dos territórios e povos cuja cosmologia – cosmovisão de mundo – advinha da relação horizontal com natureza: que veio a ser considerada pelo eurocentrismo como não-civilizada, primitiva). Mas, em sua fase atual, o Neoliberalismo se globaliza através dessa NDETPTI que é complexa, confusa, etc. porque é baseada na tirania da informação que torna o mundo confusamente percebido porque é uma informação vertical, seletiva, pois a serviço da *mais-valia* globalizada e, por isto, baseada na tirania do dinheiro. Daí a percepção confusa – *alienada* – de mundo!

Portanto, para tratarmos o território como projeto – “*locus*” – efetivo dessas Políticas Públicas é necessário caracterizá-las dentro desse contexto alienação histórica do tempo e espaço buscando saber sobre seus limites e potenciais como o *vir-a-ser* da *autotranscendência* da cidadania e soberania nacional, regional, pelotense. Por isto é importante pontuar a história dessa metodologia que desenvolveu os APLs, apesar de ser genuinamente brasileira, levou em consideração a geografia dos modelos do HN, pois inspirada nos *Clusters* norte-americanos, *Distritos Industriais* ingleses e “*Milieu*

Innovateur” franceses (CAMPOS, 2012). Agora sim sua estrutura, pois a geografia das cinco principais dimensões que estruturam o conceito de APL, no Brasil, tem na mesma base geográfica – o território como “*locus*” – da democratização do desenvolvimento socioeconômico sustentável de base cidadã como podemos ver a partir da conceituação feita por Campos (2004) sobre as principais características do APL no Brasil, pois ele:

1. se dá numa mesma **base geográfica**: cujas dimensões variam do município ou conjunto de municípios até a escala estadual e se espalham por todo o país, abrangendo desde paisagens até regiões que transcendem as escalas da divisão política, indo à escala dos territórios;
2. a partir deste primeiro sujeito – o território com seus significados e usos – associa-se a aglomeração dos outros **agentes: econômicos**, ou setores específicos da economia, **políticos**, ou o Estado em suas diversas escalas e os **sociais**, através das diversas formas de organização da sociedade civil;
3. da relação histórica entre o ser humano-meio surge o **conhecimento tácito**: que é aquele passado de geração por geração, mais subjetivo ou baseado na experiência local daqueles que desenvolveram tal atividade. Esse conhecimento tácito se constitui numa das dimensões que estruturam esse sistema de produção, tendo em vista que se relaciona geograficamente com a cultura local e com a natureza;
4. dessas relações surge a **governança local** sem hierarquia política: porque é o APL, ou a atividade produtiva, organizado em rede, que dá a orientação através da ou das empresas-âncora aos demais espaços produtivos e produtores que estruturam o sistema produtivo dos APL;
5. assim, a associação entre estas quatro dimensões se faz através do desenvolvimento de **relações**: tanto de **cooperação** quanto de interação via ensino-aprendizado interativo pela co-participação dos agentes envolvidos nesses processos de **inovação** de processos organizacionais e de produtos.

Conseqüentemente, esse “*locus*” territorial ou a base geográfica – dos APLs – relacionado com os agentes – econômicos, políticos e sociais –, conhecimento tácito,

governança local e relações de cooperação e inovação de que fala Campos (2004) conduzem, de fato, ao desenvolvimento territorial (TATSCH, A. L. et al. 2010; TATSCH, 2018). Assim como o desenvolvimento territorial, a preservação do conhecimento, valorização dos produtores, agregação de renda, laços de cooperação e confiança e, ainda, a participação nas decisões de que falava Aquini a Herrmann (em entrevista concedida em 2018), sobre os objetivos norteadores que estruturam o APL Alimentos da Região Sul do RS, também conduzem, de fato, ao desenvolvimento territorial ou da base geográfica endógena, local (regional) de que fala Campos (2004) ao conceituá-la através de sua relação estrutural com suas outras quatro dimensões.

O que podemos constatar, a partir da análise dos dados da nossa saída de campo, com a entrevista tanto da Olé, quanto da Sul Ecológica, pois ambos consideram que o APL – base geográfica –, mesmo apesar dos contras (em função dos erros, limites, etc. enfrentados no cotidiano), acaba por viabilizar o negócio deles. Para a Olé – cuja DT é baseada na competitividade – mesmo que a produção regionalizada seja em escala (cujos custos fixos e variáveis são limitados pelo clima e pela insuficiente logística de escoamento da produção até o consumo) é a própria região – base geográfica – que por ser regionalizado, isolado de abastecimento e por possuir, por isto, um tipo de produto específico (que dá uma exclusividade de Mercado) é que viabiliza a Olé em qualquer Mercado (devido à alta produtividade do produto regional: o pêssego). Já para a Sul Ecológica, – cuja DT é baseada na cooperação – mesmo estando parado “*por falta de recurso do governo do Estado*” considera que de início começou bem porque ajudou no comércio (pela garantia de compra de no mínimo 30% da produção – da agricultura familiar local – além de ter auxiliado na parceria com diversos órgãos públicos – prefeitura, universidade, etc. – em substituição à tradição de comprar de fora, logo, mais caro em função da logística, etc.), ou seja, considera que o APL incentivou a produção regional, os produtores locais porque fomentou a democracia quando trouxe os produtores – as cooperativas – para discussão com a prefeitura, universidade, etc.

A seguir, há o desenvolvimento territorial em ambos os casos: no da empresa cuja lógica é a competitividade e a produção é em escala orientada ao abastecimento do mercado nacional e; no caso da cooperativa cuja lógica é a cooperação – ou solidariedade – e a produção é orgânica orientada ao abastecimento do mercado local (podendo ser ampliada à escala regional). Esse desenvolvimento territorial – da base geográfica do APL – é o desenvolvimento relacional da cidadania dos agentes –

econômicos, políticos e sociais – através da valorização do conhecimento tácito “quando trouxe os produtores – as cooperativas – para discussão com”, que possibilitou essa governança local que tem democratização a inovação através das relações de cooperação. Como é possível verificar com a conclusão sobre os efeitos positivos dessa PPT, porque (ao longo de quase duas décadas), percebeu-se que:

A criação e consolidação do APL contribuem para a formulação de modelo se experiências de gestão social do território. Isso é particularmente importante para a constituição de um processo de desenvolvimento social em bases sustentáveis e participativas. Assim, o APL constitui-se em um espaço privilegiado de cooperação e intercâmbio de conhecimentos entre os empreendimentos, as ICTs e o poder público local. Neste espaço se pode refinar as políticas, captar demandas, atualizar a agenda de P, D & I das instituições, integrar ações e fortalecer sentimentos de confiança entre os agentes sociais. Outro aspecto importante a se destacar é o aumento da competitividade das agroindústrias locais na medida em que são compartilhados conhecimentos e recursos humanos e financeiros por meio da atuação em rede. Uma melhor articulação entre a oferta e demanda de alimentos nas compras institucionais está proporcionando um aumento da renda das famílias beneficiadas, principalmente aquelas vinculadas às cooperativas e associações. Vale destacar, também, o fortalecimento das cadeias curtas de comercialização, por meio da criação de novos espaços de comercialização, participação em feiras livres e eventos, aos moldes das Feiras da Agricultura Familiar, que proporcionam um contato direto dos produtores com os consumidores. Isso reduz a importância de terceiros nas cadeias de valor, fortalece a identidade dos produtores e seu conhecimento tradicional e garante um alimento mais saudável para a população (AQUINI, D. M. & HERRMANN, F. F. 2018. p. 08-09).

A essência do EG é ser relacional e é por isto que o Território deve ser o foco das Políticas Públicas. Mas não o território – usado – pelas formas-conteúdo dessa NDETPTI Neoliberal porque ele aliena a cidadania dos nossos EPs, a partir da produção de um ambiente alienado a lógica exógena da competitividade. A produção do *vir-a-ser* precisa ser o Território – Usado – pelas formas-conteúdo da cooperação, do cooperativismo, da associação porque a gestão – Cotidiana – do Território – Usado – permite um tipo de desenvolvimento social em bases – Geográficas – sustentáveis e participativas. Ou seja, orienta produção de uma outra Globalização: às pessoas como centro e não mais o dinheiro em estado puro, conforme propôs Santos (2013).

Logo, o EG Cotidiano do APL é o EP do *vir-a-ser* da *autotranscendência positiva* – da alienação –, mas somente quando a PP é assentada:

- por um lado, na economia de base cooperativa como vimos pela relação entre Tatsch, Campos, Aquini e nossa Entrevista que, para a “Teoria da

Alienação de Marx” é define como – *associação* – porque a alienação – é a alienação da atividade produtiva – e, por conseguinte, só poderá ser superada pela relação íntima entre as questões econômicas com a uma ação política na própria esfera da produção (daí porque o processo concreto de superação da alienação está no futuro: bem à frente do período da ação política que cria as condições necessárias para que se inicie o processo de transcendência positiva dessa alienação) da DT e;

- por outro, no TU ou na base geográfica do APL. Pois é somente através do território como “locus” dessa PP que se pode promover a redução da importância de terceiros nas cadeias de valor – DT Neoliberal – com o aumento da competitividade das agroindústrias locais – DTT endógena – na mesma medida em que são compartilhados – *cooperação* ou *associação* – conhecimentos e recursos humanos e financeiros por meio da atuação *em Rede* (que tem fortalecido as cadeias curtas de comercialização e a independência econômica imanente a emancipação política da cidadania do trabalho e do ambiente.

A conclusão da superação das mediações de segunda ordem – P & T – como Agenda à Cidadania Planetária do XXI

A superação das mediações de segunda ordem P & T (Propriedade Privada ou Proprietário dos meios sociais de produção & Trabalho Assalariado que destituído dos meios sociais de produção tem, como única forma de reprodução social, a “sua” força de trabalho) é uma demanda para toda a humanidade se quisermos, de fato, superar essa crise socioambiental estrutural (global) que a mundialização do Capitalismo causou e mantém através dessa NDETPTI Neoliberal. O projeto civilizatório (que, no século XX, tinha o ser humano como o centro do desenvolvimento), está sendo alienado pelo capital porque tem impedido – através de suas *formas-conteúdo* – o desenvolvimento da consciência universal necessária à cidadania Planetária, nesse início de século (SANTOS, 2002; 2012; [b]; [d]; 2013b).

A preservação da vida na e da própria Terra depende da superação desse Capitalismo Financeiro Rentista (PIKETI, 2014; 2015; PORTO-GONÇALVES, 2006) pela sustentabilidade de uma Economia Espacial onde se produz um trabalho cidadão (SANTOS, 2011; SILVA, 2016). Daí porque defini como meu objetivo de pesquisa, de carreira e de vida propor a superação da alienação geográfica como Agenda à Cidadania Planetária do século XXI.

Por esta razão é importante concluir meu debate utilizando as categorias de pares dialéticos porque elas permitem geografizar o nosso cotidiano alienado por essa Globalização Neoliberal em suas múltiplas dimensões – que vai das alienadas até as necessárias a sua superação – a partir de sua condição geográfica essencial: que é ser operacional ao EG, por um lado e; por outro lado por ser operacional entre o meu objetivo de pesquisa com o papel social do trabalho do Geógrafo brasileiro(a) de que falavam Ab’Sabber (2007), Milton Santos (2000; 1996; 2013) e Ruy Moreira (2012; [b]). Pois disto deriva o meu projeto de vida imanente ao papel de Geógrafo (que já tenho desempenhado desde que me formei em Licenciatura em Geografia em 2012): que tem sido trabalhar com – formação de base geográfica – orientada a completar a cidadania no e do Brasil, através dos próprios EPs (onde elas – cidadania e soberania – têm sido alienadas), mas, a partir de “Onde!”, deverá ser produzido o *vir-a-ser* da liberdade brasileira, humana.

Para tanto, é importante recapitular minha trajetória de vida ao leitor(a), pois para que fique claro o porquê do meu envolvimento pessoal com esse tema. Como objeto de pesquisa desde o início da dissertação – sobre a crise do emprego em meu município natal: Pelotas –, mas, sobretudo, porque vivi – o *cotidiano* na cidade e no meio rural deste município – desde aquela realidade dos efeitos profícuos do emprego da Economia Espacial do Doce território pelotense (cujo ápice se deu ao longo da segunda metade do século XX) à crise do desemprego (a partir dos efeitos nocivos à economia espacial pelotense quando começou a ser importada as *formas-conteúdo* dessa Globalização lá pelo início dos anos da década de 1990).

A sociabilidade que aquela reação cidade-campo gerava (em Pelotas) foi interrompida pela Guerra Fiscal entre os Lugares do Brasil com a chegada das *formas-conteúdo* dessa Globalização Neoliberal. E nos anos de escassez de cidadania que se seguiu para minha geração, em Pelotas, impôs aqueles(as) que não se inclinaram a miserável alienação pelos subempregos ou a tentação do crime, migrar de forma

compulsória para Região Metropolitana de Porto Alegre, Caxias do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, etc. como única forma de existência digna, pois o discurso único, daquela época, prometia que a cidadania que essa Globalização Neoliberal desempregou em Pelotas seria empregada em outros lugares, regiões, Espaço Luminosos, etc.

Disto derivou minha simbiose com a Geografia Cidadã, contrária a Geografia dos experts, por um lado. E, conseqüentemente, com a produção do político, por outro: pois (se na época em que ainda morava em Pelotas) estava subjugado pela alienação da – percepção confusa de mundo – cujo resultado era uma visão fragmentária do meu próprio território, região, EG cotidiano e produtivo (da minha identidade, geograficidade e cidadania); mais tarde – já como geógrafo – me vi na obrigação de sistematizar essa questão existencial (para mim mesmo, como *imigrante* – chegado como “*retirante*” – aqui na capital gaúcha, aos 22 anos, com uma mochila de roupas e R\$ 100 no bolso, em busca de emprego e com o coração partido por tudo que tive que deixar para trás), mas, mais ainda pela solidariedade com relação a maioria dos pelotenses – familiares, amigos(as), co-cidadãos do campo e da cidade e as instituições sociais que os produziram e representam e as que estão produzindo as novas “gerações” de “cidadãozinhos”, etc. – que ficaram para trás, porque lá é o lugar onde eles(as) ainda residem e, portanto, onde tem de se localizar a sua cidadania:

[...] Os pobres, os migrantes, as minorias, aqueles que não têm a possibilidade de exercer plenamente a modernidade, colocam-se mais facilmente com a possibilidade de perceber as situações, ainda que confusamente, e devem ser ajudados pelos que sistematizam o conhecimento relativo ao mundo de hoje. E este conhecimento, já vimos, necessita da categoria "espaço geográfico" para ser corretamente sistematizado. Daí o papel do geógrafo neste fim século. O papel do geógrafo também se estende à produção do político. O cotidiano é um produtor do fenômeno político na medida em que mostra como as diferenças se estabelecem aconselhando a tomada de posições. É o caso dos agricultores, que se reúnem para defender interesses territoriais. Tal comportamento é a priori economicista, mas para ter eficácia, deve ser, em seguida, um comportamento político. É essa produção do político mediatizada pelo espacial que permite, a partir das metamorfoses do setorial em geral, do particularismo em generalismo, as negociações explícitas e implícitas que permitem avançar, primeiro na construção de um ente explicativo e, segundo, na construção de um projeto (SANTOS, M. 1996. p. 13).

Isto porque mesmo com aquela breve ascensão da era petista, pela renda, agora (com a crise derivada do Golpe de 2016), a escassez voltou a fazer parte da rotina não só daqueles trabalhadores que eram pobres, mas, também, de parte considerável da classe média. Todos(as) que experimentaram uma breve ascensão durante os governos

petistas estão vendo sua sociabilidade – cidadania – ser alienada de novo, mas de forma mais intensa agora, porque se aprofunda a produção da *mais-valia* globalizada por essa NDETPTI Neoliberal. Mas essa perversidade – Neoliberal – da Globalização já era sabida da Geografia Cidadã desde aquela década (1990):

[...] os pobres acabam por ver mais o que o mundo esta sendo (...) ele sempre é sábio porque ele conhece a experiência da escassez que agora só agora a classe média começa a conhecer a experiência da escassez é o caminho da descoberta do que eu valho realmente esse caminho da escassez que todo dia se renova porque aparentemente eu deixo de ser pobre hoje amanhã eu volto a ser pobre de novo porque como no caso do Brasil essa redução da pobreza não é estrutural então o que nós temos é essa capacidade do pobre mas sobretudo do migrante o migrante ainda é mais forte na visão do real e do futuro e que faz com que a América Latina e o Brasil (...) [esteja] (...) num bom caminho (SANTOS, M. 1997. Roda Viva).

Assim, rememorando minha estória de vida primeiro como pobre, depois como migrante “*sul-retirante*” e agora – como geógrafo (que mal especulou chegar à classe média e já vivencia de novo o cotidiano da escassez) – é que venho defender a autotranscendência positiva do *vir-a-ser* contra essas *formas-conteúdo* das mediações de segunda ordem – PT – do Capital. Todavia, para tanto, é preciso que consideremos os outros pares dialéticos desse nosso cotidiano de escassez estrutural (global) que é, somente, para os pobres e classes médias dos países da África, América Latina, etc. uma vez que a tomada de consciência cidadã sobre a revolução com condição “*sine qua non*” da evolução do projeto civilizatório: da cidadania planetária. Pois são deles que tirarei os pressupostos à tomada de consciência sobre como superar as mediações de segunda ordem através do “Onde!” elas são produzidas. A quinta dimensão do Espaço – o Cotidiano – é a principal dimensão da produção da espacialidade – da cidadania – neste início de século XXI, pois:

[...] O espaço considerado primeiro como tendo duas dimensões, depois como tendo três, depois conforme Einstein, como tendo quatro dimensões, tem também uma quinta dimensão que é o cotidiano. O espaço tem esta quinta dimensão. Mas, sobretudo, o cotidiano tem como dimensão essencial no mundo de hoje a dimensão espacial. A dimensão espacial é a dimensão talvez central do cotidiano do mundo de hoje. Como trabalhar a dimensão espacial do cotidiano e o cotidiano como quinta dimensão do espaço? Tudo isto tem que ver com a questão da cidadania, com a questão do espaço do cidadão, com a questão do espaço banal. O cotidiano é marcado, sobretudo nas cidades, com aquilo que Sartre chamou de efeito de residência. Esse cotidiano é delimitado pelo espaço contínuo e não por um espaço de pontos, ou de fluxos (SANTOS, M. 1996. p. 11).

É daí que advém a natureza – ontologia – da nossa visão holística da realidade. Pois, em primeiro lugar está o que estou caracterizando como visão social utópica de mundo que é histórica (que reconhece o passado como herança e o futuro como projeto) onde os *eventos* (nos lugares do presente) se dão de forma sempre fugidia “*oscilando entre a necessidade e a liberdade, entre o que somos e o que queremos ser*” em diálogo com Milton Santos (1996. p. 10) ao invés dessa hegemônica visão social ideológica de mundo que é tanto fatalista ou a-histórica, quanto fabulosa ou metafísica. Imediatamente, em segundo lugar, é por isto que a “*imaterialidade também é um constrangimento às vezes mais forte do que a materialidade (...) a esfera das paixões, das crenças, dos desejos, tão objetiva em nossa vida quanto objetiva é a esfera da materialidade*” (SANTOS, M. 1996. p. 11) também devem ser libertas da gravidade das mediações cotidianas de segunda ordem. Pois nossa Geografia da práxis nos ensina que – a organização – do espaço (o todo) pressupõe a relação – articulação – e não a soma entre (suas partes) os subespaços, lugares, cotidiano:

[...] Ora, cuidem que estou falando da maneira como o espaço se organiza, como os subespaços se articulam, e como cada espaço é constitucionalmente. E a qualidade dita ativa do espaço inclui a sua capacidade de relação. Por conseguinte o que estamos propondo é a construção de conceitos que se encaixam uns nos outros. E quando é assim a teoria está feita. Creio que essa pode ser uma forma de enfrentar geograficamente a questão do cotidiano (SANTOS, M. 1996. p. 13).

Agora que definimos a questão da cidadania – socialidade – e do espaço do cidadão através do EP como questão central à superação das *formas-conteúdo* de produção das mediações de segunda ordem já é possível tratar (do antes, durante e do após da análise: da entrevista). Daí porque o que saltou aos meus olhos – geográficos: afinados pela escassez – foi às *formas-conteúdo* desses meios sociais de produção (importados e ou produzidos em território nacional, mas cuja lógica e ética são alienígenas e que, queríamos ou não, fazem parte constituinte da maioria das *formas-conteúdo* do APL Alimentos da Região Sul do RS).

Vejamos, por um lado, porque o dialogismo freiriano, orientado pela Geografia cidadã miltoniana e objetivando o *vir-a-ser* marxiano – que é a realização da liberdade humana – possibilitou-nos a tomada de consciência – em comunhão – sobre a alienação a partir do(s) próprio(s) EP(s) do APL Alimentos da Região Sul do RS:

- I. **primeiro** porque a mão de obra é assalariada no EP fabril e mais alienada ainda porque é por jornada (380 safristas por 90 dias/ano) e os agricultores fornecedores da principal matéria prima, do insumo, do pêssego, são agregados (salário por empreitada) e não cooperados; mas, por outro lado, a participação da Conservas Olé, dentro do APL, é “*mais cooperativa*” do que “*competitiva*” entre indústria (SINDOCOPEL) e produtores do campo (AGPP/APPRP) desde a crise da Atividade (em 1970); **segundo** porque a discussão é facilitada pela proximidade dos municípios produtores e pelo interesse de ambos agentes – econômicos, políticos e sociais – sobre a defesa da criação de ferramentas de regulação de Mercado para a indústria não depreciar muito o preço pago pelo pêssego aos agricultores (quando de péssimas ou supersafras); **terceiro** porque a fragilidade desse produtor – que é o agricultor agregado, não-cooperado (que trabalha por empreitada) – deriva dessa falta de PP – *que já mostramos demanda a dimensão Territorial* – que faz com que tenha de arcar com o prejuízo sozinho (seja pela baixa ou superprodução) em função dos fatores climáticos, por um lado e; pelos altos custos associado a mudança técnica na geografia da produção que está associado, também, a falta de linhas de crédito específica a esse setor produtivo porque os insumos dessa fruticultura não são subsidiados pelas Instituições Financeiras em função de um não-qualificação dessa tipo de produção, produto (já que vêm a fruta igual ao arroz, soja, milho, fumo), por outro;
- II. **primeiro** porque o entrevistado da Sul Ecológica acredita que na comercialização tem de agir (às vezes) como empresa, por estar inserida nesse ambiente e ter que negociar com essas pessoas; mas, por outro lado, vê como qualidade esse *modo de produção cooperativo*; **segundo** porque *ele* assegura que ao planejar a produção junto com os agricultores e garantir que irão comercializar tudo que o produtor produzir (mesmo que se perca o produto ao longo da etapa de comercialização) se está trabalhando os valores do cooperativismo (desenvolvimento tanto da cooperativa quanto do produtor) e; **terceiro** porque *ele*, se comparado ao modelo convencional, é uma quebra com a alienação, *mais-valia* (lei da oferta e procura) neste tipo de *região produtora* já que na reunião do conselho administrativo é explicado ao coordenador que leva aos grupos (são mais de 200 cooperados, no interior – meio rural – dos municípios da região, onde *eles* deliberam se aumentarão ou diminuirão o repasse dos seus 70% para a cooperativa custear a administração, logística, etc., pois o acordado é fixado em 30% à cooperativa);

A produção dessa epistemologia da existência cidadã passou pela compreensão de como essa *mais-valia* globalizada, mãe de toda a alienação, se dá na escala geográfica do local – do próprio EP Cotidiano – do lugar onde é produzido esse mundo (material e imaterial) alheio que nos domina, tanto na periferia quanto no centro do sistema (HARVEY, 2013b; MARX, 1978; SANTOS, 1996; 2011; SILVA, 2016; STIGLITS, 2016). Por isto que meu trabalho problematizou estas *formas-conteúdo* que produzem a alienação dos espíritos (desde a escala da vida cotidiana daqueles lugares

reificados pelas mediações de segunda ordem: nos EPs do cotidiano) até a alienação da sua espacialidade: da cidadania das geograficidade dos ambientes.

Mas a espacialidade como vimos e procuramos representar geograficamente, também tem se dado de forma cooperativa – *associação* – o que tem negado ou mitigado ou diminuído o poder da alienação primeira – que é a alienação do APL Alimentos da Região Sul do RS por meio dessa NDETPTI Neoliberal – que vale repetir só poderá ser superado na própria esfera da produção – DTT –, mas a partir de uma PPT. E isto vem ocorrendo mesmo a despeito da intencionalidade das *formas-conteúdo* dessa Globalização Neoliberal e da clareza com que a Olé ou a Sul Ecológica e os outros agentes tem dos efeitos positivos que essa PPT tem tido: na produção de uma espacialidade regional com independência econômica associada à autonomia política pela distribuição de renda na produção territorial.

A apreensão da dimensão espacial – do Cotidiano – me possibilitou perceber a diferença estrutural com relação àquele modelo de distribuição de renda através do populismo da assistência social: do nacional-consumismo. Isto porque o conteúdo dessa distribuição de renda pelo consumo está a serviço da intencionalidade alienadora por trás da racionalidade neoliberal. Mas que se estruturado, de forma geográfica e através da *associação* ou cooperação possibilitam, a final, contribuem à tomada de consciência cidadã sobre a necessidade de superarmos a alienação universal, econômica (através do “Onde!” ela tem sido produzida: no EP Cotidiano).

Vejamos, por outro lado ou conseqüentemente, porque nossa metodologia me possibilitou a tomada de consciência sobre a necessidade da superação – em comunhão – da alienação a partir do(s) próprio(s) EP(s) do APL Alimentos da Região Sul do RS:

1. Os **TGs** da *tomada de consciência geográfica cidadã*: Indústria daqui (ESPAÇO PRODUTIVO); Nossa região, fatores climáticos, principal produto colonial, milhões de latas (APL); Nossos produtores agregados não cooperados, nem integrados (ALIENAÇÃO; COMPETITIVIDADE); Conservas Olé, linha de produção, o pêssego, estoque manutenção nacional, demais segmentos sem participação (MONOCULTURA; AGROINDUSTRIALIZAÇÃO); Empresa paulista, um mix, em Goiás (DIVISÃO TERRITORIAL DA PRODUÇÃO/TRABALHO);

- 1.1. Dos **TGs** derivaram nossa sugestão sobre o debate a cerca da Agroindustrialização do pêssego pelos próprios produtores rurais *versus* a viabilidade econômica do negócio/atividade da Conservas Olé? E a resposta foi positiva; **primeiro** porque se percebeu que mesmo que nunca tenha ouvido falar

(a não ser em grãos), o entrevistado acredita ser interessante porque fazer todas as etapas é às vezes inviável já que se tem de transportar o fruto, caroço e a casca; **segundo** porque o entrevistado percebeu que o produtor abraçaria essa ideia já que são atividades não alheias ao produtor (já que eles já plantam, irrigam, tratam, colhem, etc.), ou seja, só não entram na industrialização ainda e; **terceiro** porque essa agroindustrialização fixaria a mão de obra no campo [dos colonos(as) e dos(as) filhos(as) dos colonos] o que seria interessante para a sua região.

2. Os **TGs** da *tomada de consciência geográfica cidadã*: Cooperativa, agricultor cooperado, autonomia pra decidir (AUTONOMIA; REGIÃO); Trabalha de maneira orgânica (SUSTENTABILIDADE); Não convencional, estar inserido e ter de negociar (ALIENAÇÃO; AMBIENTE); Insumo orgânico, de fora (DIVISÃO TERRITORIAL PRODUÇÃO/TRABALHO); Planejamento, obrigação de comercializar, produto, agricultura familiar, pensamento social (SOLIDARIEDADE; COOPERAÇÃO); Processo produtivo, armazena, distribui produção (APL);

- 2.1. Dos **TGs** derivaram nossa sugestão sobre o debate a cerca de se o Cooperativismo tem incluído socioeconomicamente os produtores de forma independente *versus* a forma convencional ou dependente (capitalismo)? E a resposta foi positiva: **primeiro** porque a Cooperativa consegue “*conselhos que levam pros grupos que devolvem (trazem ideias, votos) à assembleia*”; **segundo** porque a “*Cooperativa valoriza as pessoas (para que se sintam donas) do que estão produzindo;*” e; **terceiro** porque no tocante à demografia resolveria um dos principais motivos pelos quais 80% dos jovens não querem ficar no campo porque o “*incentivo familiar [agricultores não querem que os filhos sofram que nem eles (querem que estudem)]*” desestimula as novas gerações a continuarem com os negócios da família.

Como se pode perceber, no primeiro caso, a questão proposta como alternativa à superação das mediações de segunda ordem – a partir do próprio TU, EP Cotidiano da socialidade dos pelotenses – dessa NDETPTI Neoliberal, foi a *agroindustrialização* da principal matéria-prima – o *pêssego* – onde o que está em jogo é a distribuição de renda a partir da produção do próprio TU: de um EG Cidadão na região. Igualmente, no segundo caso, a questão proposta à superação das mediações de segunda ordem foi à *produção da sociabilidade* através da *forma-conteúdo* do Cooperativismo – a *cooperativa* – onde o que está em jogo também é distribuição de renda a partir da produção da independência econômica com autonomia política, aos trabalhadores de pelotas inseridos nesse APL Alimentos da Região Sul do RS.

Assim, em ambos os casos, discutimos a superação de algumas das formas da propriedade privada: e obtivemos respostas positivas nas duas discussões. Retomando o

apreendido até aqui com Coutinho, Marx e Mészáros sobre como mudar – a natureza – do “jogo”, o que percebemos, em ambos os casos (sobretudo onde se espera o contrário: na resposta do entrevistado a frente da empresa privada ou capitalista), foi que é possível superar essa a alienação imposta por esta NDETPTI Neoliberal quando há uma tomada de consciência conceitual sobre como é produzida a cidadania.

Isto, mesmo reconhecendo que a concorrência pressupõe o monopólio da propriedade privada e que esse monopólio alimenta a concorrência, mas que será transformada de novo em monopólio – na forma de propriedade privada – e que disto deriva a existência da concorrência *subjetiva* que se dá entre trabalhadores e trabalhadores (pelas vagas safristas no chão de fábrica da Conservas Olé) e entre capitalistas (Conservas Olé de Pelotas) e capitalistas (dos outros territórios dessa Globalização Neoliberal) e que, por fim, a concorrência *objetiva*, ou fundamental, que se dá entre trabalhadores e proprietários é a essência ou natureza do Capitalismo e que, portanto, deve ser superada em sua principal *forma-conteúdo*: a propriedade privada.

O segundo aspecto igualmente importante a cerca da superação dessas mediações de segunda ordem – produzida por essa DT – é que quando se considera o “Onde!” (ou a dimensão territorial, espacial ou geográfica) é produzida a cidadania fica possível orientar a tomada de consciência cidadã local (empírica), dessa alienação universal (da *mais-valia* globalizada), inclusive para quem é dono da propriedade privada. A tomada de consciência política de que falava Freire é mais fácil quando a dimensão espacial da Geografia Cidadã, de Santos, demonstra-nos que: essa DTT se transformou no oposto do seu sentido e função originais.

De novo recuperando o apreendido com Marx, Mészáros, Santos e Porto-Gonçalves sobre essa DT, DTT (DETPT) ao invés de libertar o ser humano de sua dependência da natureza acaba por criar, cada vez mais, novos tipos das limitações “velhas” que aparecem hoje como virtuais, mas sempre artificiais e desnecessárias. É por isto que, paradoxalmente, ainda em função da “lei natural baseada na inconsciência dos participantes”, quanto mais essas novas formas de propriedade privada – obedecendo à lei da concorrência – estendem seu poder e sua esfera, fornecendo, assim, ao ser humano – ou cidadão imperfeito – uma grande abundância de mercadorias – consumidor mais-que-perfeito –, tanto mais o mundo se torna alheio e nos domina.

A dominação se dá através desse poder exterior aos seres humanos: de forma mais clara aos trabalhadores, mas, também (nos últimos tempos), às classes médias e

aos donos da propriedade privada da periferia do Capitalismo. Élisée Reclus (2002. p. 21) afirmou que não há evolução sem revolução porque “*a ciência não vê nenhuma oposição entre essas duas palavras – evolução e revolução – (...) mas que, na linguagem comum, são empregadas num sentido completamente distinto do seu primeiro significado*”. Daí porque orientamos nosso olhar geográfico revolucionário em comunhão com o de Milton Santos (2005) e que defendia (desde 1997) que a revolução não se daria em todos os lugares e nem ao mesmo tempo, mas se daria primeiro nos países e continentes pobres e a partir destes para os países e continentes ricos. Daí o tom revolucionário do nosso trabalho que é, igualmente, a nossa narrativa – popular (da nova era demográfica) – utópica de mundo e com o mundo.

No primeiro caso isto pode ser visto através da tomada de consciência sobre a necessidade de democratizar a propriedade privada, o capital, pois a agroindustrialização primeira do pêssego, pelos agricultores, diminuiria os custos de produção (que são em escala e dependem das questões ambientais favoráveis para ser rentáveis) à Conservas Olé ao mesmo tempo em que distribuiria a riqueza na esfera da produção aos produtores do campo. Também vimos à assertiva que o produtor abraçaria essa ideia já que são atividades humanas produtivas do cotidiano de sua socialidade (eles plantam, irrigam, tratam, colhem, etc.), ou seja, infelizmente não entram, ainda, na agroindustrialização. Por fim, chegamos de novo à dimensão geográfica, porque essa agroindustrialização fixaria, como disse o entrevistado, a mão de obra no campo [dos colonos(as) e dos(as) filhos(as) dos colonos como concluído pelo entrevistado] o que seria interessante para a sua região, porque distribuiria renda, como dissemos, na produção, no campo, no território pelotense e Região Sul do RS.

No segundo caso isto pode ser visto através da tomada de consciência sobre a forma como a Cooperativa – *forma-conteúdo* do Cooperativismo – consegue, através dos conselhos (que levam para os grupos e que de lá trazem de volta na forma de ideias e votos) que tem produzido – nas assembleias – a *sociabilidade* da distribuição de renda e consciências cidadãs através da produção da independência econômica *associada* à autonomia política aos produtores rurais e trabalhadores urbanos de pelotas e Região Sul do RS (inseridos dentro do APL Alimentos). Também vimos à assertiva que, no tocante à demografia resolveria um dos principais motivos pelos quais 80% dos jovens não querem ficar no campo, segundo o entrevistado, haja vista que acabaria com o motivo do incentivo familiar aos mais jovens em saírem do campo, pois uma vez criada

essas condições cidadãs de estudo e trabalho às atuais e novas gerações, o êxodo rural passaria a ser uma opção da cidadania e não mais uma condição da alienação imposta por esta NDETPTI Neoliberal alienígena aos nossos ambientes da latino-america.

A conclusão da análise dessa entrevista demanda uma última retomada à “*Teoria da Alienação de Marx*” e de sua dimensão geográfica se quisermos superar essas mediações de segunda ordem (a partir da própria esfera da produção, mas orientada por uma ação política) nos lugares onde são cotidianamente produzidas. Ou seja, o entrevistado, neste segundo caso, quando afirma que “*a Cooperativa valoriza as pessoas para que se sintam donas do que estão produzindo*” é, para nós, o retorno ao primeiro aspecto do conceito da alienação de Marx onde ela é autoproduzida. Igualmente, é a sabedoria de que Milton Santos falava quando afirmava que a experiência da escassez viria dos de baixo: pelos atores, agentes e instituições mais espoliados por esta Geopolítica da NOM: NDETPTI Neoliberal.

Ou seja, o “*para que se sintam donas do que estão produzindo*” é o TG que nos orientará à tomada de consciência geográfica cidadã sobre a superação da alienação onde ela é primeiramente produzida: seu início tem origem na separação do ser humano de sua natureza (histórica) – que são os objetos produzidos pelo seu trabalho – que, neste caso, por já estarem sendo produzidos pelas mediações de segunda ordem (PT) acabam por alienar o ser humano de sua própria *atividade humana autoprodutora*, do seu ser como membro da espécie humana, dos outros seres humanos e, por conseguinte, da origem desse estranhamento do ser humano com relação ao seu próprio Espaço Geográfico, Banal, Vivido ou Cotidiano. A partir daqui a alienação se dá sobre a alienação morta ou obsoleta, pois as identidades territoriais e cidadania são consumidas como mercadorias flexíveis a partir de uma nova relação – reificada – nossa com os nossos próprios ambientes (fabulosos e míticos):

[...] realidade e ideologia se confundam na apreciação do homem comum, sobretudo porque a ideologia se insere nos objetos e apresenta-se como coisa. Estamos diante de um novo “encantamento do mundo”, no qual o discurso e a retórica são o princípio e o fim. Esse imperativo e essa onipresença da informação são insidiosos, que a informação atual tem dois rostos, um pelo qual ela busca instruir, e outro, pelo qual ela busca convencer. Este é o trabalho da publicidade. Se a informação, hoje, tem essas duas caras, a cara de convencer se torna muito mais presente, na medida em que a publicidade se transformou em algo que antecipa a produção. Brigando pela sobrevivência e hegemonia, em função da competitividade, as empresas não podem existir sem publicidade, que se tornou o nervo do comércio. Há uma relação central entre o mundo da produção da notícia e o mundo da produção

das coisas e das normas. A publicidade tem, hoje, uma penetração em todas as atividades (...) As mídias se globalizam (...) Falsificam-se os eventos, já que não é propriamente o fato o que a mídia nos dá, mas uma interpretação, isto é, a notícia (...) O evento já é entregue maquiado ao leito, ao ouvinte, ao telespectador, e é também por isso que se produzem no mundo de hoje, simultaneamente, fábulas e mitos (SANTOS, M. 2013b. p. 39-40).

Dáí porque propomos enfrentar esta conclusão a partir de duas frentes ou questões finais. Sendo a primeira observar a diferença entre o Capitalismo e o Cooperativismo no que se refere à relação entre Capital e Trabalho e à relação entre as pessoas num e noutro sistema de relações sociais de produção. Vejamos primeiro a figura abaixo:

Figura 13 – Diferença entre Cooperativismo e Capitalismo.



	Sistema Cooperativista	Sistema Capitalista
Relações entre as pessoas	Cooperação	Dominação
Relações entre o Trabalho e o Capital	Apropriação	Exploração

Fonte: adaptado de Guareschi (1984).

Observada a figura acima ao esclarecer a relação entre as pessoas no capitalismo como dominação, porque nessa relação social de produção – baseado na propriedade privada dos meios sociais de produção (terras, fábricas, etc.) – a dominação se dá pelo proprietário sobre o não proprietário da propriedade privada ou capital, possibilita a primeira tomada de consciência essencial. Ou seja, quem domina o capital, explora o trabalho alheio e se apropria privadamente do produto dele (GUARESCHI, 1984).

Só este ponto sozinho já explica o porquê a maioria das cooperativas (no Brasil) ao funcionarem segundo a lógica capitalista acabam por falhar em seu papel essencial: o de superar a dominação-exploração do trabalho pelo capital. Ou se dito em outras palavras, acabam por falhar na superação da alienação da natureza humana porque perdem sua principal função social pedagógica que é a formação de base geográfica – politizadora – necessária à tomada de consciência sobre a superação das condições reais

de dominação-exploração (a partir da própria esfera da própria produção: que é o seio da própria atividade humana produtiva).

A partir dessa postura – de submissão ou omissão – é que deriva o nosso papel de oprimido – de pobre, geógrafo e agora pobre (de novo) enquanto possível integrante da classe média (pauperizada no Brasil e no mundo) – dentro e fora dessa teoria da pedagogia do oprimido, que subsidia os TGs e a pedagogia da libertação, autonomia freiriana libertadora dos seres humanos (FREIRE, 1996; 2014; 2017; GADOTTI, 1996). Libertadora desse sistema que aliena e oprime toda a humanidade e que tem nos amesquinhado como gente. Ela, como vimos, tem a chave dialógica – TGs – para humanizar a todos os seres humanos, empregados e patrões. Vimos aqui, em parte, o poder de sua comunhão já que, ao não cair no vício da militância difusa que pessoaliza, podemos propor – antecedido de análise – um engajamento conjunto, visando à reflexão orientada à transformação das condições que alienam geograficamente os produtores periféricos e, mesmo, os do centro (desse APL Alimentos da Região Sul do RS).

Vejamos, por último, a segunda dessas duas frentes ou questões finais: a liberdade da sociabilidade da cidadania dos ambientes. Uma vez que a cidadania no Brasil ainda não se completou e, ao que tudo indica, as elites no e “do” Brasil (do setor financeiro da Av. Paulista) não demonstram predisposição a superar essa situação de barbárie na qual nos encontramos (dois anos após o Golpe de 2016). Olhando para o passado da alienação como herança é fácil entender o porquê a cidadania brasileira tem sido sempre (adiada) enfeitada – *fetichizada* – antes como socialidade pela Globalização do Colonialismo, depois como soberania nacional pelo Imperialismo do Neocolonialismo e, hoje, como cidadania dos ambientes por essa Globalização Neoliberal.

Falamos aqui das suas *formas-conteúdo* ou verticalidades, vale repetir, são pensadas pelos economistas neoliberais do 1% e, impostas aqui (no Brasil), por “nossa” própria mídia pré-paga – tirania da informação (cuja origem de “sua” propriedade privada advém de uma concessão pública) – e cujo comportamento político se assemelha ao do “capitão do mato” – ator – do passado escravocrata – instituição – da nossa FE desse Estado segregado: gentrificador, racista, sexista (machista e homofóbico). Mas, nos dias atuais, por estar a serviço da tiraninha do dinheiro do setor financeiro e rentismo (internacional) – contra a liberdade da sociabilidade da cidadania dos ambientes, propagandeia a narrativa do discurso único: fabulosa para os

consumidores, mas fatalista aos ambientes da cidadania. Daí que deriva, também, sua caracterização como o PIG e sua responsabilidade nessa crise socioambiental brasileira estrutural.

Mas, graças a Milton Santos (1996. p. 12), que já havia apontado para frente pela qual devemos enfrentar esta questão é que sabemos que uma forma de enfrentar esta questão é: *“a partir do fenômeno de rede”* porque a *“rede é global, mas também é local”* e é por isto que o *“trabalho de cada um de nós se realiza sobre os pedaços localizados das redes globais, que são a condição e o limite do trabalho e do capital do mundo de hoje”*, que são *formas-conteúdo “condicionadas pelos traços locais das redes globais”* e enquanto as redes globais alienam a cooperação e a DT alienam, também, *“no lugar, através da rede e de sua utilização cotidiana o (...) cotidiano dos homens neste (...) período de globalização”* Neoliberal da Natureza: *ambiente humano*.

Mas essas redes que são globais e locais e que se dão na escala do cotidiano (nos lugares onde a cidadania deveria se dar) encontram na política atual a antipolítica. As normas ou a política das grandes empresas que são geralmente impostas a toda a sociedade ora como Políticas Públicas ora como a falta delas, mas sempre normas reguladoras da espontaneidade e, por isto, antipolítica. É daí a origem política desse mundo alheio que nos domina – aliena –, pois o cotidiano:

[...] sugere (...) de um lado as normas e, de outro lado, a espontaneidade. O mundo de hoje é o mundo de normas. A propaganda do neo-liberalismo fala de desregulação, mas nunca o mundo foi tão regulado, tão normado: normas públicas, normas das empresas que se impõe, por sobre ou que orientam as normas do poder público; normas formais, normas informais, normas sempre. Tudo ou quase tudo é feito a partir de normas, o que já indicativo da tendência ao empobrecimento simbólico que estamos vivendo: esta proliferação e esta hegemonia da norma. Mas, felizmente, o cotidiano também nos apresenta possibilidades para a espontaneidade. E tanto a norma como a espontaneidade têm que ver como o espaço, com a forma como o espaço se constitui (...) De um lado, os pragmatismos indicando, sugerindo, propondo, exigindo comportamentos verticais. E, do outro lado, a originalidade, a inventividade: essa oposição entre a rotina e o novo, entre a repetição do passado e a produção do futuro. Também por aí pode-se e deve-se estudar a questão do cotidiano, opondo, de um lado, a preocupação com o resultado que leva ao utilitarismo, à competitividade, ao egoísmo, e, de outro lado, à generosidade, à busca dos valores, ao projeto, à comunhão (SANTOS, M. 1996. p. 11).

Portanto, nosso estudo sobre a questão do cotidiano de forma dialética entre essa visão social ideológica de mundo que se preocupa com o resultado que leva ao utilitarismo, à competitividade, ao egoísmo e a nossa visão geográfica utópica – por

outras narrativas – de mundo, orientadas à generosidade, à busca dos valores, ao projeto, à comunhão propõe apontar – como sul – a forma como a espacialidade cidadã pode se dar através do uso geográfico do nosso próprio corpo. Milton Santos (1996. p. 9-10) nos ensinou sobre nossa geograficidade que a “*corporalidade (...) se impõe, mais do que antes, com a globalização*” e que a “*individualidade*” nos conduz a “*considerar os graus diversos de consciência dos homens: consciência do mundo, consciência do lugar, consciência de si, consciência do outro, consciência de nós*” porque todas estas formas de consciência têm que ver com a “*transindividualidade, isto é, com as relações entre indivíduos; relações que são uma parte das condições de produção da socialidade, isto é, do fenômeno de estar junto. Esse fenômeno de estar junto inclui o espaço e é incluído pelo espaço*”. Daí porque essas relações definem o ambiente da cidadania. A cooperação – sendo a instituição ou ambiente – da produção de uma socialidade consciente de todo o processo produtivo, porque não haveria a DT que aliena a corporalidade à propriedade privada, porque nestes termos, o produto do trabalho não seria apropriado individualmente. A natureza humana não seria alienada porque não seria privatizada. Igualmente, porquanto a essência do EG é ser relacional: ela pode produzir – nos EPs – uma natureza humana alienada ou externa ao ser humano como no caso do conceito de *meio ambiente*; mas pode produzir – no *meio Técnico-científico-informacional* (EP do \$) – uma natureza humana geográfica cidadã – da natureza objetiva do ser humano – do ser objetivo – sujeito como ser social produto e produtor – das *formas-conteúdos* democráticas – do *vir-a-ser* do ambiente *Técnico-científico-comunicacional* da cidadania planetária.

Figura 14 – Charge da Mafalda criada pelo cartunista argentino Quino (1964-1973): que ilustra o EP do *vir-a-ser* da liberdade humana.



Fonte: Google Imagens (2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

I

Finalmente chegamos às considerações finais em que colocarei as conclusões gerais sobre as questões iniciais – das perguntas-problemas – que me propus a responder ao longo do meu trabalho. Considero, deveras, reafirmar que as conclusões específicas ou particulares, a cada capítulo, se encontram distribuídas ao longo do debate que fiz com o meu referencial teórico-metodológico, conceitos e técnicas *versus* o desdobramento da minha problemática principal. Ou seja, foram concluídas (gradualmente) no final de cada um dos subcapítulos (de cada um dos três capítulos).

Gostaria (em primeiro lugar), de rememorar ao leitor(a) o tema da minha problemática principal: que era o de mensurar o grau (em sua dimensão espacial) tanto da alienação como da autonomia (e o fiz a partir dos EPs onde tinha estudado a superação da *crise – estrutural – do emprego* “de” Pelotas-RS).

Em seguida (em segundo lugar), de rememorar a minha problemática inicial: que foi debater sobre o papel ativo da ciência, métodos e objetos via uma metodologia oriunda das CSH, cuja tendência pedagógica fosse progressista e libertadora, por um lado e; que fosse desenvolvida por mim através do debate entre os meus principais referenciais: minha sabedoria – oriunda da experiência trabalhista cotidiana de toda uma vida de escassez – com o meu conhecimento científico – oriundo da minha formação acadêmica – e com a práxis dessa sabedoria e conhecimento na forma de experiência profissional (no âmbito da formação de base geográfica com trabalhadores), por outro.

Continuando (em terceiro lugar), a rememorar aquela que foi a minha problemática intermediária: que foi o de construir uma narrativa de denuncia do Golpe de Estado (de 2016) – através da análise geográfica dos principais atores, agentes, instituições e escalas responsáveis por essa conjuntura de crise. Pois essa atual crise conjuntural (assim como as anteriores e as que virão) é apenas o efeito cíclico da verdadeira crise estrutural: a alienação da cidadania do trabalho e dos ambientes pela *mais-valia* globalizada do Capital.

Por fim (em quarto lugar), de rememorar a minha problemática final (e estrutural ao mesmo tempo): que foi defender como hipótese (ao longo do trabalho) que essa crise socioambiental – estrutural (global) – é apenas o efeito nocivo da nossa Alienação

Territorial (AT) e, por isto mesmo, é que busquei ao longo de todo o trabalho defender – como minha e propor como nossa agenda para o século XXI – a sua superação.

Agora ficará claro ao leitor(a) o porquê da minha perspectiva científica orientada à transformação da natureza da realidade estudada, porque eu busquei o debate, ao longo de todo o trabalho, com o meu objetivo geral: que era propor uma *Alfabetização Geográfica Cidadã* ao trabalhador(a) no seu próprio EP do Cotidiano. Para tanto, a que rememorar primeiro ao leitor(a) a forma como operacionalizei o problema da alienação em sua dimensão espacial: fiz transformando o meu objetivo geral em minha problemática que dividi em três pergunta(s)-problema. A saber:

- I. A primeira questão foi aquela na qual me propus saber se *o APL Alimentos da Região Sul do RS é essa alternativa que rompe com essa relação entre a (re)produção alienada-alienante do Espaço de Produção e do trabalhador sob a égide dessa Globalização Neoliberal? Ou, dito em outras palavras é possível que este EP seja o meio pelo qual os próprios trabalhadores conseguiram produzir sua independência econômica de forma indissociável de sua autonomia política (ou com consciência cidadã)?*

E a resposta foi positiva, sobretudo na conclusão particular (ou específica) sobre o debate durante a entrevista e na análise dela no terceiro capítulo. A conclusão geral, sobre esta resposta positiva, estará descrita nos próximos parágrafos da segunda metade dessas Considerações Finais.

- II. A segunda questão, que deriva da pergunta-problema principal, eu busquei investigar se *o EP – nestes moldes do APL Alimentos da Região Sul do RS – está sendo uma escola-territorial de formação continuada à consciência cidadã do trabalhador? E se sim, de que forma? Mas se não, como poderá vir-a-ser?*
- III. Já a terceira questão, que também deriva da pergunta-problema principal, eu busquei descobrir através do diálogo entre os meus referenciais teóricos, metodológicos e conceituais com os dos entrevistados se *esse mesmo EG de produção, que paga salários, é capaz de produzir, ao*

mesmo tempo, um trabalhador-cidadão consciente – emancipado – tanto com relação ao sistema produtivo global (no qual sabemos de antemão está, assim como o resto da economia brasileira, inserido de forma dependente e periférico) quanto da forma como o APL o insere nele? Dito em outras palavras: se tinham consciência de como se inserem nesta Globalização Neoliberal e de como ela se insere neles, através da racionalidade de suas formas-conteúdo alienadas-alienantes?

E a resposta, assim como na primeira questão, foi positiva (ainda que com algumas *ressalvas*). Isto porque descobri – em comunhão pelo dialogismo freiriano –, ao longo do terceiro capítulo, mas, sobretudo na conclusão que, o “Onde!” a alienação é produzida também se constitui – institucionalmente – no “Onde!” ela já está sendo superada, ainda que de forma confusa: e, por isto mesmo, geograficamente fragmentária.

Por conseguinte, mostrarei as formas pelas quais o APL vem sendo essa *Escola-Territorial* de formação de base geográfica continuada (que eu estava pesquisando e que defendi ao longo de todo o trabalho como sendo o ambiente geográfico necessário à tomada de consciência cidadã, pelos trabalhadores assalariados e cooperados da cidade e do campo). Somado a isto tudo, mostrarei, também, as *ressalvas* ou limites que precisam ser superadas para tanto. Ou para produção do: *vir-a-ser* da liberdade humana.

II

Agora sim, após esta recapitulação, é possível realizar minhas Considerações Finais sobre o que consegui concluir de forma geral até aqui: sobre a relação entre o dialogismo entre os TGs, a “*Teoria da Alienação de Marx*” e a sua *dimensão geográfica* com o objetivo de superá-la a partir do próprio EP, onde ela tem sido produzida. E concludo que isto foi feito, primeiro, através da caracterização daquilo que Milton Santos denunciou como um dos seus efeitos nocivos (Globalização como Perversidade) à consciência universal dos seres humanos. E que tem se materializado geograficamente na forma de uma consciência fragmentária de mundo – do seu EP, da sua Identidade Territorial, da sua terra –, porque foram – historicamente – transformados em fábrica, em mercadoria (por excelência) por essas mediações de segunda ordem PT, pelo

Capital. Em seguida, através de um tipo de “engenharia reversa” para poder entender suas engrenagens e, portanto, propor uma nova engenharia e programação, arquitetura e geografia através da Geografia: Cidadã.

Esta Geografia Cidadã que nos mostrou que: essa NDETPTI, chamada de Globalização é Neoliberal. E, a partir disto concluí que, portanto, é quem Explora Econômica e Domina Politicamente o trabalho, corpo, consciência e cidadania dos ambientes da cidadania (localizados em lugares como Pelotas: que estão na periferia dependente do Capitalismo). Também graças a ela é que entendi e procurei, através das *formas-conteúdo* ou verticalidades ou os “*Cavalos de Tróia*” do Capital, explicar que são quem – institucionalmente – “(re)Produzem!” a alienação (através da geografia dos nossos próprios EPs).

Daí porque instrumentalizar a sociedade civil e cientistas com um trabalho – geográfico – sobre a forma como as *formas-conteúdo* do capital alienam a cidadania quando alienam os seus territórios, ambientes, cotidiano. Mas este esforço demandou explicar ao longo de todo o meu trabalho o “Onde!” estão os grilhões que nos alienam geograficamente. E procurei fazer como orientado pela Geografia Cidadã, ou seja, através da sistematização das categorias operacionais ao nosso objeto de estudos – o EG – que me permitiram explicar que é no “Onde!” – quando coisificado pelas categorias de segunda ordem PT – que os trabalhadores(as), ao produzirem a sua existência produzem, ao mesmo tempo, a perpetuação dessa crise estrutural socioambiental (global), que nos segrega da nossa natureza e nos amesquinha enquanto gente.

Concluí, igualmente, que é a partir dela – alienação universal ou econômica – que conseguiremos superá-la, mas não de forma positivista fragmentária como o discurso mecânico único impõe. Superaremos a alienação universal ou econômica quando observado sua relação indissociável com sua dimensão política (que é quando se consegue construir as condições necessárias no presente para que seja superada a alienação no futuro, mas, sobretudo se for considerada a dimensão territorial: a partir do próprio EP).

E procurei mostrar que isso é bem melhor visto na Geografia, porque, pelas técnicas – *meio* Técnico-científico-informacional –, que é tanto o EG como também o espaço construído e, portanto, o EP (do Cotidiano). Expliquei, assim, a forma pela qual a alienação se impõe, através das normas e ações correlatas as *formas-conteúdo* da Globalização dessa NDETPTI Neoliberal. Afinal, é a política – das grandes empresas

através das normas – que define a técnica, a forma e onde ela será utilizada. Disso deriva minha conclusão que explicou a origem (da ofensiva neoliberal que redesenhou a Economia mundial a partir dos EUAN) e a forma como é feita hoje essa produção flexível da abundância às elites e da produção fordista da escassez às massas.

Assim, com a associação entre economia e política procurei desmascarar, a partir da categoria da associação de Marx, e, por conseguinte, da minha orientação à Economia Espacial Cidadã (explicando os circuitos espaciais de produção, dos APLs, da atividade produtiva, indústria, empresa, cooperativa, formas-conteúdo ou máquinas e ferramentas e normas técnicas – gestão – a elas associadas), o “Onde!” está o caminho a ser seguido, pela *Agenda Geodialógica* para superar a alienação em sua dimensão espacial ou geográfica. Disto é que consegui concluir, através dessa formação de base – que estou caracterizando como *formação de base-geográfica cidadã* – o seguinte:

- o saber técnico, instrumental esconde uma intencionalidade, poder; e que, em função dessa racionalidade, os atores sociais envolvidos nesse sistema social de produção (Capitalismo), subsistema ou processo produtivo endógeno (APL), EP (empresa, cooperativa) acabam por ver o mundo através de sua própria racionalidade “fato que condiciona a leitura que cada um faz dos fenômenos com que tem de lidar, pelo que as noções de “objetividade”, de “verdade” e mesmo de “fato” são relativas e adquirem novo sentido” se problematizadas a partir de uma práxis científica voltada à superação da alienação de nossa cidadania e soberania ou geografia da nossa *geograficidade*; também que após a “identificação de determinantes macro-estruturais que, embora por vezes enganosamente distantes, embora aparentemente justas e imparciais ou neutras, conseguem condicionar ou dificultar as possibilidades de ação de qualquer um de nós” é possível re-explicar as “explicações (...) tidas como indiscutíveis” e identificar assim “as interpretações ideologicamente distorcidas”; e que, por fim, não existe separação entre a ideologia capitalista e o trabalhador alienado que é, por isso, um cidadão imperfeito, pois tem sido, cada vez mais, um consumidor mais-que-perfeito, já que “qualquer intervenção tem que ser tecida de fios de prática numa trama teórica bem sólida”, porque para assumir um visão

democrática do conhecimento é necessário orientá-la à ação modificadora da situação-problema: que tem produzido essa realidade estruturalmente desigual.

- A principal *ressalva* aqui, nesta primeira parte, é para mim mesmo que antes da problematização do conceito de alienação de Marx (sistematizado e contextualizado – por Mészáros – no qual focou na superação dos mitos e das limitações às críticas em torno de Marx – o jovem *versus* o maduro, o político *versus* o científico, etc. – que o politizaram negativamente para deslegitimá-lo cientificamente e, com isso, esvaziar sua teoria e o sistema de conceitos – categorias – a ela associadas e cujo conteúdo científico é revolucionário) eu acreditava no discurso político das elites políticas e de uma fração das acadêmicas de que Marx e sua teoria estavam ambos, superados. E desta crença derivara a colonização do meu saber popular, do conhecimento científico da minha formação como geógrafo e do papel social dentro da sociedade que eu tenho, devo e quero cumprir: através da Geografia Cidadã.

O debate que fiz entre a Geografia Cidadã com os dados – entrevistas – e com o meu referencial teórico-metodológico me possibilitou concluir que o APL contém a estrutura econômica necessária à produção de uma existência política cidadã e soberana, porque contém a dimensão territorial: tanto como devendo ser o lócus da PP, quanto – enquanto base geográfica institucional – que estrutura a economia do APL Alimentos da Região Sul do RS. Pois, sem esta dimensão geográfica não há como distribuir a renda pela produção da riqueza no seio da produção ou através do EP, no TU, EB, V, Cotidiano. Aqui está minha *principal ressalva* sobre o tema, pois não vi uma compreensão geográfica clara da produção da distribuição da riqueza, cidadania e soberania no seio da própria produção local: entre os atores, agentes e instituições que investiguei. Disto deriva a minha *segunda ressalva* para nós – geógrafos e geógrafas – a ser observada: a necessidade da produção de um ensino-aprendizagem geográfico que seja capaz de fazer a relação entre uma Economia Espacial Cidadã e a distribuição da renda, cidadania e soberanias através da própria produção do EP, TU, EG Cotidiano.

O primeiro passo foi dado, pois consegui concluir o meu objetivo epistemológico geral ao definir as *categorias de análise* necessárias à interpretação do

grau – em sua *dimensão espacial* – tanto da *alienação* como da possibilidade de produção da *autonomia*, a partir do *EP*. Isso porque defini a quinta dimensão da alienação, que demonstrei ser geográfica, pois é quando o lugar, região, terra é transformada em fábrica: que tem produzido as identidades territoriais – *geograficidades* – coisificadas como geograficidade alienadas.

Concluí, igualmente, ao reforçar o que Milton Santos já havia denunciado sobre a perversidade por trás dessa Globalização como fábula, que é disto que deriva a confusão dos espíritos na interpretação de sua relação com esse mundo, porque é confusamente percebido porque é confuso: e vice-versa. Mas essa confusão é histórica e, portanto, produzida deliberadamente nos próprios EP onde são produzidas, também, as *formas-conteúdo* dessa economia de mercado e o seu exército de reserva alienado. A sua disposição em rede (sobre as regiões), dota de conteúdo alienado-alienante o cotidiano, porque se utiliza da essência do EG – que é relacional – para produzir um ambiente onde o ser humano, cotidianamente, produz sua geograficidade alienada.

Assim, concluí que a liberdade é coisificada pela intencionalidade por trás das *formas-conteúdo* dessa globalização neoliberal, por seu conteúdo político-ideológico, já que, como vimos, produzem a necessidade artificial de forma relacional associada com a escassez. Daí porque não é o egoísmo, mas a socialidade que define a natureza humana. Por isso que a opção pela concorrência, DT, tem confundido os espíritos, mesmo quando associados conscientemente e “conscientes” da socialidade do trabalho (aqui uma *terceira ressalva* sobre o observado com o dialogismo e depois com a análise pela Geografia Cidadã da entrevista com o representante da Sul Ecológica).

Outra conclusão é a de que a propriedade privada e o trabalho assalariado – essas mediações de segunda ordem – são quem reificam o entendimento da verdadeira natureza humana – a natureza antropológica tanto dentro quanto fora do ser humano –, pois é a atividade humana produtiva, indústria, EP a mediação ontológica entre o ser humano e a natureza (que é o seu ambiente – cuja natureza é histórica – e no qual sua geograficidade cidadã planetária deve ser produzida).

Doravante é fácil entender – agora tendo a categoria do EG como mediadora ontológica do ser humano com a natureza – e, ao mesmo tempo, de explicar o porquê da autoalienação, ao invés de emancipação nos EP dessa NDETPTI Neoliberal. Vale repetir que podemos explicar a “alienação” como “autoalienação” através da própria Geografia Cidadã porque a “*alienação do trabalho*” é a “*alienação dos poderes*”

humanos do homem por meio de sua própria atividade produtiva” no “seu” EP Cotidiano. Disso deriva a IA, NA e EP Alienado (EPA) onde se produz um Ambiente Alienado (AA) por técnicas alienadas-alienantes: que alienam indissociavelmente os ambientes e geograficidades da cidadania.

Concluí que o ambiente que encontrei ao longo do meu trabalho na forma do APL Alimentos da Região Sul do RS (em Pelotas) guarda uma estrutura, dialética na medida em que já esta historicizando, ainda que de forma confusa ou difusa, a independência econômica associada à autonomia política (parcial ou preliminar) do conjunto dos seus atores, agentes e instituições. Porém, na mesma medida, esta autonomia (parcial ou preliminar) está sendo atrofiada pela falta de consciência ou, mesmo, por uma tomada de consciência difusa ou pontual sobre a alienação, dominação, exploração local pelas lógicas exógenas e, por conseguinte, do amesquinamento dos seus atores e agentes enquanto gente ou cidadão pela sua subordinação às racionalidades neoliberais que impõe a competitividade como regra de sociabilidade. Por isso a minha conclusão sobre a importância da nossa “*Geopedagogia*”, primeiro ao mostrar como a alienação ocorre através das *formas-conteúdo* da base geográfica do APL e, depois, ao apontar o projeto do *vir-a-ser* da sua superação. Desta conclusão deriva minha *quarta ressalva*.

A emancipação geopolítica, portanto, deriva desse diagnóstico geoeconômico. Porque é dele que surgirá a “transcendência geopositiva”, a emancipação das geograficidades e ambientes pela superação da DT, através da associação nos moldes propostos por Marx. Mas, do ponto de vista da Geografia, no âmbito da geoeconomia, vale repetir que concluí que já está sendo viabilizado pela ação geopolítica (no presente) sobre a geoeconomia do APL Alimentos Região Sul do RS (em Pelotas), ainda que seja importante caracterizar que na maioria do tempo a competitividade regula a cooperação, mas em determinadas circunstâncias, a cooperação regula a competitividade transformando-a em competição (*quinta ressalva*).

Uma das conclusões mais importantes do meu trabalho foi que a nossa *Alfabetização Geográfica Cidadã* conseguiu apontar como as *formas-conteúdo* importadas por essa Globalização Neoliberal alienam ao invés de libertar. O que Mézáros caracterizou como uma “*lei natural baseada na inconsciência dos participantes*”, ou seja, quanto mais a propriedade privada – obedecendo à lei da concorrência – amplia o seu reino, mais suas *formas-conteúdo-mercadoria* dominam

“*não só ao trabalhador, mas também ao dono da propriedade privada*”, eu, do ponto de vista da Geografia Cidadã, demonstrei que, a partir da aplicação da nossa metodologia, é possível dar o primeiro passo rumo à libertação do oprimido, pela tomada de consciência em comunhão (como no caso da entrevista com o representante da empresa Capitalista), do dono ou o patrão (à frente da propriedade privada).

O “*link*” desta conclusão foi conseguido a partir do debate com a potência das coisas, pois apreendemos com Marx, Mészáros e a “*Teoria da Alienação*” que todo ser natural tem sua natureza fora de si mesmo. Assim, concluí do ponto de vista da Geografia Cidadã que a natureza do ser humano é, portanto, o seu ambiente, o seu ambiente técnico, o seu EG e cuja base geográfica do APL Alimentos da Região Sul do RS é uma de suas escalas que articula Economia, Política Pública e Território. Mas isto só possível porque a essência do EG é ser relacional.

Por conseguinte, é por isto que corporifiquei as palavras de Milton Santos que defendia que cabe a nós fazer dessas condições materiais – quando olhou a Globalização Neoliberal do lado de cá – as condições materiais da produção de uma outra política na forma da produção de uma Geografia Nova: Cidadã. Daí porque minha proposta do *vir-a-ser* é a continuação da utopia miltoniana – pela Geografia Cidadã – porque devemos fazer dessas condições materiais dos EPs do *meio* Técnico-científico-informacional (M T-C-I): a condição material da produção do *ambiente Técnico-científico-comunicacional* (A T-C-C). Ou seja, que é o mundo produzido pelas coletividades (de baixo para cima) para todas as pessoas.

Por fim, concluo que a DT é a dominação das geograficidades, porque o que tem ocorrido é um aprofundamento da D – social assim como geográfica – do T, que tem separado o ser humano dos meios sociais (em sua dimensão geográfica) de produção, necessários à produção do *vir-a-ser* dessa nova era demográfica da qual falava Milton Santos. Isso é mais bem visto, geograficamente, pela instalação da política em todos os interstícios do corpo social, como necessidade para o exercício das ações dominantes, seja como reação consciente a essas mesmas ações, que encontramos na forma do APL e no cotidiano dos agentes dessa Economia Espacial, seja como reação inconsciente na forma de aceitação a estas lógicas exógenas, seja como reação consciente na forma de negação a estas lógicas exógenas (*sexta ressalva*).

Porém (*sétima ressalva*), não é propriamente de política que se trata, mas de simples acúmulo de normatizações particulares (aquelas das dimensões do cotidiano que

anulam a espontaneidade), porque conduzidas por atores privados (reproduzidas também pelos governos das PP setoriais e do “ajuste fiscal”) que ignoram a justiça social e a sustentabilidade, também presente nos discursos dos agentes do APL, ainda que em contradição com suas práticas que tem visado a justiça social, sustentabilidade e soberania da região. Os discursos exógenos (em oposição à essência do APL e de suas práticas dentro do APL) está contido nos discursos da caracterização da viabilidade dos empreendimentos (dentro do APL), e do próprio APL, em ambos os casos.

Isto porque consegui responder positivamente que este mesmo EG de Produção do trabalho alienado é capaz de produzir, ao mesmo tempo, um trabalhador alienado quanto um trabalhador-cidadão consciente, tanto com relação ao sistema produtivo global no qual está inserido quanto da forma, mesmo que difusa, como o APL o insere nele. Ou seja, há a produção de consciência de como se inserem nessa Globalização Neoliberal, mesmo que não haja consciência da forma como ela se insere neles. Disso deriva uma *oitava ressalva* e, portanto, da nossa responsabilidade em analisá-la através de sua racionalidade técnica (ou da intencionalidade político-ideológica) imanente as suas formas-conteúdo alienígenas-alienadas-alienantes.

Portanto, o debate com os dados – entrevistas – e com o meu referencial teórico-metodológico me possibilitou concluir que o APL contém a estrutura econômica necessária à produção de uma existência política cidadã, soberana. Vimos a partir da caracterização dos EPs do APL Alimentos da Região Sul do RS que o dialogismo freiriano é uma tendência pedagógica progressista que liberta, de forma democrática, consciente, humanizadora ou cidadã os sujeitos que coparticiparam da nossa metodologia. Percebi, através desse método – via TGs – usado como técnica – de entrevista –, então que:

- os próprios entrevistados, ao descreverem os problemas, viam as soluções, pois propomos um diálogo entre os conceitos necessários à solução dos respectivos problemas inerentes à práxis cotidiana (nos seus próprios EP, atividade produtiva);
- que o dialogismo entre os “contrários”, porque orientada metodologicamente à tomada de consciência para superação geográfica da alienação, levou-nos à tomada de consciência da necessária união em prol de um objetivo comum, a produção cidadã da nossa soberania e;

- por fim, após a síntese da entrevista, também vimos que podemos utilizar este método enquanto técnica de entrevistas quando o objetivo for a intervenção – consciente – no objeto de pesquisa ou realidade a ser estudada.

A seguir, concluo que a necessidade dessa alfabetização geográfica-cidadã orientada à ação é uma demanda social de soberania nacional. Primeiro porque que nossos entrevistados compreendem, apenas de forma difusa, como as *formas-conteúdo* dessa Globalização Neoliberal os inserem nela. Mas, não percebem, nem mesmo de forma difusa, a forma como as *formas-conteúdo* se inserem neles – alienando sua cidadania, geograficidades, etc. – através do cotidiano dos seus próprios EPs e por intermédio das ações, normas e racionalidades correlatas.

Os TGs nos permitiram concluir – de forma dialógica com os sujeitos ou objetos da nossa pesquisa – que é possível usar a sua própria atividade humana produtiva como meio de tomada de consciência sobre como a alienação é autoproduzida pelas *formas-conteúdo* do próprio EP, bem como de como podemos superá-la a partir de seu uso político-pedagógico como Economia Espacial meio do *vir-a-ser*. O que vale dizer que minhas conclusões são talvez o primeiro passo para democratizar as conclusões da academia. Talvez um dos tantos passos necessários à democratização da ciência e dos seus resultados no Brasil, para e com os(as) brasileiros(as).

Assim, finalizando nossa reflexão sobre os TGs, é preciso apontar que eles reafirmaram o dele e o meu objetivo pedagógico essencial: que é o que defende que “*quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender*”. Os TGs nos ensinaram, desde o início, que num EP (de vários EPs espalhados pelos vários APLs desse “Brasil-continente”) foi possível substituir a relação vertical entre pesquisa e pesquisado – sujeito-objeto – inerente à lógica da extensão universitária e educação bancária pela da Comunicação de que falava Paulo Freire (1983; 1996).

- (1º passo) primeiro – na fase da investigação – busquei as palavras e temas significativos aos nossos “educandos”, pois os consideramos como trabalhadores assalariado-patrão e cooperados. Após, fizemos o levantamento do universo vocabular dos trabalhadores-patrão e cooperados, buscando desde já os *Temas Geradores* dessa comunicação. Em seguida – na fase da interação e

conhecimento mútuo –, iniciamos a capitação das palavras da linguagem dos membros do grupo – tomando o cuidado para respeitar o seu linguajar típico –, pois sabíamos que deveriam advir do seu cotidiano (EC de trabalho);

- (1º resultado) percebi a forma pós-moderna com que os trabalhadores eram interpretados e representados pelo discurso dos trabalhadores-patrão “*nossos produtores agregados, não cooperados, nem integrados, fornecedores à marca Olê*”; depois, percebi os dois principais fatores da viabilidade e, quando desequilibrados, da não-viabilidade do negócio, pois os dois estão associados de forma imanente “*fatores climáticos, mercado hoje, pêssego nacional, estoque de manutenção, principal produto colonial, o pêssego, demais segmentos, não temos participação*” (visão difusa sobre a fusão entre lógicas exógeno-endógenas & natural-sociais); terceiro, porque vi o mesmo com relação ao discurso do cooperativismo “*cooperativa, trabalha de maneira orgânica, convencional, esterco e outros, insumo orgânico, vem de fora*”, mas diferentemente do primeiro caso, vi a possibilidade de superação da alienação no âmago do próprio processo produtivo, do EP, pois “*agricultor cooperado, agricultura familiar, autonomia pra decidir, planejamento, pensamento social, processo produtivo, armazena, distribui, produção, obrigação de comercializar, o produto*”;
- (2º passo) depois – na fase da tematização – busquei analisar o que essas palavras e ou Temas (Geradores) representavam para a vida desses trabalhadores assalariados-patrão e para a dos cooperados. Foi a partir disso que iniciei a seleção das palavras conceituais – *Temas Geradores* – seguindo dois critérios (práxis do dia-dia no EP & complexidade dos conceitos científicos que fundamentaria essa práxis: primeiro pelo comprometimento pragmático do *TG* com a realidade e; segundo pela necessidade de apresentar o *TG* e a representação direta do objeto que ela/ele designa na forma de um conceito);
 - (2º resultado) essa fase nos levou à tomada de consciência dialógica, ou seja, à alfabetização geográfica nos dois sentidos: aos nossos dois

entrevistados e para nós (durante) quando orientávamos o debate rumo à tomada de consciência sobre as lógicas exógeno-endógenas & natural-sociais tendo como principal referencia meu último trabalho (SILVA, 2016). Essas lógicas ora viabilizavam economicamente o negócio, ora não (*a posteriori*), pois fiz o debate de forma mais profunda com esses TGs em gabinete, em função da necessidade de responder as minhas três perguntas-problema. Concluí, por fim, que a definição da primeira à terceira fase do método – esse método de alfabetização enquanto técnica de entrevista –, foi bastante difícil de realizar em campo – durante a entrevista –, em função de estar experimentando-o pela primeira vez, ficando, porém, mais claro a posteriori em gabinete, na medida em que ia refletindo – junto com meu referencial teórico-metodológico e orientações do orientador – sobre a(s) problemática(s) proposta(s). No entanto, essa dificuldade não impediu que conseguisse aplicá-la em um grau bastante satisfatório já durante a entrevista-debate dialógico, pois, como já disse, mas vale repetir, estava há cinco anos trabalhando com educação popular (mesmo dentro da estrutura bancária do modelo positivista de ensino ainda vigente no Brasil e RS) e no modelo dos direitos de aprendizagem via competências e habilidades que é o melhoramento ou a atualização ao século XXI dessa educação bancária. Por conseqüência, tenho aplicado frequentemente, a pedagogia da autonomia – via TGs – de Paulo Freire em ambos os modelos. Além disso, investi três anos do meu tempo e formação acadêmica – dissertação sobre a crise do emprego em Pelotas – estudando a formação espacial – via formação socioeconômica da economia do doce em Pelotas –, que me possibilitou compreender a forma como as *formas-conteúdo* dessas lógicas exógeno-endógenas e natural-sociais perpetuavam a crise do emprego na cidade e no campo de Pelotas (desde o século XIX até o ano de 2016). Portanto, é por isto que os resultados desta parte do trabalho – da investigação e tematização à problematização – foi sistematizado na forma de tabela “Tabela 8d – Sistematização dos TGs pela Geografia Cidadã”.

- (3º passo) por fim – na fase concomitante da problematização – busquei conduzir a entrevista a uma *visão crítica do mundo* pelos *trabalhadores assalariado-patrão e cooperados*, com vistas a *sua transformação, superação*. Foi quando foquei na problematização das situações existenciais características a cada grupo, por um lado, e as inerentes aos dois grupos, por outro. Isto é, sobre as situações inseridas na realidade local, que deveriam ser discutidas a partir de sua complexidade glocal, pois objetivei abrir perspectivas para a análise crítica e ou consciente da relação entre os problemas locais com os regionais, nacionais e internacionais que essa NOM Unimultipolar nos impõe através de sua dimensão geográfica: NDETPTI Neoliberal.
 - (3º resultado) essa fase me levou a duas questões, que no momento da entrevista me pareceu ser o meio pelo qual se poderia pensar a tomada de consciência cidadã sobre a necessidade de uma visão progressista a respeito da superação da alienação a partir da Geografia – EP – Cidadã. A primeira – discutida com o trabalhador-patrão – foi a da produção seguida da distribuição da riqueza ou resultado de trabalho local de forma geográfica, ou seja, territorializar de forma regionalizada as *formas-conteúdo* de produção dessa riqueza local entre o máximo possível de produtores locais (entre os agregados, não integrados nem cooperados da marca Olé), pois demonstrei em meu primeiro trabalho (SILVA, 2016) que a fase áurea de empregos – com o caráter social do trabalho – em Pelotas, foi quando as agroindústrias artesanais eram capilarizadas por toda a zona rural, colônia (alemã, francesa, italiana, portuguesa, afro-brasileira, etc.), no campo do município de Pelotas, da antiga Pelotas (que na 26ª Fenadoce teve o município de Morro Redondo reconhecido pela tradição doceira como patrimônio nacional pelo Iphan: na 2ª Festa do Doce Colonial). Isso porque essa riqueza que capilariza a sociabilidade da produção e ou trabalho esta associada a uma socialidade que democratiza o caráter emancipador do trabalho e do EP da qual falam Marx, Mészáros e Milton Santos. Já a segunda – com o trabalhador cooperado e/ou representando os cooperados – foi a de procurar apontar a contradição e conflito entre ser uma cooperativa e

atuar – discurso – segundo a lógica da competitividade, pois sabia que uma das principais qualidades desse modo de produção cooperativo é, de forma autônoma, planejar coletivamente junto com os agricultores (uma produção que produz um ser humano solidário) ao contrário do modo de produção convencional (que produz um ser humano competitivo, egoísta, etc.). Outro exemplo assenta no fato de o modo cooperativo de se relacionar para produzir pagar não só pelo produto, mas conscientemente, também, pelo trabalho do agricultor (ao valorizar o fato de eles garantirem a compra, preço e comercialização do que o produtor produz: mesmo caso perdesse o produto ao longo da etapa de comercialização). Disto deriva a essência desse modo de produção, pois esta associada aos valores da cooperativa, do cooperativismo (que produz o crescimento do PIB de forma indissociável ao desenvolvimento – coletivo – tanto da cooperativa quanto do produtor). Portanto, é daí que deriva a dimensão utópica ou revolucionária dessa categoria – da *associação* que se dá na forma de *cooperação* – cuja ação ativa (dentro da Economia Espacial do APL Alimentos da Região Sul do RS) aponta à superação da alienação – mesmo em seu estágio globalitário: *mais-valia* globalizada. Pois esta está assentada na competitividade, pela apropriação privada dos resultados do trabalho, que é sempre produzida de forma coletiva, pela busca eterna do fetiche artificial imposta pela necessidade de ser proprietário, de ter a propriedade privada. Em ambos os casos, meu objeto foi o de orientar o debate-dialógico à tomada de consciência sobre a dimensão pedagógica, ora alienante, ora emancipadora, das condições geográficas alheias a nós e que nos têm dominado através dessa DT da Globalização Neoliberal (que é quem tem tornado nosso mundo confuso e confusamente percebido!).

A saber, então, os TGs a partir dos quais fiz o debate sobre a alienação em suas quatro dimensões e a partir do qual defendi, ao longo do meu trabalho, como tendo uma quinta dimensão – geográfica –, pois, como vimos, a alienação se torna a DT. E é por esta razão que a estudei como NDETPTI Neoliberal: através dos TGs da DTT do EP,

APL, da Alienação, Competitividade, Monocultura, Autonomia, Solidariedade, Cooperação, Sustentabilidade.

Utilizei a periodização de Porto-Gonçalves e Milton Santos a fim de apontar a relação entre inovação técnica e transformação de conteúdo do EG, EP, geograficidades. Assim, da primeira à quarta fase da Globalização, concluí que quanto mais aumentou as forças produtivas (ao longo da histórica) ou a capacidade de produção das formas-conteúdo (motor a vapor, combustão, computador, etc.), mais legítimo se tornou esse padrão de poder moderno-colonial no (in)consciente social. O fetiche pela busca da mercadoria, propriedade privada, etc. virou o cotidiano.

Concluí que se apreendida sua base político-ideológica – motor único que é a *mais-valia* globalizada – é possível antecipar as causas dessa confusão dos espíritos, da produção desse mundo estranho, confuso e confusamente percebido que nos domina. A consciência confusa e fragmentária advém do não entendimento de que o que se tornou mundial, de fato, foi uma informação verticalizada que é quem produz a venda dos produtos do consumo das elites e classes médias altas e do desejo pelo mesmo padrão de vida nas classes médias baixas e trabalhadores em geral. Por conseguinte, essa informação verticalizada é quem produz tanto a Globalização como fábula quanto a Globalização como perversidade: cuja tirania do dinheiro – através do sistema da dívida –, como vimos, mas vale repetir, é o exemplo mais trivial dessa alienação geográfica estrutural da soberania e geograficidade dos nossos ambientes e cidadania.

O discurso é fluido, virtual, “científico” e, sobretudo, onipresente, porque vai da empresa – EP – até o lar, do lar até a escola, da escola até o mercado de trabalho (informal e formal) e deles, via financiamento privado de campanha “legal” ou via “lobbys”, crime organizado e desorganizado, etc., até nossos sistemas políticos representativos, do Estado Democrático de Direito. Disto deriva a integração territorial alienada – via PP Setorial ou mesmo pela ideologia do Estado mínimo que as extinguem – ou soberana – via PPT – que são quem produzem as instituições republicanas plutocráticas ou democráticas que, por sua vez, formam a consciência de classe e cidadania que temos e que poderemos *vir-a-ter*.

A tomada de consciência sobre as condições reais da produção da alienação através da DT, para antecipá-las e invertê-las, para subvertê-las e superá-las, etc., se dará, portanto, a partir da própria práxis cotidiana dos trabalhadores. Essa práxis não é

somente econômica, mas é, ao mesmo tempo, também política e se dá, nos dias de hoje, através das técnicas: do *meio* Técnico-científico-informacional.

Portanto, a tomada de consciência cidadã universal só será feita a partir da categoria – associação – pois, segundo Marx e Mészáros, ela contém tanto a dimensão política quanto econômica necessária a superação da alienação. Aponte, portanto, através do Cooperativismo (do APL Alimentos da Região Sul do RS) o “Onde!” essa categoria cuja *forma-conteúdo* – a cooperativa – produz produtos e serviços, na mesma medida que produz a independência econômica com a autonomia política dos trabalhadores de forma indissociável à soberania territorial (a partir do desenvolvimento que é ao mesmo tempo endógeno e sustentável) da sua própria Região. Daí porque defendo que está se dando, de forma lenta e difusa hoje, mas que poderá *vir-a-ser* de forma integral e consciente, “a partir de amanhã”, através das técnicas: mas não do *meio* T-C-I e, sim, do *ambiente* Técnico-científico-comunicacional (A T-C-C).

Mas, para tanto, será necessário produzirmos uma tomada de consciência dentro deste próprio Espaço Produtivo. Pois essa competitividade cotidiana está capilarizada em diversas dimensões – geográficas – e por isso defendemos como uma das minhas principais conclusões que, para superar esse problema estrutural, é preciso superá-lo a partir dos nossos próprios EPs do Cotidiano que vai do trabalho na empresa (onde é produzida a alienação) até o lar em função da tecnologia, informação (pois é onde é consumida e reproduzida: através dos “nossos” comportamentos competitivos, egoístas, etc. que derivam da propriedade privada).

A seguir, sete recapitulações gerais sobre a geografização desse cotidiano da alienação e do porquê de sua superação, para concluir minhas Considerações Finais:

- Primeiro: pela opção político-pedagógica pela Geografia Cidadã ao invés da dos experts;
- Segundo: apontando que somente através das formas-conteúdo é que podemos ver como se dá essa relação dialética entre materialidade e imaterialidade que nos domina;
- Terceiro: pela explicação de como essas formas-conteúdo exógenas nos impõem suas normas através da alienação das nossas espontaneidades;
- Quarto: porque, sem essa espontaneidade, não há como exercitarmos nossa originalidade, inventividade humana (atividade autoprodutora da nossa natureza

antropológica, histórica), já que o que temos visto é a sua negação pelos comportamentos verticais do pragmatismo (pela ação eterna de sempre criar uma necessidade artificial para os outros);

- Quinto: unir essas formas-conteúdo dos EPs Cotidianos às noções de Rede e Lugar de que fala Milton Santos quando defende que é a partir dessas duas dimensões geográficas do cotidiano que podemos enfrentar essa globalização perversa (como procuramos fazer ao longo do nosso trabalho);
- Sexto: porque o cotidiano é a quinta dimensão do espaço e define a forma como a espacialidade se dará, no campo e na cidade, no centro e na periferia (morro, favelas), nos países centrais e nos do lado de cá, por um lado, e a forma como a espacialidade se dará através do corpo, por outro. Logo, concluímos que:
- o sétimo e último: é uma operacionalização do primeiro – Geografia Cidadã – na medida em que acredito e defendo que não só posso como vou cumprir o meu papel enquanto Geógrafo (junto à sociedade), de produção do político, da política, da tomada de consciência política ou politizada sobre as formas geográficas – EG ou *ambiente* Técnico-científico-comunicacional – necessário à superação dessa percepção confusa do mundo que impossibilita nossa intervenção no sentido de superar essa dominação, alienação.

Portanto, se a origem da produção de toda esta alienação está no Cotidiano da propriedade privada então é nosso dever enquanto Geógrafos(as), perante a sociedade brasileira, de orientá-la na tomada de *Consciência Geográfica Cidadã*. Mas baseadas numa leitura e interpretação geográfica orientada a superação da IA que produz a NA dos seres humanos. Daí porque a dimensão geográfica das *formas-conteúdo*, da DTT do capital precisa ser superada. A *Alfabetização Geográfica Cidadã* deriva disto e é por isto que é necessária ao entendimento desse sistema-mundo confuso e confusamente percebido: em função de suas (macro e múltiplas) escalas como a da ética – moderno-colonial – inerente as suas *formas-conteúdo* (“Cavalos de Tróia” ou verticalidades dessa NDETPTI da Globalização Neoliberal).

REFERÊNCIAS

- AB'SABBER, Aziz Nacib. **O que é ser geógrafo: memórias profissionais de Aziz Nacib Ab'Saber**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- ALONSO, Ângela. De positivismo e positivistas: interpretações do positivismo brasileiro. In.: **O positivismo: teoria e prática: sesquicentenário da morte de Augusto Comte** / organizado por Hélio Trindade. 3 ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.
- AMARAL, Marina. Jabuti não sobe em árvore: como o MBL se tornou líder das manifestações pelo impeachment. In.: **Porque gritamos golpe? : para entender o impeachment e a crise política no Brasil** / André Singer... [et. al]; organização Ivana Jinkings, Kim Doria, Murilo Cleto; [ilustração Laerte Coutinho]. – 1. Ed. – São Paulo : Boitempo, 2016.
- AMORIM, Paulo Henrique. **O quarto poder : uma outra história**. São Paulo: Hedra, 2015.
- BACH, Alcir Nei. **O Patrimônio Industrial Rural: as Fábricas de Compotas de Pêssego em Pelotas - 1950 à 1970**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. 2009.
- BAVA, Silvio Caccia, Org. **Thomas Piketty e o segredo dos ricos** / Organização de Silvio CacciaBava. Tradução: Equipe Le Monde Diplomatique Brasil. – São Paulo: Veneta; Le Monde Diplomatique Brasil, 2014.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga; GALÍPOLO, Gabriel. **Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo** / Luiz Gonzaga Belluzzo; Gabriel Galípolo – São Paulo: Editora Contracorrente, 2017.
- BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do Uso de Agrotóxico no Brasil e Conexões com a União Européia** / Larissa Mies Bombardi. – São Paulo : FFLCH – USP, 2017.
- BRIZOLA, Leonel. **Tijolaços** / Leonel Brizola; 1 ed. Rio de Janeiro: Galpão de Ideias Leonel Brizola, 2017. 144 p.
- CAIO PRADO, Junior. **História econômica do Brasil**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

- CAMPOS, K. C. **Arranjos produtivos locais: o caso da caprino-ovinocultura nos municípios de Quixadá e Quixeramobim**. Fortaleza: CCA/UFC, 2004. 97p. (Dissertação de Mestrado).
- CAMPOS, Renato Ramos. et al. 1. As experiências estaduais de políticas para arranjos produtivos locais. In: CAMPOS, Renato. et al. (Orgs.). **Políticas estaduais para arranjos produtivos locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.
- CAMPOS, Rui Ribeiro de. **A natureza do espaço para Milton Santos**. GEOGRAFARES, nº 6, 2008. p. 155-165.
- CARNEIRO, Fernando Ferreira (Org.). **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde** / Organização de Fernando Ferreira Carneiro, Lia Giraldo da Silva Augusto, Raquel Maria Rigotto, Karen Friedrich e André Campos Búrigo. - Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- CHAUI, Marilena. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. In.: **Porque gritamos golpe? : para entender o impeachment e a crise política no Brasil** / André Singer... [et. al]; organização Ivana Jinkings, Kim Doria, Murilo Cleto; [ilustração Laerte Coutinho]. – 1. Ed. – São Paulo : Boitempo, 2016.
- CHOMSKY, Noam. **Réquiem para o sonho Americano: os dez princípios de concentração de riqueza e poder** / Noam Chomsky; tradução de Milton Chaves de Almeida. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.
- COSTA, Rogério H. da. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**/Rogério Haesbaerte. – 5 ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- COUTINHO, Clara Pereira. **Metodologia de investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática**. Coimbra: ALMEDINA. 2013.
- Christopherson, Robert W. **Geossistemas : uma introdução à geografia física** / Robert W. Christopherson ; tradução: Francisco Elizeu Aquino ... [et al.] ; revisão técnica: Francisco Elizeu Aquino, Jefferson Cardia Simões, Ulisses Franz Bremer. – 7. Ed. – Porto Alegre : Bookman, 2012.
- DAL SOGLIO, Fábio. **Agricultura e sustentabilidade** / Fábio Dal Soglio e Rumi Regina Kubo ; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e

pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)** / Guilherme Costa Delgado. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

Dicionário Paulo Freire / Danilo R. Streck. Euclides Redin, Jaime José Zitkoski (orgs.) . – 2.Ed., rev. amp. 1. Reimp. – Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2010.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo: Por que oito famílias tem mais riqueza do que a metade da população do mundo?** / Ladislau Dowbor. – São Paulo : Autonomia Literária, 2017.

DULCI, Luiz. **Um salto para o futuro: como o governo Lula colocou o Brasil na rota do desenvolvimento.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento** / Florestan Fernandes ; apresentação de Paul Singer. – 5. Ed. Ver. - São Paulo : Global, 2008.

FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini. A produção social do espaço agrário. In: VERDUM, Roberto; BASSO, Luis A. B.; SUERTEGARAY, Dirce M. A. (Org.). **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação.** 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

_____. A relação campo-cidade como método. In: MEDEIROS, R. M. V.; FALCADE, I.(Org.). **Tradição versus tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____. Campo, cidade e a natureza recriada na artificialidade urbana. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 43-51, 2010.

_____. Novos contextos urbanos-industriais. In: **XXII Encontro Estadual de Geografia**, 2002, Caxias do Sul. Anais do XXII Encontro Estadual de Geografia. Caxias do Sul: EDUSC, 2002.

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira** / Paulo Freire – Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2012.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa.** São Paulo: Paz& Terra, 1996.

- _____. 1921 – 1997. **Pedagogia do oprimido** / Paulo Freire. – 56. ed. ver. e atual. – Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2014.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. **Celso Furtado entrevistado por Aspásia Camargo e Mario Andréa Loyola**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.
- _____. **Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. São Paulo: Paz e Terra, 2002b.
- GADOTTI, Moacir, 1941 – **Paulo Freire : uma biobibliografia** / Moacir Gadotti. – São Paulo : Cortez : Instituto Paulo Freire ; Brasília, DF : UNESCO, 1996.
- GARCEZ, Cristine. et al. Análise de políticas para arranjos produtivos locais no Brasil: uma introdução. In: CAMPOS, Renato. et al. (Orgs.). **Políticas estaduais para arranjos produtivos locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.
- GIESBRECHT, Hulda Oliveira; SCHWANKE, Fernando Henrique; MÜSSNICH, Alexandre Guedes. **Indicações geográficas brasileiras: Brazilian geographical indications : indicaciones geográficas brasileñas**. Brasília: SEBRAE, INPI, 2011.
- GUARESCHI, Pedrinho A. **Sociologia crítica: alternativas de mudança**. 4. ed. Porto Alegre: Mundo jovem, 1984.
- _____. **Comunicação e poder. A presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____.; RAMOS, Roberto. **A máquina capitalista: como funciona e se reproduz. Por que paga baixos salários. Papel do intelectual na luta pelas mudanças. Um exemplo: RBS**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1987b.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- _____. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- _____. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2013b.
- _____. **O neoliberalismo : história e implicações** / David Harvey ; tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves – 5. ed. – São Paulo : Edições Loyola, 2014.
- _____. **Os limites do capital** / David Harvey ; tradução Magda Lopes. – [1. ed.] – São Paulo : Boitempo, 2013c.
- _____. **Para entender O Capital**. São Paulo, SP : Boitempo, 2013d.

IV CURSO LIVRE MARX-ENGELS. **Marx: a criação destruidora** / com curadoria de José Paulo Neto / Alysson Leandro Mascaro, Antonio Rago, Jorge Grespan, José Paulo Netto, Mario Duayer, Osvaldo Coggiola, Ricardo Antunes e Ruy Braga / Homenagem da Boitempo a Francisco de Oliveira. São Paulo: Editorial Boitempo, 7 a 15 de maio de 2013.

LOPES, Mauro. As quatro famílias que decidiram derrubar um governo democrático. In.: **Porque gritamos golpe? : para entender o impeachment e a crise política no Brasil** / André Singer... [et. al]; organização Ivana Jinkings, Kim Doria, Murilo Cleto; [ilustração Laerte Coutinho]. – 1. Ed. – São Paulo : Boitempo, 2016.

LÖVY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen : marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. São Paulo: Busca vida, 1987.

_____. **Ideologias e Ciências Sociais: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 1985.

MARX, Karl. **O Capital** / Karl Marx / tradução e condensação de Gabriel Deville / Bauru, SP: EDIPRO, 3. ed., 2. reimp. 2013.

MARX, Karl. **Karl Marx : O Capital Livro I capítulo VI (inédito)** / - 1. ed. – São Paulo : Livraria Editora Ciências Humanas Ltda. 1978.

MARX, Karl. **Karl Marx : sociologia** / organizador [da coletânea] Octavio Ianni ; [tradução Maria Elisa Mascarenhas, Ione de Andrade e Fausto N. Pellegrini]. – 4. ed. – São Paulo : Ática, 1984.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital** / István Mészáros : tradução Francisco Raul Cornejo... [et al.] – São Paulo : Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital** / István Mészáros ; [tradução Isa Tavares]. – 2 ed. – São Paulo : Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**/ István Mészáros : tradução Isa Tavares – São Paulo : Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, István. **O século XXI : socialismo ou barbárie?** / tradução, Paulo Cezar Castanheira. – [1ed., reimpr.]. – São Paulo : Boitempo, 2012.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia Histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia.**/ Antonio Carlos Robert Moraes. São Paulo : Annablume, 2011.

- _____. **Geografia: pequena história crítica** / Antonio Carlos Robert Moraes – 21^a ed. – São Paulo : Annablume, 2007.
- MORAES, Dênis de (Org.). **Por uma outra comunicação**. 6^a ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- MOREIRA, Ruy. **Formação Espacial Brasileira : contribuição crítica aos fundamentos espaciais da Geografia do Brasil** / Ruy Moreira. 2^a ed. Rio de Janeiro : Consequência, 2014.
- _____. **Geografia e práxis: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas**. São Paulo: Contexto, 2012.
- _____. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica**. 2.ed. 1 reimp. São Paulo: Contexto, 2012b.
- NIEDERLE, Paulo Andre (Org.). **Indicações geográficas: qualidade e origem nos mercados alimentares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.
- NOVAES, Henrique T. Qual autogestão? In.: **O retorno do caracol a sua concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 67-94.
- Occupy / [David Harvey ... et al.] ; [tradução João Alexandre Peschanski ... et al.]. – São Paulo: Boitempo : Carta Maior, 2012.
- Pelotas (RS). Fenadoce 2015, 2016, 2017 e 2018 - **Feira Nacional do Doce**. Disponível em: <https://www.fenadoce.com.br>. Acesso em: Jun. 2018.
- Pelotas (RS). **Prefeitura Municipal de Pelotas**. 2018. Disponível em:<http://www.pelotas.rs.gov.br>. Acesso em: Jun. 2018.
- PELOSO, Ranulfo. **Trabalho de base: seleção de roteiros organizados pelo Cepis** / Ranulfo Peloso (Org.). – 1. ed. – São Paulo : Expressão Popular, 2012.
- PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- _____. **A economia da desigualdade**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.
- PINTO, Céli Regina Jardim. **Ciências humanas: pesquisa e método** / Céli Regina Jardim Pinto e Cesar A. Barcellos Guazzelli. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2012.

Porque gritamos golpe? : para entender o impeachment e a crise política no Brasil

/ André Singer... [et. al]; organização Ivana Jinkings, Kim Doria, Murilo Cleto; [ilustração Laerte Coutinho]. – 1. Ed. – São Paulo : Boitempo, 2016.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLASCO, 2005.

_____. **Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLASCO, 2005b.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda. 1995.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório: etapas da evolução sócio-cultural** (Estudos de antropologia da civilização). São Paulo: Editora Vozes Ltda. 1978.

SÁ BRITTO, Natália Daniela Soares. **Industrialização e desindustrialização do espaço urbano na cidade de Pelotas (RS)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) FURG, Rio Grande, 2011.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do Século XXI** / Paulo Sandroni. – 8ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2014.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. **Economia Espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **O País Distorcido : o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo : Publifolha, 2002.

_____. O Papel Ativo da Geografia : um Manifesto. In: **XII Encontro Nacional de Geógrafos**, 2000, Florianópolis. Revista Território, ano V, n. 9, p. 103-109, jul./dez.2000. Disponível em:

<www.revistaterritorio.com.br/pdf/09_7_santos.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2014.

_____. **O retorno do territorio**. En: OSAL : Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires : CLACSO, 2005.

- _____. **O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
- _____. **Pensando o Espaço do Homem.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012b.
- _____. **Por uma Geografia cidadã: por uma epistemologia da existência.** Boletim Gaúcho da Geografia. Porto Alegre, n. 21, p. 7-14, 1996.
- _____. **Por uma Geografia Nova: da Crítica a Geografia a uma Geografia Crítica.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012c.
- _____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 23.ed. Rio de Janeiro: Record, 2013b.
- _____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.** São Paulo: Editora HUCITEC, 1994.
- _____. 1926-2001. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI /** Milton Santos, Maria Laura Silveira.– 16ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2012d.
- SCHRADER, Achim. **Métodos de pesquisa social empírica e indicadores sociais /** Achim Schrader; Clarissa Eckert Baeta Neves e Emil Albert Sobottka (orgs.). – Porto Alegre : Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- SILVA, C. P. da. **Da economia espacial solidária à sustentabilidade do trabalho cidadão: o doce território da autonomia pelotense.** 2016. 155 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRGS, Porto Alegre, 2016.
- SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativa.** 7. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SILVA, Joseli Maria; SILVA, Edson Armando; JUNCKES, Ivan Jairo. **Construindo a ciência: elaboração crítica de projetos de pesquisa.** Curitiba: Pós-Escrito, 2009.
- SOARES, Mozart Pereira. O positivismo no Rio Grande do Sul. In.: **O positivismo: teoria e prática: sesquicentenário da morte de Augusto Comte /** organizado por Hélio Trindade. 3 ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.
- SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão a Lava Jato /** Jessé Souza. – Rio de Janeiro: Leya, 2017.

- STIGLITZ, Joseph E. **O grande abismo : sociedades desiguais e o que podemos fazer sobre isso** / Joseph E. Stiglitz. – Rio de Janeiro, RJ : Alta Books, 2016.
- SUERTEGARAY, D. M. A. **Cadernos Geográficos: notas sobre Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: UFSC, Periódico, 2005.
- TATSCH, Ana Lucia. et al. 2. Trajetória, análise e diretrizes para política de apoio a arranjos produtivos locais no Rio Grande do Sul. In: CAMPOS, Renato. et al. (Orgs.). **Políticas estaduais para arranjos produtivos locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.
- VARGAS, Francisco Eduardo Beckenkamp. **Relações de classe e gênero: o trabalho safrista na indústria de conservas de pelotas**. 1994. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. A matriz discursiva sobre o “meio ambiente”: produção do espaço urbano – agentes, escalas, conflitos. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **A produção do espaço urbano**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 207-230.

Blogosfera: Comunicação alternativa ao PIG

- AGENDA GOTSCH. **Da horta à floresta**. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=C7h-JbaJn4>>. Acesso em 13 set 2018.
- AMBIENTE LEGAL JUSTIÇA E POLÍTICA. TV Cultura debate desastre ambiental de Mariana. 2015. Disponível em: <<http://www.ambientelegal.com.br/tv-cultura-debate-desastre-ambiental-de-mariana/>>. Acesso em 13 set 2018.
- AMORIM, Paulo Henrique. O Direito como arma contra o inimigo. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aZU3wK9kr8c>>. Acesso em 13 set 2018.
- APL ALIMENTOS REGIÃO SUL. **Agro RS em foco fala sobre a preservação das receitas de doces coloniais em Pelotas**. In: APL Alimentos Região Sul. Disponível em: <<http://www.aplalimentosul.org.br/Noticia/138/Agro-RS-em-foco-fala-sobre-a-preservacao-das-receitas-de-doces-coloniais-em-Pelotas>>. Acesso em 13 set 2018.
- APL ALIMENTOS REGIÃO SUL. Consumir alimentos seguros é tendência para nichos de mercado. In: APL Alimentos Região Sul, 03 dez 2013. Disponível em:

- <<http://www.aplalimentosul.org.br/Secao/5/Regiao-Sul>>. Acesso em 13 set 2018.
- APL ALIMENTOS REGIÃO SUL. **Programa Terra Sul**. In: APL Alimentos Região Sul. Disponível em: <<http://www.aplalimentosul.org.br/Noticia/131/Programa-Terra-Sul>>. Acesso em 13 set 2018.
- BARÃO EAD. **Educação de jovens e adultos**. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fEc9kXcY40g>>. Acesso em 13 set 2018.
- BORGES, Altamiro. **Globo perde 20% em cinco anos..** In: Conversa aafiada, 27 jul 2016. Disponível em: <<https://www.conversaafiada.com.br/pig/globo-perde-20-em-cinco-anos>>. Acesso em 13 set 2018.
- BRAGON, Ryder. **Após prorrogar 3 vezes, Justiça suspende prazo para Samarco depositar R\$ 1,2 bi**. In: Notícias UOL, 27 jan 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/01/27/apos-prorrogar-3-vezes-justica-suspende-prazo-para-samarco-depositar-r-12-bi.htm>>. Acesso em 13 set 2018.
- CANAL FUTURA. Ecos do maior desastre ambiental do Brasil | Conexão. 2017. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=-iDyGueZfAI>>. Acesso em: 13 set 2018.
- CANAL FUTURA. **Fake News | Projeto Meme**. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OuUifzPUIVM>>. Acesso em: 13 set 2018.
- CARTA CAPITAL. **A Zelotes voltou, com outro foco**. In: Carta capital, 27 out 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/a-zelotes-voltou-com-outro-foco-9679.html>>. Acesso em: 13 set 2018.
- CARTA CAPITAL. **Lula vira réu na Operação Zelotes**. In: Carta capital, 15 dez 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/lava-jato-denuncia-lula-por-corrupcao-e-lavagem-de-dinheiro>>. Acesso em 13 set 2018.
- CARTA CAPITAL. **Operação Zelotes envolve bancos, grandes empresas e afiliada da Globo**. In: Carta capital, 28 mar 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/operacao-zelotes-envolve-bancos-grandes-empresas-e-afiliada-da-globo-6208.html>>. Acesso em 13 set 2018.>. Acesso em 13 set 2018.
- CARTA CAPITAL. **Zelotes: Gerdau e RBS, afiliada da Globo, são principais alvos, diz jornal**. In: Carta capital, 31 mar 2015. Disponível em:

- <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/zelotes-gerdau-e-rbs-afiliada-da-globo-sao-principais-alvos-diz-jornal-7182.html>>. Acesso em 13 set 2018.
- CHOMSKY, Noam. **Requiem for the American Dream**. 2015. Disponível em: <<https://acasadevidro.com/tag/principios-de-concentracao-de-riqueza-e-poder/>>. Acesso em 3 ago. 2017.
- CONHECIMENTOS. **Tendências pedagógicas**. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HLZtZILFAs&t=1s>>. Acesso em 13 set 2018.
- CONVERSA AFIADA. **E os 15 milhões da RBS na Zelotes?**. In: Conversa afiada, 19 ago 2017. Disponível em: <<https://www.conversaafiada.com.br/pig/e-os-15-milhoes-da-rbs-na-zelotes>>. Acesso em 13 set 2018.
- DIÁRIO DO CENTRO DO MUNDO. **Evangélicos salvaram Temer na Câmara, como na votação da 1ª denúncia**. In: DCM, 27 out 2017. Disponível em: <<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/evangelicos-salvaram-temer-na-camara-como-na-votacao-da-1a-denuncia/>>. Acesso em 13 set 2018.
- EL PAÍS BRASIL. **“A solução mais fácil era botar o Michel”. Os principais trechos do áudio de Romero Jucá**. In: El País Brasil, 24 mai 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/24/politica/1464058275_603687.html>. Acesso em 13 set 2018.
- EL PAÍS BRASIL. **Médicos e MPF tentam barrar lei ruralista sobre agrotóxicos apelidada de “pacote de veneno”**. In: El País Brasil, 18 mai 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/17/politica/1526509436_425929.html>. Acesso em 13 set 2018.
- EMBRAPA. **Simpósio sobre Perda de Abelhas no Brasil**. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4NzmlWZyvys>>. Acesso em 13 set 2018.
- ENCONTRO com milton santos ou **o mundo global visto do lado de cá**. Direção: Silvio Tandler. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-UUB5DW_mnM&t=1458s>; Acesso em: 3 ago 2017.
- FERGUSON, Charles H. **Insid job**. 2010. Disponível em: <<https://vimeo.com/39018226>>; Acesso em: 13 set 2018.
- FERNANDES, Eduarda. **Diretor do filme sobre Edward Snowden afirma que 'Brasil sofreu um golpe de estado'**. In: Diário de Pernambuco, 08 nov 2016.

Disponível em:
<http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2016/11/08/internas_viver,674186/diretor-do-filme-sobre-edward-snowden-afirma-que-brasil-sofreu-um-gol.shtml>. Acesso em 13 set 2018.

FIGUEREDO, Valdemar. **Pela família, por deus e pelo Cunha: Como votou a Frente Parlamentar Evangélica?** In: Revista fórum, 25 abr 2016. Disponível em:
<<https://www.revistaforum.com.br/pela-familia-por-deus-e-pelo-cunha-como-votou-a-frente-parlamentar-evangelica/>>. Acesso em 13 set 2018.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Debates FEE: Os Arranjos produtivos Locais do RS.** 2013. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=v12bnYdhzto>>. Acesso em: 13 set 2018.

GLOBO NEWS. **Documentários - Edward Snowden, fala sobre os EUA, Rússia e Brasil.** 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RjWosL-mIMM>>. Acesso em 13 set 2018.

GOMES, João Francisco. **Edward Snowden afirma que o Facebook é uma “empresa de vigilância”.** In: Observador, 19 mar 2018. Disponível em:
<<https://observador.pt/2018/03/19/edward-snowden-afirma-que-o-facebook-e-uma-empresa-de-vigilancia/>>. Acesso em 13 set 2018.

HARTOG, Simon. **Muito Além do Cidadão Kane.** 1993. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=s-8scOe31D0&t=5s>>. Acesso em 13 set 2018.

IELA UFSC. **O colapso do figurino francês.** 2015. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=cJiK_1gtj3M>. Acesso em 13 set 2018.

IESDE. **A escola e as práticas pedagógicas.** 2014. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=mQUgoqVSGfo>>. Acesso em 13 set 2018.

IESDE. **Pedagogia Libertadora de Paulo Freire.** 2014. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=tVp0UtZBy7A>>. Acesso em 13 set 2018.

INSID job. **Trabalho Interno.** Direção: Charles H. Ferguson. Disponível em:
<<https://vimeo.com/39018226>>; Acesso em: 3 ago. 2017.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **O fim da televisão como a conhecemos.** In: IHU, 29 jan 2015. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/169-noticias/noticias-2015/539416-o-fim-da-televisao-como-a-conhecemos>>. Acesso em 13 set 2018.

- INTERVOZES. **A Verdadeira história da mídia brasileira.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dPrO9UYeHHI>>. Acesso em 13 set 2018.
- INTERVOZES. **Julio quer saber.** 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PaDI0gzTECs>>. Acesso em 13 set 2018.
- JORNAL DA GAZETA. **De herói a vilão, Gilmar entrega: Lula só sai da prisão se desistir da candidatura.** 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RvQ7qpkKzyQ>>. Acesso em 13 set 2018.
- JORNALISTAS LIVRES. **Marilena Chauí - Tragédia do neoliberalismo.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TUrMh9-bsR0>>. Acesso em 13 set 2018.
- JR, Ricardo Alves. **Material bruto.** 2007. Disponível em: <<https://vimeo.com/25416534>>>. Acesso em: 7 dez 2016.
- JUSTIFICANDO. **Bancada ruralista tem poderes para derrubar ou manter presidentes.** In: Justificando, 27 set 2017. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/09/27/bancada-ruralista-tem-poderes-para-derrubar-ou-manter-presidentes/>>. Acesso em 13 set 2018.
- JUSTIFICANDO. “Lawfare representa o uso indevido dos recursos jurídicos para fins de perseguição política”. In: Justificando, 17 nov 2016. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2016/11/17/lawfare-representa-o-uso-indevido-dos-recursos-juridicos-para-fins-de-perseguiacao-politica/>>. Acesso em 13 set 2018.
- LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. **Wikileaks desnuda as instituições.** In: Le monde diplomatique Brasil, 11 jan 2011. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/wikileaks-desnuda-as-instituicoes/>>. Acesso em 13 set 2018.
- MAIA, Maria Helena Rodrigues. **A Frente Parlamentar Evangélica e um frágil Estado laico.** UNB: Brasília, 2016. 104 p. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/14824/1/2016_MarinaHelenaRodriguesMaia.pdf>. Acesso em 13 set 2018.
- MANGABEIRA, Roberto. **Reforma ou revolução?.** 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SgDw5hbiRho>>. Acesso em 13 set 2018.
- MARTIN, Maria. **Deus derruba a presidenta do Brasil.** In: El País Brasil, 19 abr 2016. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/18/politica/1460935957_433496.html>.

Acesso em 13 set 2018.

MARTINS, Felipe. **Fachin engavetou investigação contra Temer no mesmo dia que cancelou julgamento de Lula.** In: Revista fórum, 24 jun 2018. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/fachin-engavetou-investigacao-contra-temer-no-mesmo-dia-que-cancelou-julgamento-lula/>>. Acesso em 13 set 2018.

MEDEIROS, Alexandre. **Por que apenas a Globo foi hostilizada nos protestos?** In: Observatório da imprensa, 23 jul 2013. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/ed756_por_que_apenas_a_globo_foi_hostilizada_nos_protestos/>.

Acesso em 13 set 2018.

MEDEIROS, Étore. **Boi, Bala e Bíblia contra Dilma.** In: Apública, 18 abr 2016. Disponível em: <<https://apublica.org/2016/04/truco-boi-bala-e-biblia-contra-dilma/>>. Acesso em 13 set 2018.

MEDRONHA, Marco. **APL Alimentos - Banca 78.** 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WvB5JPNWZhM>>. Acesso em 13 set 2018.

MONTESANTI, Beatriz. **Paulo Freire é o terceiro pensador mais citado em trabalhos pelo mundo.** In: Nexo jornal, 04 Jun 2016. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/06/04/Paulo-Freire-%C3%A9-o-terceiro-pensador-mais-citado-em-trabalhos-pelo-mundo>>. Acesso em 13 set 2018.

OURIQUES, Nildo. **O ajuste eterno.** 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FI-raqSq1ew>>. Acesso em 13 set 2018.

PRANDI, Reginaldo; CARNEIRO, João Luiz. **EM NOME DO PAI Justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff.** In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 33, n. 96. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v33n96/1806-9053-rbcsoc-3396032018.pdf>>. Acesso em 13 set 2018.

PRAZERES, Leando; REBELLO, Aiuru. **Após anistia de R\$ 8,6 bilhões, 2/3 da bancada ruralista votam a favor de Temer.** In: UOL Notícias, 03 ago2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas->

- [noticias/2017/08/03/apos-anistia-de-r-86-bilhoes-23-da-bancada-ruralista-vota-a-favor-de-temer.htm](https://www.gazetadopovo.com.br/noticias/2017/08/03/apos-anistia-de-r-86-bilhoes-23-da-bancada-ruralista-vota-a-favor-de-temer.htm)>. Acesso em 13 set 2018.
- PRIVATIZAÇÕES: **a distopia do capital**. Direção: Silvio Tendler. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=A8As8mFaRGU>>; Acesso em: 3 ago. 2017.
- REDE TVT. **Entrevistas – Roberto Requião - 1/3**. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0jV7SICc34E>>. Acesso em 13 set 2018.
- ROBIN, Marie-Monique. **O mundo segundo a Monsanto**. 2008. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=sWxTrKlCMnk>>. Acesso em 13 set 2018.
- RODA VIVA. **Aziz Ab'Saber**. 1992. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QEYqoH4sZ5I>>. Acesso em 13 set 2018.
- RODA VIVA. **Milton Santos**. 1997. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xPfiR34law>>. Acesso em 13 set 2018.
- RODA VIVA. **Roberto Mangabeira Unger**. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FCLxbxGtgqU>>. Acesso em 13 set 2018.
- ROLLING STONE. **Oscar 2015: longa sobre “foragido” Edward Snowden ganha Melhor Documentário**. In: Rolling Stone, 23 fev 2015. Disponível em: <<http://rollingstone.uol.com.br/noticia/oscar-2015-longa-sobre-foragido-edward-snowden-ganha-melhor-documentario/>>. Acesso em 13 set 2018.
- SÁ, Nelson de. **Internet levará à distopia ou a uma cultura mais forte, diz fundador do WikiLeaks**. In: Boitempo, 15 set 2013. Disponível em: <http://www.boitempo.com/publicacoes_imprensa.php?isbn=978-85-7559-307-3&veiculo=Folha%20de%20S.Paulo%20-%20Ilustrada>. Acesso em 13 set 2018.
- SALOMÃO, Raphael. **Frente Parlamentar Agropecuária vota em peso a favor do impeachment**. In: Revista Globo Rural, 18 abr 2016. Disponível em: <<https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Politica/noticia/2016/04/frente-parlamentar-agropecuaria-vota-em-peso-favor-do-impeachment.html>>. Acesso em 13 set 2018.
- SCHOEMBAKLA, Bruna. **O Estado laico e a Bancada Evangélica**. In: Jusbrasil, 23 mar 2015. Disponível em: <<https://brunaschoembakla1.jusbrasil.com.br/artigos/175933162/o-estado-laico-e-a-bancada-evangelica>>. Acesso em 13 set 2018.

- SERAPIÃO, Fabio. **Corregedoria investiga juiz da Zelotes**. In: Carta capital, 25 mai 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-serapiao/corregedoria-investiga-juiz-da-zelotes-4789.html>>. Acesso em 13 set 2018.
- TENDLER, Silvio. **Encontro com Milton Santos ou o mundo global visto do lado de cá**. 2006. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0nom9LyCH3g>> Acesso em: 13 set 2018.
- TENDLER, Silvio. **O veneno está na mesa**. 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8RVAgD44AGg>>. Acesso em 13 set 2018.
- TENDLER, Silvio. **O veneno está na mesa 2**. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fyvoKljtvG4&t=49s>>. Acesso em 13 set 2018.
- TENDLER, Silvio. **Privatizações: a distopia do capital**. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=A8As8mFaRGU>>. Acesso em: 13 set 2018.
- THE INTERCEPT BRASIL. **Glenn Greenwald**. In: The Intercept Brasil. Disponível em: <<https://theintercept.com/staff/glenn-greenwald-brasil/>>. Acesso em 13 set 2018.
- TV247. Em vídeo, instituto explica o que é lawfare, prática usada contra Lula. 2017; Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WKDdpADArIg>>. Acesso em 13 set 2018.
- TV AFIADA. **Chega de passar açúcar no neoliberalismo!** 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5tNOrsNwsjU>>. Acesso em 13 set 2018.
- TV AFIADA. **Como combater a despolitização!** 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ttIDkFresz4>>. Acesso em 13 set 2018.
- TV AFIADA. **Entrevista Roberto Mangabeira Unger**. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1ZUwvgoqok4>>. Acesso em 13 set 2018.
- TV AFIADA. **Nossa riqueza é a anarquia criadora!** 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gXHvXOvRI-c>>. Acesso em 13 set 2018.
- TV AFIADA. **Uma nova Democracia através da oferta**. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CWkf1BsbA0o&t=25s>>. Acesso em 13 set 2018.

- TV BRASIL. **Dez anos de transgênicos no Brasil.** In: **TV Brasil, 28 fev 2014.**
Disponível em: <[http://tvbrasil.etc.com.br/caminhosdareportagem/episodio/dez-
anos-de-transgenicos-no-brasil](http://tvbrasil.etc.com.br/caminhosdareportagem/episodio/dez-
anos-de-transgenicos-no-brasil)>. Acesso em 13 set 2018.
- TV CULTURA. Jessé de Souza, a Lava Jato é a maior mentira da história do Brasil.
2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IcgCtd7T0Xg>>.
Acesso em 13 set 2018.
- TV PUCSP. **Diálogos Impertinentes – Fronteiras.** 1995. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=rT9c_ynO2I>. Acesso em 13 set 2018.
- UNIVESP TV. **Complementares - Roda Viva - Aziz Ab'Saber e Milton Santos.**
Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MeSQb0VjbDU>>. Acesso
em 13 set 2018.
- UFC. **Tema do Mês de Junho Arranjos Produtivos Locais: uma alternativa para o
desenvolvimento.** 2012. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=gUTun2w2BB0>>. Acesso em 13 set 2018.
- UFRJ. **Arranjos Produtivos Locais com Ana Lucia Tatsch.** 2017. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=wpgFmBfE4mU>>. Acesso em 13 set 2018.
- VIANA, Arthur. **Rio Doce: a lama oculta.** In: Outras palavras, 05 nov 2017.
Disponível em: <<http://outraspalavras.net/brasil/rio-doce-a-tragedia-oculta/>.
Acesso em 13 set 2018.
- WEDEN. "Lava Jato": **O suicídio político da Netflix no Brasil, por Weden.** In: Jornal
GGN, 17 out 2016. Disponível em: <[https://jornalggm.com.br/blog/weden/lava-
jato-o-suicidio-politico-da-netflix-no-brasil-por-weden](https://jornalggm.com.br/blog/weden/lava-
jato-o-suicidio-politico-da-netflix-no-brasil-por-weden)>. Acesso em 13 set 2018.
- WIKILEAKS. First Letter from Julian Assange to Benedict Cumberbatch Over The
Fifth Estate. In: Wikileaks, 09 out 2013. Disponível em:
<<https://wikileaks.org/First-Letter-from-Julian-Assange.html>>. Acesso em 13 set
2018.
- ZANLORENSSI, Gabriel et al. **A votação da segunda denúncia na Câmara em 16
gráficos.** In: Nexo Jornal, 25 out 2017. Disponível em:
<[https://www.nexojornal.com.br/grafico/2017/10/25/A-
vota%C3%A7%C3%A3o-da-segunda-den%C3%Bancia-na-C%C3%A2mara-
em-16-gr%C3%A1ficos](https://www.nexojornal.com.br/grafico/2017/10/25/A-
vota%C3%A7%C3%A3o-da-segunda-den%C3%Bancia-na-C%C3%A2mara-
em-16-gr%C3%A1ficos)>. Acesso em 13 set 2018.